

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 25 a 29 de agosto de 2008)

**Cadernos do CNLF
Vol. XII, N° 10**

LEITURA E ORALIDADE

Rio de Janeiro
CiFEFiL
2009

LEITURA E ORALIDADE

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieirals de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Márcia Regina de Faria da Silva

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

LEITURA E ORALIDADE

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**
de 25 a 29 de agosto de 2008

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0. Apresentação – *José Pereira da Silva* 07
1. A correção como estratégia referencial no texto oral – *Carmen Elena das Chagas* 09
2. A mulher em dicionários portugueses e brasileiros: uma visão a partir do Caldas Aulete – *Angela Marina Chaves Ferreira e Jannaina Vaz Costa* 14
3. Alguns aspectos fonológicos do irlandês – *João Bittencourt de Oliveira* 26
4. Análise dos atos de fala nas tiras de Mafalda – *Mônica Lopes Smiderle de Oliveira* 46
5. Análise dos hipertextos bíblicos: uma orientação à leitura ou uma restrição à compreensão do leitor? O desenho de um estudo – *Maria de Nazaré da Silva e Cristina Vergnano-Junger* 54
6. Bibliotecas itinerantes: literatura como ferramenta para o desenvolvimento de leitores – *Melissa Eloá Silveira Nascimento* 65
7. Entre releitura e reescritura: os aspectos do ato de ler em duas vias – *Alessandra Fontes Carvalho da Rocha* 71
8. Estratégias persuasivas no discurso religioso e a formação do leitor crítico – *Elmar Rosa de Aquino* 76
9. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra memórias da Rua do Ouvidor,

LEITURA E ORALIDADE

- de Joaquim Manuel de Macedo – *Patricia de Jesus Carvalhinhos* 83
10. Processos de monitoramento do falante como recursos de envolvimento interpessoal – *Paulo de Tarso Galembeck* 100
11. Progressão referencial e anáfora em textos orais – *Rachel Maria Campos Menezes de Moraes* 113

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe o número 10 do volume XII dos *Cadernos do CNLF*, com os onze textos resultantes dos trabalhos apresentados no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia em 2008, relacionados ao tema “Leitura e Oralidade”, dos quais apresentamos uma breve síntese a seguir.

1. Investiga a importância da estratégia de reformulação ou correção do texto a partir do "corpus" oral proveniente de interação face a face com alunos do 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental (8ª série) de uma escola pública.

2. Analisa descrições do dicionário de Caldas Aulete extraídas dos verbetes relacionados ao universo feminino, resgatando alguns conceitos sobre organização lexicográfica (definições), cortesia e ideologia. Investiga a influência do componente ideológico na organização dos significados do feminino no português, ou seja, os possíveis valores ocultos nas definições de termos relacionados ao universo feminino, apontando marcas que contêm juízos de valor ao definir lemas especificamente femininos.

3. Apresenta-nos o irlandês como o idioma céltico falado como primeira língua na Irlanda por cerca de 355.000 pessoas (concorrendo com o inglês como língua oficial), que apresenta traços fonológicos peculiares como o fato de quase todas as consoantes formarem pares de realizações fonéticas: uma labiovelarizada e outra palatalizada. Esse contraste é crucial no irlandês, afetando também as vogais adjacentes e produzindo a lenização e a eclipse.

4. Analisa o funcionamento dos “atos de fala” em cinco tiras de Mafalda, levando-se em consideração que a comunicação é composta de palavras e estruturas gramaticais e da ação de dizer.

5. Discute os caminhos viabilizados ao leitor pelos hipertextos bíblicos, enfocando as marcas e o ethos de co-enunciador (explícitos e implícitos) numa publicação digital da Bíblia, onde a hipertextualidade (que também existe no texto impresso em forma de notas, sumários, introduções etc.) fica mais evidente e remete o leitor a discussões recentes sobre hipertexto e leitura.

LEITURA E ORALIDADE

6. Aborda experiências com bibliotecas itinerantes, apontando a literatura como ferramenta para o desenvolvimento de leitores, principalmente em comunidades com difícil acesso a livros. A biblioteca itinerante leva a literatura à comunidade como ferramenta de desenvolvimento da língua materna em seu padrão escrito e culto, que envolve importantes competências lingüísticas para formação verbal e escrita e aperfeiçoa as habilidades para a crítica.

7. Investiga questões relativas à releitura e reescritura de um texto literário e cinematográfico com base na estética da recepção, partindo da análise da leitura do romance e do filme “Balzac e a Costureirinha Chinesa”, do escritor e cineasta Dai Sijie.

8. Analisa as estratégias persuasivas empregadas no discurso religioso, através da seleção lexical, visando o convencimento do interlocutor.

9. Aponta dados sobre o espaço na obra ficcional do ponto de vista da disciplina *Toponímia* e estuda a formação toponímica na cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dessa disciplina, a partir da visão percebida na obra de Joaquim Manuel de Macedo.

10. Analisa a possibilidade de um interlocutor controlar as atitudes e reações dos outros interlocutores para assegurar ao falante de que ele está sendo compreendido, com possibilidade de ampliar o tópico em andamento e criar o contexto comum compartilhado, seja monitorando a própria fala, seja monitorando a fala do ouvinte.

11. Analisa a progressão referencial e a anáfora em textos orais, tendo como "corpus" algumas entrevistas gravadas pelo Projeto NURC-RJ nas décadas de 70 e 90.

Todos esses textos, estão disponibilizados na página virtual http://www.filologia.org.br/xiicnlf/indice_textos_completos.htm para serem utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas que não deixem de citar o autor e o lugar de onde for extraído qualquer fragmento ou informação.

Rio de Janeiro, março de 2009.

José Pereira da Silva

**A CORREÇÃO COMO ESTRATÉGIA REFERENCIAL
NO TEXTO ORAL**

Carmen Elena das Chagas (UFF e UNESA)
carmenelena@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A progressão textual pode realizar-se por meio de atividades formulativas em que os interlocutores optam por introduzir no texto recorrências de variados tipos. No dizer de (Rath, 1979, p. 20) “o processo da construção textual com todos os seus desvios, reinícios, repetições e correções e é diretamente observável” Ou como diz Antos (1982, p. 183), o texto falado mantém explícitos todos os traços de seus *status nascendi*.

A interação comunicativa permite aos interlocutores do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar *on line* ou *a posteriori* conflitos efetivamente ocorridos por meio da introdução no texto de sinais de articulação ou apoio textuais e pela realização de atividades específicas de formulação textual, como paráfrases, repetições, hesitações e correções. Trata-se do conhecimento sobre os vários tipos de ações linguísticas que permitem aos falantes assegurar a compreensão do texto. Estas ações podem ser formulativas (prospectivas) ou reformulativas (retrospectivas).

A correção é um procedimento de reformulação do discurso que visa a consertar os “erros”. O erro deve ser compreendido como uma escolha do falante que pode ser de forma lexical, prosódica, de organização textual ou conversacional inserida no discurso e que por algum motivo um dos interlocutores pode considerar inadequada.

Assim, os atos reformulação textual são aqueles que têm por objetivo levar o interlocutor a reconhecer a intenção do locutor, isto é, procuram garantir a intercompreensão na conversa ou em qualquer outro.

O objeto de estudo deste trabalho foi a partir de um *corpus* oral proveniente de 03 horas de gravação, em interação face a face, feitas com 20 alunos de faixa etária aproximada, de sexo diferenciado, do 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental de uma escola

LEITURA E ORALIDADE

pública municipal CIEP Municipalizado 465– Dr. Amílcar pereira da Silva em Quissamã/RJ. No decorrer da análise do texto, os alunos serão identificados como L1 (locutor 1), L2 (locutor 2), L3 (locutor 3), respectivamente, para uma melhor proteção de face. No desenvolvimento das gravações foi utilizada uma dinâmica com o título “Rótulos”, com o objetivo de proporcionar a motivação dos mesmos para uma fala mais fluente e operacional. Esta dinâmica foi feita através de um monitoramento por um informante, mas buscando não influenciar o desempenho natural da conversação.

ANÁLISE DO *CORPUS*

Pode-se definir a correção, entre os atos de linguagem como um ato de reformulação textual (Gulich e Kotschi, 1987). Os atos de reformulação textual são aqueles que têm por objetivo levar o interlocutor a reconhecer a intenção do locutor, ou seja, procuram garantir a intercompreensão na conversação ou em qualquer outro tipo de texto.

Há dois tipos de correção (Barros, 1993)

1– A reparação que deve ser entendida como uma infração conversacional, pois os interlocutores cometem “erros” no sistema de tomada de turno e violam as regras da conversação, mas, na verdade, essas falhas e desobediências são reparadas;

(1)

L6 **todas as coisas que têm aqui já falaram**

L5 pra mim também

lá em casa::: mamãe vive falando que eu finjo que tô trabalhando que eu não faço nada

aí eu vou lá realmente finjo que eu tô trabalhando

(ininteligível)

L5 você finge que tá trabalhando

que não sei o que mas assim quando a coisa é séria

por exemplo quando alguém por exemplo me encomenda alguma coisa

vamos supor você vai ter que fazer isso para dia tal tal tal

L6 **isso é porque a gente trabalha com artesanato...**

encomenda ::: a gente tem que...

L5 aí nesse caso a responsabilidade

se eu sou irresponsável assim com as minhas coisas

dentro de casa eu sou um pouco irresponsável

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mas quando alguém me pede alguma coisa que eu tenho o direito...
o dever de fazer aquilo... eu sou responsável::: nem por isso...

As regras de conversação estabelecem que deve haver pelo menos uma troca de falante, mas nos exemplos acima L5 falou o tempo todo e não cedeu a palavra a L6 que estava tentando expor suas ideias e com isto foi necessário a intervenção de L6 para reparar o diálogo.

2- A correção é a definição genérica de correção como um ato de reformulação, cujo objetivo, ao consertar “erros” e inadequações, é assegurar a intercompreensão no diálogo.

(2)

Inf. dedo duro por quê?

L7 eu não sou dedo duro, porque se me **pedem**

Se me **contam** alguma coisa eu guardo...

(3)

Inf. correr se afastar

L10 como se eu fosse uma pessoa muito agressiva

se **tivesse** se todos **chegassem** perto de mim

(4)

L8: sendo que ::: muitos não *fazem*, não *passaram* por este rótulo.

Na correção, a relação entre enunciado de origem e enunciado reformulador é de contraste semântico, uma vez que este anula, total ou parcialmente, a verdade daquele. Nos exemplos acima, L10 e L8 retificam a fala com a troca dos verbos, reformulando, através da correção, o seu pensamento.

O prolongamento de vogais e a interrupção lexical são procedimentos que assumem papel na produção do falante, pois marcam suas dúvidas ou dificuldades em relação ao prosseguimento do discurso e asseguram-lhe o tempo necessário à reformulação.

(5)

Inf. minha segunda pergunta:::

pode até ir falando assim...

o que aconteceu aqui gente?

nós **ga/vocês** ganharam o quê?

(6)

L12 acho que ela tirou **essa/esse** pensamento das pessoas

(7)

L8 que **na na/no caso/na parte** dos seios das mulheres

não tem uma cor

LEITURA E ORALIDADE

Assim, a função da atividade da correção é assegurar a boa compreensão entre os interlocutores pela reformulação de inadequações e erros de diferentes proporções. Em outras palavras, com a correção mostra-se a atenção e interesse pela fala do interlocutor, mesmo que dela discorde. Ao corrigir o seu interlocutor, o falante encontra uma forma de participar da conversação ou de cooperar para o andamento da mesma, pois repete ou retoma a contribuição do outro, contribuindo para o desenvolvimento do texto.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi contribuir para um estudo da linguagem oral, revelando regularidades no uso das estratégias de reformulação na progressão do texto oral.

Em relação às estratégias de reformulação do texto, pode-se afirmar que estas têm, no desenvolvimento do texto falado, a função geral de garantir a intercompreensão conversacional, proporcionando uma melhor progressão textual, ora explicitando e especificando, ora resumindo ou denominando informações da matriz, bem como adequando vocábulos ou apontando-lhes outros sentidos no texto.

De maneira geral, constatei a viabilidade de uma conclusão positiva dos mecanismos, em princípio, de desestruturação do discurso oral, já que as “descontinuidades” apresentadas, foram em grande parte, observadas como marcas de efetivação de estratégias comunicativas dos interlocutores, onde facilitaram a compreensão e, portanto, garantiram, assim, a interação comunicativa bem como a progressão textual. Com efeito, nesta organização da conversação, há que se considerar a presença de uma sequência referencial de ações coordenadas entre si.

Assim, na possibilidade de ocorrências de correção no texto oral, observei que há uma grande tendência a que os locutores reavaliam o que disseram e se expressem de uma maneira diferente. As correções quando foram usadas apropriadamente colocaram-se como um mecanismo dinâmico a serviço da conversação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOS, Gerd. *Grundlagen einer theorie des Formulierens*. Tübingen: Max Niemeyer, 1982.

BARROS, Diana L. P. de. Procedimentos de reformulação: a correção. **In.** PRETI, Dino. *Análise de textos orais*. São Paulo: USP, 1993.

FÁVERO, Leonor L. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GULICH, Elisabeth & KOTSCHI, Thomas. Reformulierungs handlungen als Mittel der textkonstitution: Untersuchungen zu französischen texten aus mündlicher kommunikation. **In.** MOTTSCHE, W. (Org) – *Satz, text, sprachliche handling*. Berlin: Akademie – Verlag, Studia Grammatica XXV, 1987.

MARCUSCHI, Luiz A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MONDADA, LORENZA & DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. **In.** CAVALCANTE, Mônica Magalhães et alii. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PRETI, Dino. *Análise de textos orais*. São Paulo: USP, 1993.

RATH, Reiner. *Kommunikationspraxis: Analysen zur Textbildung und Textgliederung im Gesprochenen Deutsch*. Göttingen: Vandenhoeck e Ruprecht, 1979.

LEITURA E ORALIDADE

A MULHER

EM DICIONÁRIOS PORTUGUESES E BRASILEIROS: UMA VISÃO A PARTIR DO CALDAS AULETE

Angela Marina Chaves Ferreira

angmarina@globocom.com

Jannaina Vaz Costa

jannainacosta@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste estudo pretendemos investigar como o componente ideológico inerente ao dicionário de língua organiza os significados do “feminino” em língua portuguesa, isto é, como os possíveis preconceitos e valores ocultos se incluem nas definições lexicográficas de vocábulos relacionados ao universo feminino. Para tal, fizemos o levantamento das definições de dezessete verbetes em duas edições de um dicionário tradicional e prestigioso da língua portuguesa. Assim, buscamos recolher algumas acepções retiradas de entradas de duas edições do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. Pesquisamos dados da 1ª edição, de 1881, publicada em dois volumes em Portugal¹ e da 4ª edição, de 1958, em cinco volumes, voltada para o público brasileiro, segundo as informações contidas nas páginas preliminares. Nesse recorte, selecionamos lemas relacionados à *mulher*, preferencialmente aqueles que apresentassem algum tipo de preconceito em relação a pessoas do sexo feminino. Após, recortamos os fragmentos das definições que continham imagens negativas da mulher. Dessa forma, as acepções de verbetes aqui apresentadas foram as mais significativas de acordo com nossa proposta. Ainda, discutimos as definições contidas nas entradas com base nos estudos sobre estratégias de cortesia e de ideologia, assim também como em teorias da definição lexicográfica, propriamente dita, o que passamos a fundamentar nos itens seguintes.

¹ A datação do dicionário é presumida uma vez que o estado de conservação dos volumes não nos permite fornecer dados precisos.

PRAGMÁTICA, IDEOLOGIA E DICIONÁRIOS

A Pragmática é uma disciplina que concebe a linguagem como práxis, como atuação voltada para uma finalidade: a interação comunicativa. Segundo Briz (2003), uma análise pragmática leva em conta, junto ao conteúdo do comunicado, que existe um falante que se comunica, que manifesta uma atitude diante do que comunicou e, ao mesmo tempo, um ouvinte que recebe e interpreta o codificado e mostrado em circunstâncias comunicativas determinadas. Em outras palavras, é um estudo que combina a reflexão sobre o produto (enunciado) e sobre o seu processo de produção e recepção (enunciação e interação).

A teoria de maior destaque na Pragmática tem base nos estudos de Brown e Levinson (1987, *apud* Forgas Berdet, 2004). Segundo os autores, todo indivíduo possui uma imagem pública vulnerável. Durante o intercâmbio comunicativo, o falante lança mão de um conjunto de estratégias para “salvar” a sua imagem: a cortesia linguística. O conceito de cortesia linguística supõe que a linguagem deve preservar a imagem pessoal dos indivíduos que compõem a sociedade; por isso, a linguagem deve zelar pela preservação da imagem coletiva dos grupos sociais que integram esta sociedade, tendo em vista que a imagem pessoal do indivíduo é uma projeção da imagem social que cada pessoa tem pré-estabelecida culturalmente por pertencer a determinado grupo.

A cortesia linguística se manifesta de duas maneiras: como cortesia positiva ou negativa. A primeira está de acordo com as estratégias empregadas pelo emissor para realçar a imagem do ouvinte/receptor, enquanto que a outra consiste em utilizar estratégias para preservar a imagem do ouvinte/receptor. A cortesia negativa é a ausência de um comportamento linguístico respeitoso e está intimamente relacionada à restrição de uso de certos termos vexatórios ou discriminatórios dirigidos a pessoas ou grupos que conformam uma determinada sociedade.

Existem diversos estudos que defendem a criação de normas que regulem o uso social da linguagem, como a “linguagem políti-

LEITURA E ORALIDADE

camente correta”², a qual defende que o uso da linguagem não pode ofender a nenhum coletivo. Ao se analisar os atuais discursos, tanto dos meios de comunicação quanto públicos e acadêmicos, se comprova que o uso da linguagem não discriminatória, que não ofenda a determinados grupos sociais tem se tornado uma prioridade, estimulada por uma pressão social cada dia maior.

Entretanto, como constata Forgas Berdet (2004), no âmbito da lexicografia esta pressão linguístico-social se relaxa consideravelmente até o ponto de que um texto didático com pretensão normativa, o dicionário, desconhece estes supostos e descuida do uso social politicamente correto da linguagem nele empregada.

Para a autora (*idem*), os dicionários tendem a orientar suas definições ao reforço da imagem do grupo social hegemônico e à desvalorização, ocultação ou minimização dos demais grupos, em vez de indicar como preservar a imagem social dos nossos interlocutores, primeiramente, a imagem desse coletivo.

Isto se dá porque a língua, como um fato social, como produto da interação de indivíduos socialmente organizados, sempre manifestará as ideias desses indivíduos que a utilizam, através da produção e da recriação que se fazem em um momento e lugar determinados. Dessa forma, a língua é sempre transmissora e reprodutora de valores e de pensamentos, ou seja, de ideologia³, muitas vezes atuando a favor de certos grupos hegemônicos. (Guerrero Rivera, 1998).

Portanto, se a linguagem é o domínio preferido das ideologias, o dicionário, como compêndio e definidor das unidades léxicas de uma língua, é um lugar privilegiado para se reconhecer o componente ideológico desta língua, pois é através da definição lexicográfica

² Entende-se por linguagem politicamente correta (LPC) aquele que está de acordo com as normas sociais de correção de atitude e pensamento, cuja violação leva à condenação e à exclusão social.

³ A palavra *ideologia* foi criada no começo do século XIX para designar uma "teoria geral das ideias". Foi Karl Marx quem começou a fazer uso político dela quando escreveu um livro com Friedrich Engels intitulado "A ideologia alemã". Nessa obra, eles mostram como, em toda sociedade dividida em classes, a classe dominante faz tudo para não perder essa condição. Já o conceito moderno de ideologia está relacionado à aparição das sociedades burguesas e seu pluralismo, refletido na diversidade de enfoques sociais e na pluralidade dos valores que os sustentam.

que a palavra se traduz em termos de sentido e de ideologia (Forgas Berdet, 2004).

Em outras palavras, o dicionário consiste em um conjunto de signos linguísticos codificados, que não apenas remetem a um objeto, mas a um conjunto de objetos, e mais ainda, à experiência acumulada pela sociedade ao longo do tempo. Ao se reconhecer o dicionário como conjunto de signos ideológicos, se reconhece também que ele leva, em alguma medida, a ideologia do momento histórico e do lugar em que se registra a referida memória, convertendo-se em objeto cultural e de conhecimento de uma determinada sociedade (Guerrero Rivera, 1998).

Dessa maneira, conforme destaca Medina Guerra (2003), por mais que tente o lexicógrafo, nenhum dicionário é uma obra neutral, nunca está isento de ideologia e sempre seu (s) autor (es) o condicionará à suas ideias e visões de mundo. Esse fenômeno, ainda que sutil, se observa na eleição de lemas, nos exemplos e, principalmente, nas definições lexicográficas.

DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

Entende-se como *definição* o tipo de equivalência semântica estabelecida entre a *entrada* (ou *lema*, *cabeça de verbete*) e qualquer expressão explicativa da mesma num dicionário monolíngue. Os elementos da definição são nomeados *definido/definidum* (a própria entrada, a cabeça de verbete) e *definidor/definiens* (a expressão explicativa, ou seja, a própria definição). A definição lexicográfica se realiza em dois níveis ou *metalínguas*: (a) *metalíngua de signo* (para definir o significado da entrada ou definido) e (b) *metalíngua de conteúdo* (para definir palavras que carecem de verdadeiro sentido léxico). Alguns princípios básicos regem (ou deveriam reger) a redação das definições: (1) *equivalência*, (2) *substituição (ou comutabilidade)*, (3) *identidade categorial ou funcional*, (4) *análise*, (5) *transparência*, (6) *auto-suficiência* (Porto Dapena, 2002, p. 271).

Procuramos, a partir desses princípios, analisar alguns aspectos reconhecíveis nas definições recolhidas do Dicionário Caldas Aulete e, para isso, comentamos, inicial e brevemente, cada um dos seis critérios propostos por Porto Dapena (2002). O princípio da *equiva-*

LEITURA E ORALIDADE

lência é entendido como o mais geral e abrange os demais. Pressupõe que a correção da definição lexicográfica está relacionada à relação entre *definidor* e *definido*, exigindo que o primeiro contemple integralmente o segundo e só ele. Ainda, deve haver entre ambos equivalência de extensão e de compreensão. O princípio da *substituição* determina que *definidor* e *definido* precisam ter o mesmo valor semântico e deverão ser substituíveis entre si para que a definição seja correta. Neste critério estariam incluídas as definições feitas através de sinônimos, bastante frequentes nos enunciados lexicográficos. A obediência ao princípio da *identidade categorial* prevê que as categorias gramaticais de *definidor* e *definido* devem ser coincidentes, ou seja, é conveniente que se introduzam na definição pela mesma categoria. Leve-se em conta, entretanto, que nem sempre há identidade *funcional* nas definições uma vez que o *definidor* (*definiens*) nem sempre pode desempenhar as mesmas funções sintáticas que *definido* (*definendum*). Os três princípios restantes, *análise*, *transparência* e *auto-suficiência* estão relacionados aos aspectos que devem constituir uma definição adequada: o princípio da *análise*, a que *re-presente uma autêntica análise semântica* (*ibidem*, p. 275), em que haja um detalhamento efetivo dos componentes. Ainda, a *transparência* será alcançada quando as palavras que compõem a definição forem mais claras e conhecidas do que aquela que constitui a cabeça de verbete a ser definida. Por último, o sexto princípio, a *auto-suficiência*, é atingida quando todas as palavras que fazem parte do enunciado conformam entradas do mesmo dicionário, evitando as “pistas perdidas”⁴.

⁴ Denominam-se “pistas perdidas” as palavras que constam de um enunciado lexicográfico, mas que não estão definidas através de entrada particular no próprio dicionário consultado.

ANÁLISE

Seleção dos verbetes

Escolhemos, dentro de cada verbete, algumas definições que continham o que buscávamos dentro deste recorte de estudo, ou seja, os artigos de dicionário estão apresentados aqui de modo parcial porque recolhemos somente as definições destes que fazem referência a pessoas do sexo feminino e que trazem algum tipo de juízo de valor sobre a *mulher*, como já explicitamos na *Introdução*. Pela natureza própria deste trabalho, optamos por não reproduzir as entradas integralmente e estas estão apresentadas no item *Anexo*.

Considerações sobre os verbetes

É possível observar, num primeiro momento, que foram acrescentadas entradas à edição brasileira determinadas pela passagem do tempo, setenta e sete anos, entre a 1ª e a 4ª edição do Caldas Aulete ou, ainda, pela inclusão de termos próprios do Brasil ou por ambas, eventualmente. É possível perceber, também, que o distanciamento entre uma edição e outra evidencia a reforma ortográfica da língua portuguesa ocorrida no período.

Retomando os acréscimos constatados, *cadela*, *adelona*, *mulher-dama*, *mulher-solteira*, *mulherota*, *puta* fazem parte do repertório lexicográfico de 1958, mas não se incluem em 1881. Observa-se que os verbetes *mulher-dama* e *mulher-solteira* se referem a usos brasileiros, especificamente nordestinos. Sobre, ainda, as referências ao Brasil encontramos um acréscimo de acepção na entrada *mulher*: uma série de sinônimos, determinando diferentes usos regionais, como, por exemplo, *mulher da comédia* (São Paulo), *da rótula* (Rio de Janeiro) e mais sete outras ocorrências do tipo.

Sobre os princípios que regem as definições lexicográficas, de acordo com Porto Dapena (2002), identificamos alguns deles no Caldas Aulete e passamos a apresentá-los. O princípio da *substituição* foi visto como bastante frequente e para exemplificar, temos as entradas *cachorra*, *cadela*, *adelona*, *meretriz*, *mulher-dama*, *mulher-solteira*, *perua*, *rameira*, *vagabunda*, que apresentam sinônimos nas definições, a maioria destes remetendo a *meretriz*. O princípio da

LEITURA E ORALIDADE

identidade categorial está contemplado em *cachorra*: *rapariga de mau gênio*, ou seja, *rapariga* e *cachorra* têm a mesma categoria gramatical no contexto. Cremos que seja possível identificar *substituição* nesta acepção, já que o sintagma *rapariga de mau gênio* é comutável com *cachorra*. O princípio da *transparência* pode ser considerado menos aparente que o da auto-suficiência nas definições analisadas. Partindo-se do pressuposto que uma definição *transparente* inclui palavras mais corriqueiras que o *definido*, observamos em verbetes como *mulherota* e *galinha*, respectivamente, no definidor, os termos *mulher de somenos* e *mulher devassa*, que não nos parecem muito usuais. Vale destacar, entretanto, que não se pode estabelecer até que ponto seriam vocábulos de domínio mais restrito ou mais amplo. Assim, a dúvida persiste pelo próprio caráter bastante subjetivo do que seria trivial, corriqueiro ou conhecido para definir uma entrada porque há coerções de vários aspectos tais como público-alvo a que se destina o dicionário, período em que foi elaborado, entre outros. O princípio da *auto-suficiência* foi reconhecido uma vez que as palavras pesquisadas a partir de seu surgimento nas definições dos lemas pesquisados, foram encontradas em verbetes próprios do *Caldas Aulete*.

O feminino em Caldas Aulete (1881, 1958).

Conforme vimos anteriormente, o conceito de *politicamente correto* nasceu como reivindicação do emprego de estratégias de cortesia linguística por parte dos coletivos, especialmente como exigência das mulheres para que a língua, além de não ferir este coletivo, permitisse sua emergência nos discursos públicos e nos meios de comunicação (Forgas, 2004).

Com relação ao dicionário que nos ocupa, nos verbetes analisados observamos que as definições são reconhecidamente injuriosas ou difamatórias, representando exemplos claros de estratégias de anti-cortesia linguística, visto que, na maioria das vezes, são empregados termos que rebaixam, ridicularizam ou menosprezam a mulher de uma maneira desnecessária e, com frequência, generalizadora, como passamos a destacar:

(1) *Cachorra*. Mulher, rapariga de mau gênio, (1958, p. 770 e 1881, p. 257, grifos nossos).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(2) **Mulher.** Pessoa do sexo feminino, pertencente à plebe ou às classes inferiores da sociedade (por oposição a senhora ou dama): mulher de capote e lenço. Bras. (pop) mulher à-toa, da comédia (SP), da rôtula (RJ), da rua, da vida, de má nota, de ponta de rua (Norte), do fado, do fandango (SP), do mundo, do pala aberto (SP), errada, perdida, vadia, o mesmo que meretriz. (1958, p. 3379-80, grifos nossos)

(2.b) **Mulher.** Pessoa do sexo feminino, pertencente á plebe ou ás classes inferiores da sociedade (por oposição a senhora ou dama): *mulher* de capote e lenço. (1881, p. 1197, grifos nossos)

(3) **Putá.** (chulo) Usa-se como qualificativo de qualquer ser ou objeto feminino. (1958, p. 4159, grifos nossos)

O dicionário dispõe das chamadas “marcas pragmáticas” ou “rubricas” para qualificar os vocábulos segundo seus usos e as características sociais de seus usuários. O dicionário Caldas Aulete (1881 e 1958), contem as rubricas *chulo*, *depreciativo*, *pejorativo*, *plebeísmo* e *vulgar* para indicar a intenção do falante e a carga emocional que o vocábulo leva consigo. Entretanto, nos dezessete verbetes analisados somente quatro – *mulherota*, *meretriz*, *puta* e *vagabunda* – mereceram levar a marca de “*depreciativo*” ou “*chulo*”.

(1) **Mulherota:** (deprec) mulher de somenos, ordinária. (1958, p. 3380, grifos nossos)

(2) **Meretriz:** (br. chulo), fêmea do peru, bebedeira. (1958, p. 3867; 1881: 1149, grifos nossos)

(3) **Vagabunda:** (chulo) prostituta. (1958, p. 5203, p. 1881: 1838, grifos nossos)

(4) **Putá.** (chulo) Usa-se como qualificativo de qualquer ser ou objeto feminino. (1958, p. 4159, grifos nossos)

Os demais treze vocábulos não se apresentam marcados pragmaticamente. Esta ausência de rubrica de “*depreciativo*” ou “*chulo*” pode ser qualificada dentro da visão de “politicamente incorreta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, trabalhamos com os conceitos de cortesia positiva (dividir e aprovar as ideias e atuações dos outros) e de cortesia negativa (aceitar e respeitar suas ideias e atuações), aplicando-os a um discurso não interativo, e identificamos que nas edições de

LEITURA E ORALIDADE

1881 e 1958 do Dicionário Caldas Aulete foi pré-selecionado um destinatário ideal/preferido (homem), para quem funcionam perfeitamente ambas as cortesias (positiva e negativa). Também incluímos análises da construção das definições em si, buscando observar o dicionário enquanto obra lexicográfica. Foi possível, a partir do exame, reconhecer alguns critérios desejáveis na organização de tais definições. Quanto ao coletivo feminino, concluímos que os textos das definições funcionam como anticortesia, ao denegrir, rebaixar e comprometer a imagem social da mulher.

No dicionário analisado, ainda que a edição de 1958 tenha melhorado muito este aspecto, também encontramos evidências de ideologia homofóbica em definições claramente vexatórias sobre a mulher e o feminino. A insistência em manter uma imagem negativa da mulher, carregada de preconceitos, nos leva a supor que no imaginário de quem redigiu o dicionário apreciado, este coletivo (mulher) não surge como seu interlocutor social, já que não se observam estratégias para preservar a imagem feminina e tampouco sua honra.

Assim, é possível reconhecer que o dicionário está dotado de significações sócio-culturais, pois através dele se inserem valores que fazem parte da cultura da sociedade da qual registra a língua. Em outras palavras, o dicionário está povoado de ideologias, percebidas através da lente “ideologicamente neutra” do lexicógrafo.

Acreditamos, ainda, que o lexicógrafo poderia ter registrado de maneira menos agressiva estas e outras definições do coletivo feminino, com o que ganharia em respeito em relação a este grupo e ofereceria ao público o exemplo de correção e cortesia que a sociedade demanda.

Dessa forma, chamamos atenção para um especial cuidado que se deve ter ao definir palavras cujos referentes ou destinatários possam sentir-se ofendidos, humilhados ou desvalorizados pelo seu conteúdo, sobre tudo se esta definição é, como nos casos apresentados, tendenciosa e equivocada.

Devemos, pois, concluir que ainda há muito a fazer no campo da lexicografia com relação à escolha de uma linguagem adequada para construir enunciados definitórios. Mesmo com o grande avanço atual da meta-lexicografia, ao apresentar uma série de pressupostos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

teóricos a partir dos quais se abordam os problemas da definição, enquanto se debatem as soluções de várias questões lexicográficas, cabe iniciar um processo de revisão estrito e rigoroso da linguagem empregada nas definições. Faz-se necessário eliminar do texto lexicográfico os vocábulos que evidenciam o enunciador e, da mesma forma, os termos subjetivos e valorativos como os que mostramos neste trabalho, fixando modelos léxicos apropriados para o texto das definições, através de um conteúdo mais claro, objetivo e neutro possível.

ANEXO

Definições selecionadas
nos verbetes das duas edições do *Dicionário Caldas Aulete*

	Caldas Aulete (edição brasileira), 4ª ed., 1958.	Caldas Aulete (edição portuguesa), 1ª ed. 1881 (presumível).
cachorra	mulher ,rapariga de mau gênio, p. 770	igual enunciado, p. 257
cadela	meretriz, prostituta, p.775	0
cadelona	rameira, p.775	0
galinha	mulher devassa (fig.), p. 2372	galinha (não inclui a acepção indicada em 1958), p. 844
leviana	mulher namoradeira ou mal comportada, p. 2966	0 mulher leviana, namoradeira, mal comportada (definido em “leviano”, p. 1059)
meretriz	rameira, prostituta; (inclui abonação de Guerra Junqueiro), p. 3227	rameira, prostituta, p. 1149
mulher	Pessoa do sexo feminino, pertencente à plebe ou às classes inferiores da sociedade (por oposição a senhora ou dama): mulher de capote e lenço. Bras. (pop.) mulher à-toa, da comédia (SP), da rótula (RJ), da rua, da vida, de má nota, de ponta de rua (Norte), do fado, do fandango (SP), do mundo, do pala aberto (SP), errada, perdida, vadia, o mesmo que meretriz, p. 3379-80.	Pessoa do sexo feminino, pertencente á plebe ou ás classes inferiores da sociedade (por oposição a senhora ou dama): <i>mulher</i> de capote e lenço, p. 1197.
mulher-dama	(Bras., Nordeste) (pop) meretriz, p. 3380.	0
mulher-solteira	(Bras., Nordeste) (pop) meretriz, p. 3380.	0
mulherinha	mulher ordinária, da classe baixa; mulher desprezível, de má vida, p. 3380.	igual enunciado, p, 1197.
mulherota	(deprec.) mulher de somenos, ordinária, p. 3380.	0
perua	meretriz, prostituta (br: chulo), a fêmea do peru, (pop) bebedeira, p. 3867	a fêmea do peru, bebedeira, p. 1337
perra	cadela; termo de injúria a uma mulher, p. 3861	termo de injúria a uma mulher, p. 1335
prostituta	mulher pública, meretriz, p. 4113	igual enunciado, p. 1424
puta	(chulo) qualificativo de qualquer ser ou ob-	0

LEITURA E ORALIDADE

	jeto feminino, p. 4159	
rameira	mulher pública, prostituta, meretriz, p. 4242	igual enunciado, p. 1467
vagabunda	(chulo) prostituta, p. 5203.	0 (somente inclui “vagabundo”, p. 1838)

REFERÊNCIAS

BRIZ, Antonio. La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española. **In:** *Actas del primer Coloquio del programa EDICE, “La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes.”* Estocolmo, 2003. Disponível em: <http://www.primercoloquioedice.org/Actas/actas.htm>. Acesso em: junho de 2005.

CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4ª edição brasileira, aum. e rev. por Hamilcar de Garcia. Rio de Janeiro: Delta, 1958, 5 vol.

DICCIONARIO contemporaneo da língua portuguesa. Lisboa, s/d, 2 vol.

FORGAS BERDET, E. La (de)construcción de lo femenino en el diccionario. **In:** *El sexismo en el lenguaje*. Málaga: Servicio de Publicaciones del CEDMA, 1999. Disponível em: <http://pizarro.fll.urv.es/continguts/hispanica/profes/public/deconstrucion.htm>. Acesso em julho de 2006.

———. Dicionario, cortesía lingüística y norma social. **In:** BRAVO & BRIZ. *Pragmática sociocultural: estudio sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004.

FORGAS BERDET, E. & FERNÁNDEZ, J.: La inclusión del componente pragmático en los diccionarios monolingües del español. **In:** *Perspectivas aplicadas de la lingüística moderna*. Zaragoza: Anubar, 1998. Disponível em: <http://pizarro.fll.urv.es/continguts/hispanica/profes/public/zaragoza.htm>. Acesso em agosto de 2006.

GUERRERO RIVERA, El diccionario: signo ideológico-sociocultural. **In:** *Revista Folios Diital*, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 1º semestre de 1998. Disponível em <http://www.pedagogica.edu.co/index.php?inf=1049>. Acesso em agosto de 2006.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MEDINA GUERRA, Antonia. La microestructura del diccionario: la definición. **In:** —. *Lexicografía Española*. Barcelona: Ariel, 2003.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. A definição lexicográfica. **In:** *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

LEITURA E ORALIDADE

ALGUNS ASPECTOS FONOLÓGICOS DO IRLANDÊS

João Bittencourt de Oliveira (UERJ e UNESA)
joao.bittencourt@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O *irlandês* (*Gaeilge*), também conhecido como gaélico irlandês, é um idioma falado como língua nativa na ilha da Irlanda (em irlandês *Éire* e em inglês *Ireland*) por cerca de 355.000 pessoas, predominantemente nas zonas rurais ocidentais da ilha. O irlandês já havia sido a língua principal da ilha antes de os ingleses a conquistarem durante a Idade Média.

A partir de 1922, com a independência da República da Irlanda (chamado originalmente "Estado Livre Irlandês"), o irlandês passou a ser, juntamente com o inglês, o idioma oficial do país. Desde 13 de junho de 2005, o irlandês é um dos idiomas oficiais da União Europeia. Desde 1998, com o Acordo de Belfast⁵, o irlandês é também reconhecido como língua minoritária na Irlanda do Norte. O censo de 2002 revelou que aproximadamente 42 % da população da Irlanda é capaz de falar a língua com relativa facilidade. As comunidades e regiões onde se fala o irlandês são chamadas *Gaeltachtaí* (no singular, *Gaeltacht*). A *Gaeltacht* com maior população é Conamara, no Condado de Galway (*Contae na Gaillimhe*) e nas Ilhas Aran (*oileáin Árann*). Há também falantes na Inglaterra (Ríocht Aontaithe), Estados Unidos (Stáit Aontaithe Mheiriceá), Canadá (Ceanada) e Austrália (an Astráil).

Com a obrigatoriedade do estudo da língua nas escolas públicas, o número de falantes tem crescido satisfatoriamente nas últimas décadas. Embora seja ainda o inglês a língua predominante da República da Irlanda, existem vários jornais, revistas e emissoras de rádio que veiculam mensagens em irlandês. Tem-se notícia da criação de

⁵ O *Acordo de Belfast* (também conhecido por *Acordo de Sexta-feira-Santa*) foi assinado em Belfast em 10 de Abril de 1998 pelos Governos Britânico e Irlandês e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre católicos e protestantes e o referendo foi votado favoravelmente por larga maioria tanto na República da Irlanda como na Irlanda do Norte.

um canal de televisão que transmite suas programações totalmente em língua irlandesa (*Teilifís na Gaeilge*, o TG4). A música e o cinema têm sido grandes aliados na divulgação de temas relacionados à cultura, ao folclore e à história do povo irlandês.

O irlandês contemporâneo comporta três variantes dialetais: Ulster (Cúige Uladh), no norte; Munster (*An Mhumhain*), no sul; e Connacht (*Connachta*), na região central e ocidental da ilha. Cada dialeto apresenta pequenas diferenças na gramática, no vocabulário e na pronúncia, cujas marcas se acentuam mais fortemente nos dois primeiros. Há regras fixas para o padrão gramatical formal, mas não para a pronúncia. O irlandês é um dos membros da divisão gaélica das línguas célticas⁶.

ORIGEM DA ESCRITA IRLANDESA: O ALFABETO OGHAM

Os primeiros registros escritos em irlandês de que se tem notícia estão grafados em *ogham*, sistema de escrita alfabética conhecido basicamente através de inscrições do século V d.C., composto, em sua forma típica de 15 símbolos consonânticos, formados de linhas (riscos na borda da pedra) e de cinco símbolos vocálicos, formados de pontos (furos na pedra). Cerca de 500 dessas inscrições foram localizadas não apenas na Irlanda, mas também na Escócia, no País de Gales e na Inglaterra. Algumas representam formas arcaicas do gaélico e do *picto*⁷ e ainda não foram decifradas pelos linguistas. Foram também encontradas algumas inscrições bilíngues: em ogham e em latim.

Essas inscrições eram feitas em pedras e originalmente eram usadas para demarcar fronteiras territoriais (ou de propriedade) e mais tarde em lajes tumulares. Muitas dessas inscrições que sobreviveram e que já foram traduzidas apresentam a sequência de três sintagmas: nome da pessoa + nome do pai + nome da tribo. O conjunto das letras ogâmicas ficou conhecido como “Beth Luis Nion”, em re-

⁶ Para uma visão detalhada do domínio das línguas célticas, ver Oliveira (2005, p. 235-254).

⁷ Língua dos *pictos*, povos provavelmente pré-célticos, que habitavam o norte da Escócia no início da idade média. Do latim *picti*, literalmente “pintados” ou “tatuados”, assim chamados por pintarem o corpo, prática que já havia desaparecido entre outras tribos célticas.

LEITURA E ORALIDADE

ferência ao nome da primeira, segunda e quinta letras desse alfabeto, de certa forma, semelhante à nossa maneira de designar o alfabeto: *abc*.

O ogham é também denominado "alfabeto celta das árvores" ou ainda alfabeto druídico sagrado. Tanto os *druidas*⁸ quanto os celtas possuíam muita afinidade com a natureza, em geral e com as árvores, em particular, por guardarem significados misteriosos e ocultos e que somente os iniciados poderiam desvendar. Muitas cerimônias religiosas celtas eram realizadas em bosques sagrados com árvores específicas, conforme o significado mágico de cada uma. O nome de cada letra é também o nome de uma árvore e está simbolicamente relacionada a uma cor e a um animal. Assim, por exemplo, *Beth* se refira à bétula (árvore), vaca (animal) e branca (cor).

O ogham parece ser um fenômeno típico das Ilhas Britânicas, porquanto a maioria das inscrições documentadas são, como vimos acima, originárias da Irlanda e Grã-Bretanha. Duas evidências procuram disputar a origem do alfabeto ogham: a arqueológica aponta para os povos indo-europeus ao norte dos mares Negro e Cáspio, na Europa Oriental; já a evidência botânica, que estuda a distribuição das árvores do alfabeto Ogham, aponta para o vale do Reno e para região da cultura de La Tène⁹, considerada por muitos o berço da cultura celta.

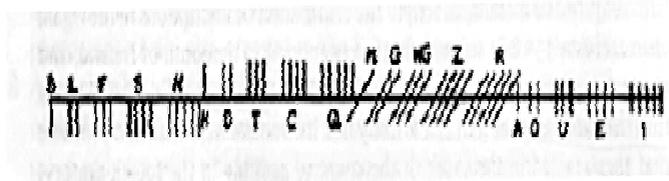
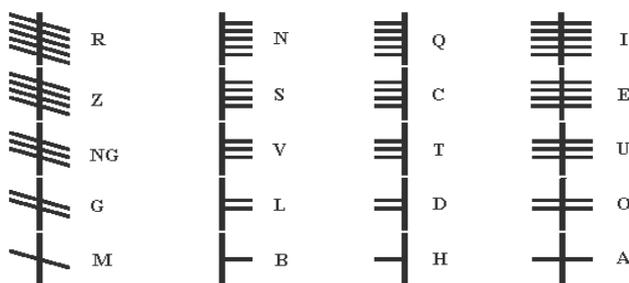
⁸ Nome dos primitivos sacerdotes gálios e bretões. Do antigo celta **derwíjes* "adivinho, vaticinador" (cf. o irlandês *draoi*, genitivo plural *druadh*, o gaélico *draoi*, *draoidh*, *druidh*); outra etimologia, porém, procura ligar o termo a **dru*, *duir* "carvalho", árvore extremamente poderosa e sagrada, e que dá nome a uma das letras do alfabeto ogham. Os druidas, que formavam uma classe sacerdotal, possuíam uma doutrina religiosa e filosófica. Não possuíam templos, reuniam-se nos bosques. Atribuía-mos virtudes misteriosas a certas plantas, entre elas o carvalho e o visgo. Suas atribuições judiciais lhes permitiam exercer influência política, social e religiosa sobre as nações celtas (Gália, Bretanha e Irlanda).

⁹ A cultura de La Tène (de 450 a.C. até a conquista romana) foi uma cultura da Idade do Ferro, assim denominada em referência ao sítio arqueológico de La Tène, no lado norte do lago de Neuchâtel na Suíça, onde um tesouro de artefatos foi descoberto pelo arqueólogo suíço Hans Kopp em 1857. Ao término das escavações, foram identificados cerca de 2500 objetos, feitos principalmente de metal. As armas predominavam, sendo 166 espadas (a maioria sem sinal de uso), 270 pontas de lança e 22 escudos, junto com 385 broches, ferramentas e partes de carros de guerra. Numerosos ossos humanos e de animais foram também encontrados. Desde o momento em que Kopp puxou a primeira espada do lago, La Tène tem despertado o fascínio e a curiosidade de renomados arqueólogos.

Características

O ogham era escrito da esquerda para a direita em manuscritos, e de baixo para cima em pedras. Quando colocado na horizontal, o sentido é da direita para a esquerda. A linha central representa um tronco de árvore, e os traços representam os ramos. Encontra-se agrupado em séries de cinco letras cada, e continha originalmente as quatro primeiras séries. A quinta série, *forfeda* “letras adicionais”, continha primeiro cinco, e depois seis letras para sons importados de outras línguas e que não existiam originalmente no irlandês.

Apresentamos abaixo as formas vertical e horizontal da escrita oghâmica:



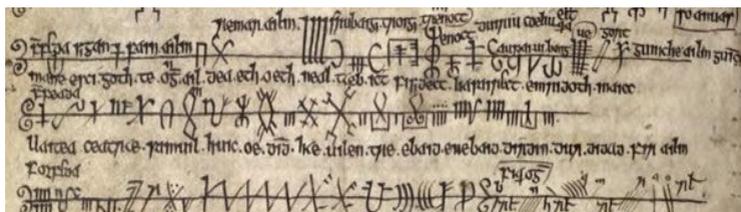
Nota-se a ausência da letra *p*, visto que esse fonema se perdeu no protocelta, ou celta comum, não sendo, pois, substituído no celta-*Q*¹⁰. Seu emprego, entretanto, só foi necessário a partir da incorporação de palavras latinas que continham o fonema /p/ (como Patrick).

¹⁰ As línguas célticas derivam de dois ramos indo-europeus do grupo denominado *centum*: o celta-*Q* (goidélico), mais antigo, do qual derivam o irlandês, o gaélico da Escócia e a língua manx, ou manqués, da Ilha de Man, e o celta-*P* (galo-britânico), falado pelos gauleses e pelos habitantes da Bretanha, cujos descendentes modernos são o galês (do País de Gales) e o bretão (na Bretanha).

LEITURA E ORALIDADE

Nota-se também que as quinze consoantes são listadas antes das cinco vogais. Segundo a tradição, essa era a ordem dos verbetes nos dicionários dos antigos monges.

Apresentamos, a seguir, um fragmento do Livro de Ballymote (**Baile an Mhóta**, em irlandês), manuscrito irlandês em ogham do século XIV. É uma compilação de vários assuntos, destacando-se a história da vida de São Patrício e a genealogia de vários reis e clãs irlandeses.



Fonte: <http://www.answers.com/topic/forfeda>

Alfabeto uncial irlandês/Escreta Gaélica

O alfabeto *uncial*¹¹ teve origem nos manuscritos medievais, como alternativa ao alfabeto latino. Foi usado no irlandês impresso até bem recentemente e é ainda usado em sinais de estradas e cartazes públicos em várias regiões da Irlanda. Eis o texto bíblico do Pai Nosso Como os povos celtas não possuíam escrita e difundiam o conhecimento apenas por via oral, as informações hoje disponíveis sobre eles foram obtidas principalmente através do testemunho dos romanos durante as invasões à Bretanha. Isto não permite traçar um quadro completo e imparcial do que foi a realidade quotidiana desses povos.

Quando São Patrício (santo padroeiro da Irlanda) introduziu o Cristianismo na Irlanda no século V d.C., os escritores irlandeses

¹¹ Nos sistemas de escrita grego e latino, tipos de letras utilizadas até o século XIII d.C., caracterizados pelo uso de letras maiúsculas. Teria sido Jerônimo quem deu a estas letras, relativamente grandes, o nome de *litterae unciales* (ie letras da altura de uma unha). Foi amplamente desenvolvido nos ambientes cristãos a partir do século III d.C. Ulfilas, bispo ariano, apóstolo dos godos (c. 311 – c. 383), ao traduzir a Bíblia para o gótico, acabou criando o famoso *alfabeto gótico* a partir das unciais gregas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

começaram a escrever em latim, o que levou o alfabeto latino a substituir as outras formas de escrita. As invasões dos Vikings nos séculos IX e X contribuíram para a destruição de muitos manuscritos preciosos, e os que sobreviveram são posteriores a essa época.

Nesse alfabeto:

AN RÁIÖIR
ÁR DÁĀAIR ATĀ AR DEAIÖ,
ÖO DAOĀAR D'AIÖM,
ÖO ÖTAAÖ DO RÍÖÖT;
ÖO DÖÉADTAR DO ÖOIL AR AN
ÖTALAIÖ MAR DÍĀEAR AR DEAIÖ.
ÁR D-ÁRAN LAETĀIL TABAIR ÖÁIÖM IÖMIA;
AÖAS MAIT ÖÁIÖM ÁR BĀIACA,
MAR A MĀITMÖMÖE ÖÁR BĀEICIĀDA FĀEÖ;
AÖAS NĀ LIÖ SÖM I ÖCATĀ,
AC SAOR SÖM Ö ÖLC. Amen.

=====
From the official text of the Holy Mass in Irish as approved by the Irish Episcopal Conference,
operative from the First Sunday of Easter 1965.
Imprimi potest: †Michael Episcopus Galviensis et Duacensis.

Submitted by John Dominic Dowling, The Coppins, Foxrock, Dublin 18. jddowling@iname.com

Transliteração em Irlandês Moderno

Ar n-Athair a tha air nĕamh, Gu naomhaichear d'ainm.
Thigeadh do rĕoghachd.
Dĕanar do thoil air an talamh mar a nithear air nĕamh.
Tabhair dhuinn an-diugh ar n-aran lĕitheil.
Maith dhuinn ar fiachan, amhail a mhaitheas sinne dar luchd-fiach.
Sĕbhail sinn bho Ām na deuchainne, agus saor sinn o olc: oir is leatsa an
rĕoghachd, agus an cumhachd, agus a' ghlĕir, gu siorraidh.
Amen.

LEITURA E ORALIDADE

O Alfabeto Irlandês Moderno (an aibítir)

Atualmente o irlandês emprega o alfabeto latino convencional, embora a reforma ortográfica de 1957 tenha eliminado algumas letras mudas que ainda se usam no gaélico escocês.

A a	B b	C c	D d	E e	F f	G g	H h	I i
[á]	[bé]	[ce]	[dé]	[é]	[eif]	[ge]	[héis]	[í]
L l	M m	N n	O o	P p	R r	S s	T t	U u
[eil]	[eim]	[ein]	[ó]	[pé]	[ear]	[eas]	[té]	[ú]

As letras j (jé), k (ká), q (cú), v (vé), w (wae), x (ex), y (yé) e z (zae) não ocorrem em palavras nativas, somente aparecem nos empréstimos, geralmente do inglês, como, por exemplo, **jab** (job “emprego”) e **veain** (van “caminhão fechado”).

Vogais e ditongos

As vogais irlandesas propriamente ditas são cinco: a, e, i, o, u, às quais se costuma acrescentar ea, que é sempre breve e tem o mesmo som de a. Como o latim, o irlandês possui vogais *longas* ou *breves*. As vogais longas são geralmente indicadas na escrita pelo acento agudo.

As vogais longas são: **á, é, í, ó, ú**. Estas vogais são sempre pronunciadas como tais, em qualquer posição na palavra.

As vogais breves são: **a, ea, e, i, o, u**. As vogais breves são pronunciadas como no quadro abaixo somente quando ocorrem em sílaba tônica. Todas as vogais em sílaba átona são pronunciadas como uma vogal neutra ou *schwa* [ə], como no inglês “agony” [ˈæɡəni].

LEITURA E ORALIDADE

- **abh**ai como em *meabhair* [m`aur] “intelecto”
- **eabh** como em *samhradh* [saurə] “**verão**”
- **omh** como em *domhan* [daun] “mundo” e o ditongo [ai] como em “cai”:
- **adh** com em *adhmad* [aiməd] “**madeira, floresta**”
- **adha** como em *adharc* [airk] “chifre”
- **aidh** come em *raidhse* [raišə] “**abundância**”
- **agha** como em *saighdiúir* [said`u:r] “soldado”

Consoantes

Em português *pato* e *bato* são vocábulos distintos, e o que os torna distintos é a presença ou a ausência da sonoridade na consoante inicial. O mesmo se aplica a *tato* e *dato*, *selo* e *zelo*, *chato* e *jato* etc. Em português e em muitas outras línguas, enquanto as vogais são sempre sonoras, as consoantes podem ser ou não produzidas com vibração das cordas vocais.

O irlandês possui o mesmo traço distintivo entre consoantes surdas e sonoras. Porém, há outro traço não compartilhado com o português: onde o português usa somente um tipo de /p/, o irlandês emprega dois, e o mesmo se aplica às demais consoantes. Essa distinção em irlandês é conhecida pelos termos *caolú* “fechamento” e *leathnú* “abrimento”.

As letras b, d, f, c (k), l, m, n, p, s, t têm o mesmo som que em português, contudo é importante observar que, no caso de *m-n*, por exemplo, nós fechamos os lábios na pronúncia do *m*, mas os deixamos abertos na do *n*, como em *mau* e *noite*. Essa é apenas uma comparação aproximada. No irlandês o fenômeno não se limita apenas a duas consoantes, já que uma mesma consoante pode assumir as duas formas. Conforme essa regra, uma consoante velar é indicada por uma vogal “aberta” *a*, *o* ou *u*, e uma palatal por uma “fechada” *e* ou *i*. Muitas distinções semânticas também se fazem através desse mecanismo. Assim, por exemplo, velar *éan* [e:n] “pássaro”, palatal *éin* [e:n] “pássaros”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em termos fonéticos, as consoantes “fechadas” são *palatalizadas* (ie pronunciadas com o dorso médio ou anterior da língua tocando ou aproximando-se do palato duro), ao passo que as “abertas” são *labiovelarizadas* (ie produzidas com o estreitamento ou a oclusão do palato mole e o dorso posterior da língua, em combinação com o arredondamento dos lábios). Simplificando, as consoantes palatalizadas soam como se fossem seguidas da semivogal *y* e as labiovelarizadas como se fossem seguidas da semivogal *w*.

Há situações em irlandês em que o falante é obrigado a labiovelarizar ou a palatalizar a consoante final de uma palavra. Por exemplo, para formar o genitivo de alguns nomes tem que palatalizar; para outros, tem que labiovelarizar.

Levando-se apenas em conta os traços fônicos distintivos – labiovelarização e palatalização – teríamos o seguinte quadro:

Consoante	Exemplo	Tradução
b > /b/	bád	barco
	beoir	cerveja
bh > /w/ /v/	mo bhád	meu barco
	an bheoir	a cerveja
<i>Quando aberto, o dígrafo bh é sempre pronunciado como /w/. Porém, antes de l e r soa como /v/.</i>		
c > /k/	cat	gato
	ceann	um, cabeça
ch > /kh/	mo chat	meu gato
	mo cheann	minha cabeça
<i>Quando aberto, o dígrafo ch é pronunciado como o gaélico escocês loch.</i>		
<i>Quando fechado, é pronunciado na parte mais frontal da boca como o alemão Ich.</i>		
d > /d/ /dj/	doras	porta
	deoch	bebida
<i>Quando aberto, o d soa como o português, quando fechado, como o j em inglês.</i>		
dh > /y/	mo dhoras	minha porta

LEITURA E ORALIDADE

	mo dheoch	minha bebida
	<i>Quando fechado, o dígrafo dh soa exatamente como y em inglês; quando aberto, é mais gutural.</i>	
f > /f/	fada	longo
	fear	homem
fh	an-fhada	muito longo
	don fhear	para o homem
	<i>O dígrafo fh é sempre mudo.</i>	
g > /g/	gairdín	jardim
	geata	portão
gh > /g/	sa ghairdín	no jardim
> /y/	mo gheata	meu portão
	<i>O dígrafo gh — tanto aberto como fechado — se comporta como dh.</i>	
h > /h/	hata	chapéu
l > /l/	lón	almoço
	leabhar	livro
ll > /l'/	balla	muro, parede
	billeog	folha, folheto
m > /m/	máthair	mãe
	méar	dedo
mh > /w/	mo mháthair	minha mãe
> /v/	mo mhéar	meu dedo
	<i>O dígrafo mh — tanto aberto como fechado — se comporta exatamente como bh.</i>	
n > /n/	naomh	santo
	neamh	céu
nn > /n/	donn	marron
	binne	doçura
ng > /ŋ/	rang	classe
	daingean	fortaleza

P > /p/	Pádraig	Patrick
	Peadar	Peter
ph > /f/	a Phádraig	Ó Patrick (vocativo)
	a Pheadar	Ó Peter (vocativo)
r > /r/	rothar	bicicleta
	rince	dança
<i>O r fechado — quando ocorre no início da palavra — pronuncia-se com a língua achatada contra o palato. É um som vibratório /rzh/ de difícil aproximação com o português.</i>		
s > /s/	salach	sujo
	sean	velho
<i>Quando fechado, o s é pronunciado como /h/ aspirado.</i>		
sh > /h/	ró-shalach	muito sujo
	ró-shean	muito velho
<i>O dígrafo sh é sempre pronunciado como /h/ aspirado.</i>		
t > /t/	Tomás	Tomás
	> /kh/ teach	casa
<i>Quando fechado, o t é pronunciado como o dígrafo ch. É a contraparte surda do d.</i>		
th > /h/	a Thomáis	Ó Tomás (vocativo)
	> /h/ mo theach	minha casa
<i>O dígrafo th é sempre pronunciado como /h/ aspirado.</i>		

Mutações

Um dos traços fonéticos comuns a todas as línguas célticas é o que se tornou conhecido como mutações das consoantes iniciais. Essas línguas variam quanto ao número de mutações: o gaélico escocês e o manx possuem apenas uma, o irlandês duas; já as línguas do

LEITURA E ORALIDADE

ramo britônico¹² (galês, bretão e córnico) possuem três cada, embora não exatamente as mesmas. Em todas essas línguas, o substantivo feminino singular sofre mutação após o artigo definido; já os adjetivos sofrem mutações após substantivo feminino singular. De mesma forma, os adjetivos possessivos provocam uma série de mutações. Vejamos alguns exemplos.

Bretão	Irlandês	Galês	Tradução
<i>gwreg</i>	<i>bean</i>	<i>gwraig</i>	mulher
<i>bras</i>	<i>mór</i>	<i>mawr</i>	grande
<i>ar wreg vras</i>	<i>an bhean mhór</i>	<i>y wraig fawr</i>	a mulher grande
<i>kazh</i>	<i>cat</i>	<i>cath</i>	gato
<i>e gazh</i>	<i>a chat</i>	<i>ei gath</i>	o gato dele
<i>he c'hazh</i>	<i>a cat</i>	<i>ei chath</i>	o gato dela
<i>o c'hazh</i>	<i>a geat</i>	<i>eu cath</i>	o gato deles

No inglês contemporâneo, o artigo indefinido *an* “um, uma” representa a evolução de *one* (numeral “um”), por isso a expressão “an apple” deriva de “one apple”. Com o passar dos séculos, o *-n* caiu antes de consoantes, e atualmente se diz “a boy” e “a girl”, e não “an boy” e “an girl”. Processo semelhante se deu em relação ao irlandês. A preposição *i* “em”, por exemplo, terminava em *-n* no período antigo da língua (cf. o inglês *in*, o latim *in* ou o grego *en* etc.). É como se disséssemos em inglês “a moy” em vez de “a boy” e “a ngirl” em vez de “a girl”, ou ainda em português, com relação ao artigo definido, “a moi”, em vez de um “o boi” e “a ngarota”, em vez de “a garota”. Daí:

<i>i leabhar</i>	“em um (num) livro”
<i>i n-áit</i>	“em um (num) lugar”

Quando a palavra seguinte começa por uma vogal, como *áit*, o *n* reaparece, exatamente como em inglês “an apple”. Porém, no gálico irlandês a situação é bem mais complexa. O *n* reaparece não

¹² Nos sistemas de escrita grego e latino, tipos de letras utilizadas até o século XIII d.C., caracterizados pelo uso de letras maiúsculas. Teria sido Jerônimo quem deu a estas letras, relativamente grandes, o nome de *litterae unciales* (ie letras da altura de uma unha). Foi amplamente desenvolvido nos ambientes cristãos a partir do século III d.C. Ulfilas, bispo ariano, apóstolo dos godos (c. 311 – c. 383) ao traduzir a Bíblia para o gótico, acabou criando o famoso *alfabeto gótico* a partir das unciais gregas.

apenas com um *-n*, mas em várias outras formas dependendo da palavra seguinte. Essa mudança no início das palavras é denominada *eclipsis* “obscurcimento”. Como veremos, outras formas de mutação ocorrem, como as denominadas “mutações iniciais”. Esse tipo de mutação é um dos mais desafiantes na fonologia gaélica, já que, como o próprio termo exprime, a mutação ocorre no início da palavra, tornando, muitas vezes, sua forma praticamente irreconhecível se comparada com aquela registrada nos dicionários.

Lenização (séimhiú)

A mutação inicial mais comum é através do processo a que os linguistas denominam *lenização* (i.e. abrandamento, do latim *lĕnĭtās*, com o mesmo sentido). Trata-se de um processo fonológico particular de algumas línguas em que a pronúncia de certas consoantes se torna abrandada ou relaxada, e de maneira gradual uma consoante é substituída por outra (Lockwood, 1975, p. 82-84). Esse processo teve início ainda no período anglo-saxônico (século V d.C.), dando origem às correspondências do tipo:

Latim	Inglês
cordis	heart “coração”
pater	father “pai”
tres	three “três”

O *c* original do indo-europeu foi abrandado no germânico passando a *h*, o *p* evoluiu para *f* e o *t* para *th*. Observa-se que o *f* em *father* é pronunciado com os lábios, do mesmo modo que o *p*; porém, o contato com os lábios é abrandado de maneira a permitir a saída do ar. De modo idêntico, o *th* em *there* é pronunciado quase igual ao *t*, exceto que o contato com a língua é mais brando, permitindo a saída do ar.

Apresentamos a seguir a mesma tabela com a inclusão das palavras irlandesas equivalentes:

LEITURA E ORALIDADE

Latim	Irlandês	Inglês
cordis	croidhe	heart “coração”
pater	athair	father “pai”
tres	trí	three “três”

No irlandês, as consoantes sofreram um abrandamento semelhante, mas somente quando intervocálicas e não no início de palavras. Assim, o *t* medial da palavra *athair* abrandou-se em *th*, exatamente como no inglês *three* (o *p* inicial simplesmente caiu). No irlandês antigo, esse *th* deveria ser pronunciado de maneira bem aproximada do *th* do inglês contemporâneo, mas no irlandês moderno foi abrandado em *h*.

A palavra inglesa *right* “certo, correto” é cognata da palavra latina *rēctus*, com o mesmo sentido: o *c* abrandou-se em *ch* como no escocês *loch* [la:x] ou no alemão *Bach* [ba:x] “ribeiro, riacho” (embora grafado *ch*). Posteriormente, o som abrandado se perdeu no discurso falado e a vogal alongou-se, em compensação. Algo semelhante aconteceu com a palavra irlandesa *croidhe*. O *d* abrandou-se, o *dh* deveria ser pronunciado como o *th* da palavra inglesa *there* “lá”. Porém, com o passar dos tempos, esse som desapareceu e a vogal alongou-se, de modo que no irlandês moderno a palavra passou a ser pronunciada e grafada *croí*.

A lenização ocorre em irlandês pela combinação da letra original com a letra *h*, como *th*, *ch*, *ph*, ou *sh* em inglês. Em inglês, o *ph* representa o som de /f/, não de /p/ seguido de *h* e do mesmo modo, combinações de letras com *h* em irlandês representam sons separados. Antes do advento da máquina de escrever, usava-se um símbolo diacrítico chamado *sí buailte* (•) para indicar a lenização de algumas consoantes no irlandês escrito. A letra *h* passou a substituir esse símbolo, inclusive em nomes próprios, como por exemplo, *Sean Bhan Bhocht* = Shan Van Vocht ou *Stíóphán* = Stefawn.

A lenização é um traço fundamental na fonologia e na morfologia da língua. No início das palavras, a lenização se gramaticalizou, isto é, a ocorrência ou não da lenização dependerá de como a palavra está sendo usada. Assim, por exemplo, a palavra “vaca” é *bó*, mas “a vaca” é *an bhó*, com o *bh* representando o *b* lenizado, que tem o som de /v/. De modo semelhante, se quisermos dizer em irlan-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dês “meu amor”, temos que juntar o adjetivo possessivo *mo* antes de *grá*. Ora, a palavra “*mo*” termina em vogal, por isso a primeira consoante de “*grá*” é lenizada em “*mo ghrá*”.

O irlandês moderno, como afirmamos acima, marca a lenização inserindo um *h* após a consoante lenizada. Cada combinação de consoantes com o *h* representa um novo som relacionado com o original, mas significativamente diferente. Consoantes lenizadas podem aparecer também no meio ou no final das palavras e, por alguma razão, nas formas mais antigas da língua, todas eram precedidas de vogais.

Exemplificando, o adjetivo possessivo *a* tanto pode significar “dele ou dela”. Referindo-se ao masculino, a lenização se impõe. Comparemos:

Sem lenização = "dela"		Com lenização = "dele"	
a croí	<i>seu coração</i>	a chroí	<i>seu coração</i>
a máthair	<i>sua mãe</i>	a mháthair	<i>sua mãe</i>
a buachail	<i>seu namorado</i>	a chailín	<i>sua namorada</i>

De modo semelhante, em certas colocações de preposições com o artigo, a lenização estabelecerá a diferença entre “ele” e “ela” (caso oblíquo em português). Sem lenização, o significado será sempre “por ela” ou “contra ela”, mas jamais “por ele” ou “contra ele”.

Sem lenização = "ela"		Com lenização = "ele"	
ina cóir	<i>por ela</i>	ina chóir	<i>por ele</i>
ina coinne	<i>contra ela</i>	ina choinne	<i>contra ele</i>

Eclipse (urú)

Eclipse consiste na substituição de um fonema inicial por outro. Diante da complexidade do tratamento do eclipse e para não alongarmos ainda mais nossa exposição, limitaremos os exemplos de sua ocorrência somente com a preposição *i* “em”.

1. Palavras iniciadas pelas consoantes (**h**, **l**, **m**, **n**, **r** e **s**) não sofrem nenhuma alteração:

LEITURA E ORALIDADE

Consoante	Original		Com a preposição <i>i</i> "em"	
h	<i>halla</i>	muro	<i>i halla</i>	no muro
l	<i>leabhar</i>	livro	<i>i leabhar</i>	no livro
m	<i>mias</i>	prato	<i>i mias</i>	no prato
n	<i>nead</i>	ninho	<i>i nead</i>	no ninho
r	<i>ráiteas</i>	declaração	<i>i ráiteas</i>	na declaração
s	<i>siopa</i>	loja	<i>i siopa</i>	na loja

2. Palavras iniciadas por vogais acrescentam simplesmente um *n*– (prefixado):

Vogal	Original		Com a preposição <i>i</i> "em"	
a	<i>áit</i>	lugar	<i>i n-áit</i>	no lugar
e	<i>Éire</i>	Irlanda	<i>i n-Éirinn</i>	na Irlanda
i	<i>íthir</i>	terra cultivada	<i>i n-íthir</i>	na terra cultivada
o	<i>óstán</i>	hotel	<i>i n-óstán</i>	no hotel
u	<i>uacht</i>	testamento	<i>i n-uacht</i>	no testamento

3. Palavras iniciadas pelas consoantes surdas (**c, f, p e t**), substituem essas consoantes pelas equivalentes sonoras (**g, v, b e d**) respectivamente:

Consoante	Original		Com a preposição <i>i</i> "em"	
c	<i>cás</i>	dificuldade	<i>i gcás</i>	em dificuldade
f	<i>feidhm</i>	função	<i>i bhfeidhm</i>	em funcionamento
p	<i>pub</i>	bar	<i>i bpub</i>	no bar
t	<i>tráth</i>	tempo, hora	<i>i dtráth</i>	em tempo

4. Palavras iniciadas pelas consoantes sonoras (**b, d e g**), substituem essas consoantes pelas equivalentes nasais (**m, n, e ng**) respectivamente:

Consante	Original		Com a preposição <i>i</i> "em"	
b	<i>bosca</i>	caixa	<i>i mbosca</i>	na caixa

d	<i>dán</i>	destino, sina	<i>i ndán</i>	destinado, fadado
g	<i>gort</i>	campo	<i>i ngort</i>	no campo

Nota-se que, embora não seja pronunciada, a letra inicial de uma palavra permanece na escrita quando a mesma sofre eclipse. Desse modo, *i bpub* é pronunciada [ibub]. Palavras começadas por *f* têm esse fonema substituído por /v/, grafado *bh*, mas o *f* original permanece na grafia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o irlandês apresenta um dos mais complexos sistemas fonológicos das línguas indoeuropeias. Dentre esses, destacam-se as mutações consonantais, conhecidas como lenização (a-brandamento) e eclipse (substituição de um fonema inicial por outro). Originalmente essas mutações eram fonologicamente governadas pelos processos de *sândi* externo (ie modificação que afeta foneticamente o início e o final duma palavra ou de um morfema, quando combinado com outro elemento na cadeia): a lenização foi causada por uma consoante entre duas vogais, e o eclipse por uma sequência de consoante nasal + uma obstruente (oclusiva, fricativa ou africada), também no início de uma palavra.

A lenização muda a maneira de como uma letra é pronunciada, e é assinalada graficamente pela inserção do **h** após a letra inicial de uma palavra. No irlandês, isso ocorre quando a palavra é usada de maneira específica, ou se coloca após certas palavras, como o artigo, as preposições, os possessivos etc.

Como a lenização, o eclipse é causado pela palavra precedente e pode afetar tanto as consoantes quanto as vogais (diferentemente da lenização, que afeta somente as consoantes). O eclipse acrescenta uma letra que substitui o som da letra original.

Como podemos perceber, a presença ou ausência de mutação nas consoantes reveste, em irlandês, alta importância, por ser um traço distintivo que afeta não apenas a pronúncia, mas também a grafia e, em muitos casos, o significado de alguns sintagmas.

LEITURA E ORALIDADE

BIBLIOGRAFIA

ARTICLES on the Irish Language “Foras Eolais na Gaeilge”. Disponível em: <http://www.irishgaelictranslator.com/articles>. Acesso em 06/02/2008

BROAD and Slender. *Consonants in Irish*. Disponível em: <http://www.fiosfeasa.com/bearla/language/caol.htm>. Acesso em 06/02/2008.

D'AUTERIVE, R. Grandsaignes. *Dictionnaire des racines des langues européennes*. Paris: Larousse, 1948.

FORFEDA. <http://www.answers.com/topic/forfeda>. Acesso em 08/02/2008.

GREGOR, D. B. *Celtic: a comparative study*. Cambridge: Oleande Press, 1980.

HAYWOOD, John. *Atlas of the Celtic world*. London: Rhames & Hudson, 2001.

IRISH phonology. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Irish_phonology. Acesso em 08/02/2008.

KRUTA, Venceslas. *Celtes. Histoire et dictionnaire. Des origines à la romanisation et au christianisme*. Paris: Robert Laffont, 2000.

LOCKEWOOD, W. B. *Languages of the British Isles past and present*. London: Andre Deutsch, 1975.

OLIVEIRA, João Bittencourt de. Panorama atual das línguas célticas nas ilhas britânicas. In: *Cadernos do CNLF*, Vol. IX, nº 17. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2005, p. 235-254.

ONIONS, C. T. *The Oxford dictionary of English etymology*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

PENNICK, Nigel, and Nigel Jackson. *The Celtic oracle*. London: Aquarian Press, 1991.

POWELL, T.G.E. *The Celts*, ed. rev. Londres: Thames & Hudson Publishers, Inc., 1959.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SIMS-WILLAIMS, Patrick. *The Celtic inscriptions of Britain: phonology and chronology, c. 400-1200*. (Publications of the Philological Society 37). Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

THE Lord's Prayer in Irish. Disponível em:
www.christusrex.org/www1/pater/JPN-gaelic.html. Acesso em 8/02/2008.

TRUDGILL, Peter. *Language in the British Isles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WALTER, Henriette. *L'aventure des langues en occident: leur origine, leur histoire, leur géographie*. Paris: Robert Laffont, 2000.

ANÁLISE DOS ATOS DE FALA NAS TIRAS DE MAFALDA¹³

Mônica Lopes Smiderle de Oliveira (UFES)
monicasmiderle@yahoo.com.br

AUSTIN E SEARLE: A TEORIA DOS ATOS DE FALA

Pelo que mostra Levinson (2007), a teoria dos atos de fala tem sido de grande interesse não só dos linguistas, mas também dos psicólogos, dos antropólogos, dos críticos literários, dos filósofos dentre outros. Os linguistas aplicam a teoria dos atos de fala na sintaxe, na semântica, na pragmática e na aprendizagem de outras línguas; já os psicólogos acreditam que os atos de fala possam ser um pré-requisito para a aquisição da linguagem; os antropólogos acreditam que através dessa teoria se possa encontrar alguma descrição da natureza dos encantamentos mágicos e dos rituais em geral; os críticos literários procuram nos atos de fala um esclarecimento em relação aos gêneros literários e os filósofos perceberam que os atos de fala podem ser aplicados nos enunciados éticos.

O autor afirma que Austin é um dos filósofos que merece destaque porque “começou a demolir a visão de linguagem que colocava as condições de verdade como centrais para a compreensão da linguagem”. Foram os positivistas lógicos, na década de 1930, que acreditavam que para que, um enunciado fosse dotado de sentido, deveria ser verdadeiro ou falso, quer dizer, deveria poder ser submetido à prova de verificação (testado quanto à sua verdade ou falsidade) ou comprovado pela sua correspondência ao estado de coisas a que se refere.

Para Austin (1990), os enunciados não precisam ser verdadeiros ou falsos, porque há uma distinção entre enunciações (*utterances*) que afirmam algo e enunciações que não afirmam, mas realizam determinadas ações. As primeiras são proposições (*statements*) que constataam determinadas coisas ou estados de coisas que podemos verificar se são verdadeiras ou falsas; já as segundas não podemos veri-

¹³ Este texto deriva de parte do 3º capítulo de sua dissertação de mestrado, cujo título é *A ironia como produção de humor e crítica social: uma análise Pragmática das tiras de Mafalda*. Defendida em 07 de março de 2008 – UFES.

ficar se são verdadeiras ou falsas, mas eles realizam um ato que dizem realizar.

Essas primeiras enunciações receberam o nome de constatativas e as segundas de performativas. Por exemplo, quando se fala que Maria mora em Londres, está-se dando a possibilidade de verificar se esse enunciado é verdadeiro ou falso, é só saber se realmente Maria mora em Londres ou não. Tem-se, então, um enunciado constatativo. Mas se for falado “Fecha a porta”, não será nem verdadeiro nem falso, mas será a realização de um pedido ou de uma ordem, desde que se observem as condições de verificação, como se há uma porta a ser fechada, se a pessoa pode fechá-la. Há, nesse caso, um enunciado performativo.

Levinson (2007) chama a atenção para o que Austin relata sobre o enunciado performativo. Este compreende dentro das categorias dos enunciados performativos um número indeterminado de enunciados, tais como os que realizam, por exemplo, pedido, promessa, doação, contratos, aposta, nomeação, veredito, entre outros. Pensando em verificar como esses enunciados são dotados de sentido, já que eles não correspondem a qualquer estado de coisas existente independentemente de sua enunciação, Austin propõe que o seu sentido dependa, não da sua adequação ou não àquilo a que se referem, mas do seu sucesso ou de seu insucesso. Para que um enunciado performativo seja bem sucedido é preciso seguir algumas etapas:

A I Deve existir um procedimento convencional que tenha um efeito convencional.

A.II as circunstâncias e as pessoas devem ser adequadas, conforme especificado no procedimento.

B. O procedimento deve ser executado corretamente e completamente.

C. Muitas vezes, (I) as pessoas devem ter os pensamentos, sentimentos e intenções requeridos especificando no procedimento, e (II) se a conduta consequentemente é especificada, então, as partes relevantes devem ater-se a essa conduta. (Levinson, 2007, p. 291)

É pela observância ou não observância de todas ou de algumas destas condições que depende o sucesso ou o insucesso dos enunciados performativos, podendo, assim, verifica-se diferentes tipos de insucesso. Se não houver a obediência das condições A e/ou B, o ato será nulo; o ato será vazio; se não se respeitar a condição C, mos-

LEITURA E ORALIDADE

tram-se insinceridades: aconselhar alguém a fazer algo quando você realmente pensa que seria vantajoso somente para si próprio e não para o outro. Nesse caso teria sido violada a condição C (I). E se tivesse prometido algo que não seria cumprido seria uma violação direta de C (II). Austin observa que estas violações não são todas de igual estatura.

Levinson mostra, ainda, o que acontece quando não há essa obediência: Suponha-se que um homem tenha dito a sua mulher:

Por meio deste, divorcio-me de você

O autor explica que o simples fato de dizer que se está separando não fará com que o divórcio se consuma, pois não há o procedimento A (para se divorciar é preciso que haja um procedimento convencional, como um juiz e os papéis para serem assinados), portanto esse enunciado só terá sucesso, se ocorrer no ato em que o casal estiver assinando o divórcio, caso contrário, ele não obterá sucesso.

O filósofo, ainda, mostra que todas as declarações, além de significar o que quer que signifiquem, também executam ações específicas ou fazem coisas por terem forças específicas. Desse modo, ao enunciar uma sentença, estarão sendo realizados, simultaneamente, três atos, são eles:

Ato locucionário: é a simples enunciação de uma sentença.

Ato ilocucionário: o ato de fazer uma declaração, oferta, promessa etc. Ao enunciar uma sentença, em virtude da força convencional associada a ela (ou a sua paráfrase performativa explícita)

Ato perlocucionário: o ato de causar efeitos no público por meio da enunciação da sentença, sendo tais efeitos contingentes às circunstâncias da enunciação.

O ato locucionário ou locutório é a realização de uma fonação ou de um ato fonético. É o ato de produzir as falas. O segundo ato, o ato ilocucionário ou ilocutório é a realização do ato fonético articulado as regras gramaticais de uma determinada língua e o ato perlocucionário ou perlocutório é feito com o objetivo de que o enunciado seja reconhecido como um discurso ligado a alguma proposição, ou seja, o enunciado proferido tem que fazer sentido tanto para o falante quanto para o ouvinte.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Levinson comenta que um dos sucessores de Austin é John Searle que retoma os estudos de Austin, e desenvolve uma série de aspectos de sua teoria. Para Searle falar uma língua é realizar atos de fala. Podemos verificar isso, quando:

Falar uma língua é realizar atos de fala, tais como fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas e assim por diante: e, de forma mais abstrata, atos de fala como referir e predicar; e, em segundo lugar, estes atos se tornam, em geral, possíveis e são realizados de acordo com certas regras para o uso dos elementos linguísticos. (Searle 1969, p. 23)

Searle (1969) afirma que há diversos tipos de atos e cada um deles possui um determinado objetivo que terá sucesso, ou não, dependendo se as condições abaixo forem cumpridas:

1. O falante disse que executaria uma ação futura
2. Ele pretende executá-la
3. Ele acredita que pode executá-la
4. Ele pensa que não a executaria de qualquer maneira no curso normal da ação
5. Ele pensa que o destinatário quer que ele a execute (e não que o destinatário quer que ele não a execute)
6. Ele pretende colocar-se na obrigação de executá-la enunciando E
7. Tanto o falante quanto o destinatário compreendem E
8. Ambos são seres humanos normais, conscientes
9. Ambos se encontram em circunstâncias normais, por exemplo, não estão representando uma peça
10. A enunciação E contém algum DIFI que só é adequadamente enunciado se todas as condições adequadas são válidas

Para o autor existem apenas cinco tipos básicos de ação que alguém pode executar ao falar. São elas: representativas, diretivas, comissivas, expressivas e declarativas. As representativas fazem com que o falante se comprometa com a verdade (afirmar, concluir etc.). As diretivas mostram a tentativa do falante de fazer com que o ouvinte realize algo (pedir, perguntar etc.). As comissivas comprometem o falante a realizar uma futura ação (prometer, ameaçar, oferecer etc.). As expressivas expressam um estado psicológico (agradecer, desculpar-se, parabenizar etc.) e as declarativas resultam em mudan-

LEITURA E ORALIDADE

ças imediatas no estado normal das coisas e tendem a se valer de instituições extralinguísticas complexas (excomungar, declarar guerra, batizar, demitir do emprego).

Levinson (2007) acredita que, apesar dessa tipologia ser considerada um avanço em relação a Austin, ela deixa a desejar, pois carece de princípios que a fundamentem e ela não se baseia nas condições de verdades que Searle acredita que devam ser seguidas.

Pode-se perceber que há enunciados nos quais o significado literal, ou convencional, é o mesmo que o falante quis comunicar. Neste caso, o ouvinte só precisa aplicar as regras fonológicas, morfosintáticas e semânticas que interiorizou na aquisição da língua. Mas há muitos enunciados nos qual a intenção do falante é comunicar outra coisa que vai além do significado literal. É o caso, por exemplo, dos atos de fala indiretos, e de respostas indiretas (como em "*Você vai à reunião?*" – "*Estou sem carro.*").

OS ATOS DE FALA NAS TIRAS DE MAFALDA

As tiras de Quino têm a preocupação com a discussão de certos temas que sugerem críticas sociais. Dessa forma, o humor e a ironia estão presentes nessas narrativas. Pode-se dizer, então, que Quino mostra aos seus leitores suas análises do contexto sócio-histórico-político do momento, levando os mesmos a verem a triste realidade da América Latina bem como de outros países em conflito.

A personagem Mafalda, ciente desses conflitos sociais, políticos, culturais, demonstra desejo de discutir essas situações, a fim de que, de alguma forma, possa participar efetivamente das discussões, contribuindo, talvez, para o entendimento dos povos, bem como a modificação dos problemas que a preocupam.

Assim, a análise das tiras selecionadas tem por objetivo mostrar como ocorre o processo dos atos de fala nas tiras de Quino.

Análise dos atos de fala

As ações praticadas via enunciados são de modo geral chamadas de atos de fala, e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, convite, promessa, resposta, e outros. Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz seu enunciado.

Segundo a teoria dos atos de fala de Austin (1962), há três tipos de atos que ocorrem simultaneamente:

Ato locucionário: é o conjunto de sons que a personagem está produzindo;

Ato ilocucionário: é a força que o enunciado produz;

Ato perlocucionário: é o efeito produzido no ouvinte ao receber esse enunciado.

Segundo Searle (1969) há cinco atos de fala ilocucionários, são eles: ato assertivo/ representativo; diretivo/exortivo, comissivo, expressivo/compromissivo e declarativo. O filósofo admite que para que, haja um ato de fala indireto, é preciso ter um enunciado cuja estrutura gramatical indica uma força ilocucionária diferente daquela pretendida pelo falante, como por exemplo, a ironia.

Observam-se as duas seguintes tiras:

Tira 1



Tira 2



LEITURA E ORALIDADE

Na tira 1, Mafalda indaga sua mãe sobre os planos que ela tinha quando criança e interrompe seu questionamento, pois já sabe a resposta. Na verdade, a resposta aparece no quadro três, ao ver a mãe como uma perfeita dona-de-casa. É interessante observar que a fisionomia da menina muda ao longo dos quadros. No primeiro quadro, ela aparece pensativa; no segundo quadro aparece satisfeita, e no último quadro, a expressão dela é de tristeza, pois sabe que sua mãe é e, provavelmente, sempre almejou ser apenas uma dona-de-casa. Mafalda esperava que sua mãe tivesse outras ambições, como ter diploma universitário, ou então, trabalhar fora.

O desfecho inesperado é o que provoca o efeito de humor nessa tira, já que a garota muda o que pretendia falar, e o leitor tem que inferir que ela mudou o foco do assunto porque já tinha descoberto a resposta da pergunta do quadro 1.

A intenção dos três primeiros quadros, da segunda tira, é deixar no leitor o efeito de espanto, já que esses quadros causam um estranhamento em quem conhece a personagem, pois como é de conhecimento dos leitores das tiras, Mafalda não quer ser igual à mãe, pelo contrário, a menina sempre a critica porque deixou de estudar para se casar e ter filhos. Só no último quadro é que o leitor consegue captar a ironia e a crítica feita pela criança. É interessante notar que, nessa tira, no último quadro, a mãe de Mafalda é desenhada sem a boca. Vale lembrar que é pela boca que o ser humano se alimenta e também se expressa, sem levar em conta, é claro, a maneira possível de falar por meio de gestos ou sinais. Sem a boca a mãe da garota não poderia falar, portanto, não poderia ser ouvida. Sem boca para responder, aparentemente ela teria aceitado a ofensa e silenciado.

O humor nessa tira é provocado tanto pela ironia feita por Mafalda a sua mãe, quanto pelo que Bergson denomina de Mundo às avessas, em que os papéis sociais são invertidos.

Nesse conjunto de tiras, aparece o ato de fala expressivo, e também o ato declarativo. No primeiro ato, Mafalda expressa seus sentimentos como, por exemplo: decepção e tristeza; pena/compaixão; aversão/antipatia em relação à sua mãe. E no segundo ato de fala, a personagem espera que as mulheres mudem o comportamento, almejem um futuro melhor.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É possível perceber que nas tiras 1 e 2 houve o ato de fala irônico, pois a personagem ironizou ao criticar a situação feminina. A ironia aparece de modo explícito, como por exemplo, nas tiras em que a menina aparece criticando o modo como as mulheres têm agido na sociedade.

Após analisar os atos de fala nas tiras selecionadas, confirma-se que falar uma língua é realizar ações. Os enunciados possuem uma força ilocucionária/perlocucionária que fazem com que as intenções do falante alcancem o ouvinte, para que este realize os atos de fala propostos pelo falante.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, Jhon. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BERGSON, Henri. *O riso: Ensaio sobre a significação do cômico*. Trad. Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar. (1983[1900])

CAVALCANTI, Ronaldo A. *O mundo dos quadrinhos*. São Paulo: Símbolo. 1977.

FERNANDES, Miriam Munhoz. *O papel da mulher na sociedade brasileira: da sociedade colonial aos dias atuais*. 2005. Disponível em: http://www.monteirolobato.com.br/material/palestra_miriam.doc

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luis Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1985, p. 1-139.

SEARLE, J. R. – *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP, 1969.

LEITURA E ORALIDADE

ANÁLISE DOS HIPERTEXTOS BÍBLICOS: UMA ORIENTAÇÃO À LEITURA OU UMA RESTRIÇÃO À COMPREENSÃO DO LEITOR? O DESENHO DE UM ESTUDO

Maria de Nazaré da Silva (UERJ)

Cristina Vergnano-Junger (UERJ)

crisvj@uerj.br

INTRODUÇÃO

Entre os muitos gêneros que circulam hoje na *Internet*, podemos encontrar os textos bíblicos. A Bíblia tem sido historicamente difundida entre os religiosos e leigos cristãos, desde suas versões em grego e latim, num tempo em que ainda não possuía a forma que hoje conhecemos, até as versões modernas, passando pelas cópias manuscritas e impressas, como no caso da Bíblia de Gutenberg (Silva, 2007). Sua presença na rede mundial de computadores amplia virtualmente seu alcance, mas também insere características próprias do meio em sua estruturação e demanda conhecimentos sobre o manejo da ferramenta computador para seu acesso. Estas observações serviram de motivação para propor um estudo voltado para as implicações do hipertexto virtual bíblico na produção de sentidos durante sua leitura.

Nossa pesquisa procura, então, responder à seguinte questão: os recursos de hipertexto da Bíblia presentes num *site* católico constituem um complemento informativo, ou se caracterizam como elementos coercitivos à livre interpretação do leitor? A fim de responder ao problema, optamos por utilizar como *corpus* da nossa investigação fragmentos do texto bíblico disponibilizado nessa página da *Internet*.

Adotamos para o termo hipertexto o sentido restrito de texto digital (Marcuschi, 2005) que, por suas características, tende a disponibilizar *hiperlinks* que levam o leitor a informações que o autor do *site* julga serem pertinentes ao assunto abordado e/ou de interesse do leitor. Tais informações encontram-se dispersas em diferentes textos, unidos por esses *links*, em destaque em cada página acessada.

O *site* escolhido como objeto de estudo é de domínio da Espanha devido ao fato de essa pesquisa estar sendo desenvolvida para um trabalho de conclusão de curso de Língua Espanhola. Embora o alcance do *site* seja mundial, destacamos sua ênfase aos países que têm o espanhol como idioma oficial, ou a usuários que buscam uma versão hispânica digital da Bíblia, entre outros motivos, por dominarem o idioma.

As perspectivas que assumimos sobre o conceito de leitura baseiam-se na vertente da Análise do Discurso (AD) que volta seus estudos à construção do sentido privilegiando a interação com o texto (Possenti, 2001). Toda enunciação, escrita ou falada, envolve uma função social, seja a de convencer, explicar, informar, entre outras, considerada no processo de significação. E vários fatores influenciaram e/ou restringem as possíveis construções de sentidos: gêneros, formação discursiva, conjunto da obra de um autor, lugares sociais ocupados pelos coenunciadores. Essas questões podem ser caracterizadas através da observação de marcas linguísticas que os enunciadores deixam em seu texto. Tais marcas constituem o objeto da nossa pesquisa.

Neste artigo, apresentamos uma revisão sistemática de aspectos da Análise do Discurso que fornecem a base teórica para as análises que propomos realizar no *corpus*. Descrevemos, também, o desenho metodológico da pesquisa, e a caracterização dos coenunciadores do texto em estudo. Concluímos com breves reflexões a respeito dos resultados que esperamos encontrar.

O PROCESSO DE LEITURA MEDIADO POR COMPUTADOR

O processo de leitura sofreu transformações ao longo da história. No passado, numa época em que os textos eram manuscritos e de circulação mais restrita, era feita em praça pública por um orador aos assistentes que apenas ouviam. Com o advento da imprensa, as pessoas passaram a fazer leituras próprias e, geralmente, silenciosas (Chartier, 1990 *apud* Aquino, 2007). Hoje, com avanços da tecnologia, principalmente com a *Internet*, temos uma maior facilidade para encontrarmos objetos de leitura. As pessoas não necessitam sair de suas casas, nem ir até uma biblioteca para encontrar uma obra rara,

LEITURA E ORALIDADE

por exemplo. De seus telefones ou computadores fazem a solicitação a uma livraria que entrega o produto desejado em casa, ou mesmo conseguem a obra almejada disponível para *download* em diversos *sites* (Marcuschi, 2005). O acesso a materiais de leitura tornou-se, portanto, uma atividade mais prática. Com um computador conectado à *Internet*, o leitor pode ler obras em qualquer língua, de qualquer tempo, sem necessariamente precisar comprá-las, desde que disponibilizadas em rede.

Se surgem novas formas de acesso e suportes e se alteram os objetos de leitura, supõe-se que haverá também uma mudança no leitor e no processo de compreensão leitora (Soares, 2002). Se antes o processo requeria sua atenção silenciosa nas sessões de leitura coletiva, ou a sequencialidade no folhear as páginas de um livro, o leitor passa a ter uma maior liberdade e possibilidades de formas de conduzir sua leitura, quando considerado o suporte digital, ou o acesso *on line*. Torna-se o leitor uma espécie de co-autor a partir do momento em que sua leitura vai sendo construída pelas diversas escolhas que ele faz ao “navegar” pelas páginas oferecidas ao acessar um texto eletrônico (Komesu, 2005).

A mudança no suporte e no processo de leitura trouxe, também, como comentamos, uma mudança nos objetos de leitura. Se antes esses eram os livros e outros tipos de impressos, com aspecto palpável, o computador e a *Internet* possibilitam a leitura na própria tela, de textos virtuais, imateriais. Além disso, com a extensa disponibilização de livros, dicionários, enciclopédias na rede, o leitor pode recorrer a diversas fontes de apoio e de referência para atender a necessidades de sua leitura, bastando utilizar buscadores ou acessar *links* no próprio texto lido, através de cliques do *mouse* (Soares, 2002).

A acessibilidade e fragmentação do texto digital estão relacionadas ao seu elemento constituinte: o hipertexto. Este tem como característica mais peculiar o fato de poder ser acessado por milhares de pessoas simultaneamente. Diferentemente do texto impresso para o qual, no caso de uma leitura silenciosa, conseguimos imaginar no máximo três leitores dividindo um texto, o digital pode ser lido por leitores dos mais variados lugares, em diversos momentos ou concomitantemente. O texto impresso está também limitado ao número

de exemplares, muitas vezes raros, que podem perde-se ou estar restritos a grupos de leitores. Já os *sites* tendem a manter arquivos de suas publicações, como hemerotecas dos jornais, por exemplo, em que o leitor pode encontrar mais facilmente uma reportagem de anos. Apesar disso, cabe lembrar que os conteúdos dos *sites* são mutáveis e efêmeros. Não há garantias de sua manutenção, nem de que seu endereço eletrônico se continuará o mesmo, o que constitui um fator complicador da leitura virtual (Komesu, 2005).

Energia elétrica (ou baterias) e um computador (ou telefone com capacidade de navegação) conectado à *Internet* são os requisitos fundamentais para que o processo de leitura *on line* possa ocorrer. Não são requeridos conhecimentos profundos e específicos de informática por parte do leitor. Mas, ainda assim, continuamos ouvindo depoimentos sobre a resistência de alguns possíveis usuários e suas dificuldades em manejar os recursos variados que o meio oferece. Nesses casos de rechaço à navegação na *Internet*, cabe também a possibilidade de o leitor imprimir suas páginas de leitura e, assim, transformar o texto digital num texto impresso. Isso elimina os recursos multissemióticos viabilizados pelo computador. No entanto, ao ser capaz de imprimir diversas páginas, trechos de textos e/ou imagens que mais lhe interessarem, filtrando e selecionando materiais, o leitor deixa de ser um ente passivo diante das informações, transformando-se no co-criador de um texto único e seletivo (Soares, 2002).

Pelo exposto até o momento, concluímos que o texto digital *on line* apresenta entre suas características a não-linearidade, construída pelo leitor, originada na falta de obrigatoriedade de uma leitura sequencial para a compreensão do texto. O leitor escolhe seu caminho, constrói sua leitura. A construção dessa não-linearidade ocorre quando o leitor, ao deparar-se com um *hiperlink* oferecido pelo autor do *site*, segue lendo por meio deste, abandonando, temporariamente ou não, a leitura inicial. Essa forma de não-linearidade, embora marcada por uma escolha de trajetória pelo leitor, ainda o subordina relativamente ao enunciador. Isso porque este julgou ser tal item significativamente importante a ponto de merecer um *link* a ele associado.

LEITURA E ORALIDADE

Essa subordinação do leitor, que pode implicar certa passividade quanto à construção de sentidos, torna-se mais marcada quando constatamos que, em muitos casos, tais marcas são recursos comerciais. Esses *links* direcionam o leitor para *sites* cujos serviços oferecidos são os de venda de produtos, ou propagandas. Trata-se de conteúdos que podem ter, ou não, alguma relação com o texto percorrido em tela e, ocasionalmente, constituem fonte de lucro para o enunciador. Tais produtos e publicidades com frequência não são objeto de interesse do leitor, em especial, quando fogem ao tema do material lido, rompendo seu fluxo original de leitura (Marcuschi, 2005).

Há também outra forma de não-linearidade que se caracteriza como mais ativa para o leitor. Quando ele opta por abrir diversas páginas com o mesmo assunto para fazer uma analogia, ou mesmo seguir a leitura que lhe pareça mais prazerosa, toma o controle mais direto de sua trajetória leitora. O mesmo ocorre quando utiliza *sites* de busca para encontrar referências a/de termos que desconheça ou queira conhecer mais profundamente. Nesses casos, o leitor pode encontrar um mesmo assunto tratado de variadas formas: religiosa, legal, cívica, acadêmica, popular. Suas opções a partir daí levam-no a uma forma específica, a interessar-se por uma vertente, ou a compor sentidos pela confluência de diversas perspectivas (Komesu, 2005).

Ao ler um material impresso, um leitor pode também fazer sua própria sequência, como ao pular capítulos, ou ler primeiro o final para ver se lhe interessará a história. Mas um livro impresso para ser compreendido deve ter, em geral, sua sequência respeitada e seguida. Suas notas vêm indicadas no rodapé ou ao final, postas ali pelo autor, tradutor ou editor como suficientes para uma leitura satisfatória. Num texto eletrônico, ao contrário, o leitor tem mais facilidade em acessar tanto as indicações do próprio texto, como aquelas que ele mesmo adotar de forma independente (Komesu, 2005). Esse é o aspecto que destaca a relevância da não-linearidade na leitura virtual e é marca característica do hipertexto.

Uma última característica das páginas virtuais que nos parece pertinente destacar neste estudo é a multissensuosa. Trata-se da possibilidade de cores, sons, textos, imagens fixas e em movimento estarem presentes num mesmo endereço eletrônico, contribuindo para a construção do texto. Funciona como um elemento atrativo ao usuá-

rio, transformando a leitura em algo mais dinâmico e num processo mais completo (Lacerda, 2008). A tecnologia informática permite que o usuário, por exemplo, aprenda algo à distância, mediado pelo computador, ouvindo aulas e não apenas lendo lições. A cada dia aumenta a quantidade de instituições oferecendo aulas virtuais, incorporando essa tecnologia às que tradicionalmente se utilizavam para a educação à distância (textos impressos, material de áudio transmitido por rádio, ou fitas e vídeos).

A multissensuosa favorece a constante renovação do *site*, pois, quando o usuário o acessa, pode deparar-se com uma imagem para, instantes depois, vê-la transformando-se numa outra. Também requer o desenvolvimento de um sentido mais amplo de leitura, que ultrapassa a decodificação de palavras e frases, para incorporar a compreensão de mensagens veiculadas através de diferentes linguagens simultaneamente e de forma integrada (Lacerda, 2008).

Todas as características descritas até agora levam à conclusão de que o meio digital oferece um espaço altamente interativo, no qual o leitor pode co-participar da construção de sentidos, utilizando linguagens distintas e propondo trajetórias próprias. No entanto, também se confirma a necessidade de expandir o processo leitor para além da decodificação. O variado leque de recursos disponíveis, a fragmentação, não-linearidade, virtualidade, caráter efêmero e a dificuldade de estabelecer autoria e idoneidade de fontes, já que qualquer um pode publicar na *Internet*, demandam criticidade e atenção aos objetivos de leitura por parte do sujeito leitor. Sem isso, o risco de perder-se ou não levar a termo satisfatório os propósitos inicialmente definidos ao acessar um *site* pode ser bastante comprometedor para o processo de compreensão (Marcuschi, 2005).

O DESENHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Em nenhum momento visamos à Bíblia com enfoque religioso, nem temos como intenção avaliar se sua apresentação influencia a crença dos que a leem ou nela acreditam. Nossa pesquisa caracteriza-se como um estudo documental, qualitativo, cuja proposta é a análise visual do *site* escolhido num primeiro momento e, noutro, dos recursos linguísticos aplicados aos fragmentos selecionados.

LEITURA E ORALIDADE

Com o suporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de base enunciativa e das teorias acerca do texto digital e do ciberespaço, objetivamos discutir o papel dos hipertextos de um texto bíblico presente num *site* católico de domínio espanhol.

A escolha do *corpus*, como já assinalamos anteriormente, atende a dois aspectos. Primeiro, está motivada pela própria penetração da Bíblia na sociedade ocidental enquanto fonte de discurso religioso. Segundo, está voltada para especificidades da língua espanhola e seu uso discursivo, já que se insere no contexto de formação da pesquisadora principal, como estudante de espanhol.

Uma vez que não encontramos até o momento muitos estudos orientados para finalidades semelhantes, nosso trabalho se reveste também de um caráter exploratório e descritivo. Por meio da caracterização dos coenunciadores e das marcas de *ethos* em cruzamento com os conteúdos e formas das notas hipertextuais de fragmentos recolhidos do texto bíblico, pretendemos refletir sobre as relações de sentido que podem ser construídas e os efeitos do discurso publicado. Com isso buscamos responder a questão central do nosso problema: se as marcas linguísticas permitem identificar coerção ou orientação à leitura.

A seleção dos fragmentos a serem analisados se fará em função da sua apresentação na página, facilidade de acesso e objetivos expressos. O próprio conteúdo do texto fornecerá as indicações para estabelecer os recortes.

UM PRIMEIRO EXERCÍCIO DE ANÁLISE:

Ethos dos coenunciadores

O *ethos* é a marca linguística que define a relação de enunciadador-enunciado-coenunciador, ou seja, todo o propósito do discurso pensado pelo enunciadador para aquele a quem enuncia. Através dele construímos a imagem discursiva dos sujeitos da enunciação: a que o enunciadador constrói de si e a que projeta para o seu co-enunciador, por meio de seu dizer (Maingueneau, 2002).

No *corpus* analisado, o enunciadador deixa explícito no texto sua relação com a Igreja Católica, ou seja, caracteriza-se como um

transmissor dos seus ensinamentos. No espaço do *site*, as marcas mais claras dessa caracterização estão na coluna lateral, onde há *links* em cujos assuntos constam referências como: “*lo que la Iglesia profesa*”, “*lo que la Iglesia vive*” e “*lo que la Iglesia reza y profundiza*”. Isso reforça o caráter de um enunciador que é porta-voz dos preceitos dessa Igreja. Além disso, há um rol de referência a grupos religiosos, em “*Apoyan a la sección*”, que apóiam a referida seção.

Estes são recursos utilizados para dar autoridade ao discurso do *site*. Apesar de ser escrito em um ambiente virtual, o enunciador demonstra que mantém uma relação com a Igreja Católica e seus movimentos, familiarizando os religiosos e leigos praticantes com o seu ambiente de prática religiosa.

O *ethos* da enunciação apresenta uma ação sobre o co-enunciador, fazendo-o reconhecer-se na cena enunciada (Maingueneau, 2002). No caso do *corpus* analisado, os recursos utilizados pelo enunciador de apresentar o conteúdo do *site* como desenvolvido para católicos, faz com que estes se sintam reconhecidos como co-enunciadores e, conseqüentemente, que se identifiquem como católicos. Ou seja, se reconhecem na sua religião como usuários privilegiados de um *site* que se apresenta como o lugar de encontro desse grupo social. Além disso, se mostra como um espaço de divulgação dos ensinamentos e pregações da Igreja Católica, sendo não só um ambiente de visitação e leitura, mas de propagação e prática da religião.

O fato de os *links* se dirigirem diretamente aos leitores, com perguntas e apelos diretos marca a *interface* enunciador/coenunciador, tratado de forma particular, como alguém único. Encontramos exemplos em “*Envía un mensaje com la clave PALABRA y recibe en tu celular el Evangelio del día.*” e “*...sólo tienes que dar un click en el título que deseas consultar.*”

LEITURA E ORALIDADE

Polifonia, marcas de pessoa e caracterização do enunciador e sua mensagem

Todo enunciado tem uma autoria, ainda que desconhecida. Esse autor, ou equipe autora, pode utilizar discursos de outros para dar credibilidade ao seu texto, ou mesmo para se isentar da responsabilidade de algo que publicou (Maingueneau, 2002).

Na nossa análise, verificamos que o *site* é posto como o enunciador dos textos, referenciado como *Catholic.net*. Por mais que saibamos que há pelo menos uma pessoa por trás de toda construção da página, em nenhum momento ela é citada ou identificada, não há referências sobre esse “eu físico”. Por outro lado, frente à cena da enunciação, o *site* assume posições diferentes ao trazer vozes diversas para o enunciado.

Entre as vozes encontradas no *corpus*, verificamos a presença de um “eu”, mesmo que não assinalado pela primeira pessoa verbal, funcionando tanto como “referência enunciativa” como “responsável pelo ato de fala” (Maingueneau, 2002). No primeiro caso, temos os diversos *links* que levam aos livros da Bíblia, como também a anúncios de livros e cursos católicos e a tópicos como “*La palabra del papa*”. O *link* leva o leitor ao discurso do enunciador *Papa*, cuja palavra é recolhida e reproduzida no *site* na qualidade de autoridade máxima da Igreja.

Encontramos uma marca de responsabilidade pelo ato de fala quando o *site* anuncia que põe à disposição dos católicos a Bíblia para ser consultada: “*Catholic.net pone a disposición de sus visitantes, la Biblia.*”. Mas o *site*, ainda que o assumamos como responsável por essa enunciação, surge em terceira pessoa. Essa ausência da marca de primeira pessoa poderia ser identificada com geradora de um efeito de sentido de coletividade. *Catholic.net* não é um indivíduo, mas uma instituição composta de várias pessoas que se dirige aos católicos e lhes oferece material pertinente à sua fé e vivência religiosa. A distância e objetividade geradas pela escolha da não-pessoa (Cervoni, 1989) podem, ademais, ser consideradas como elementos de reforço à ideia de autoridade. E, quando se faz uma enquete no *site*, perguntando “*¿Qué opinas de Catholic.net?*”, o uso da terceira pessoa funciona tanto como referência enunciativa, quanto como indício do responsável pelo ato de fala.

Ao mesmo tempo em que *Catholic.net* funciona como um representante da Igreja Católica, tendo autoridade para abordar as questões referentes à religião e seus dogmas apontando ao próprio domínio em terceira pessoa, se isenta quando anuncia a palavra do papa e de outras legiões ligadas à Igreja, que também é tratada em terceira pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse levantamento teórico, principalmente acerca do ambiente digital de leitura, temos como objetivo aprofundar nossa análise voltando-nos aos recursos linguísticos presentes nos exemplos citados e noutros encontrados no *corpus* da pesquisa.

Até o momento, centramo-nos na caracterização dos coenunciadores. Pudemos observar que o discurso favorece a inserção de ambos no mundo católico. O enunciador se caracteriza como autoridade que fala em nome dos preceitos da Igreja e é apoiada por esta. Os co-enunciadores construídos por esse mesmo discurso são católicos engajados e interessados nos assuntos de sua religião. Eles encontram no *site* um espaço privilegiado para um processo de formação contínua e interação com os elementos de sua fé.

A próxima etapa da análise se voltará para fragmentos hipertextuais específicos, visando à discussão sobre as coerções geradas nos discursos do enunciador à prática de construção de sentidos na leitura dos co-enunciadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Magno Geraldo de. Texto digitalizado ou rolo tecnológico? 2007. Disponível em <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/1939/1687>, acessado em 21/09/2008.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

KOMESU, Fabiana. Pensar em hipertexto *in* Interação na *Internet*: novas formas de usar a linguagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.87 –108. Disponível no *site*

LEITURA E ORALIDADE

<http://www.ufpe.br/nehete/artigos/hipertexto.pdf>, acessado em 23/08/2008.

LACERDA, Naziozênio Antônio. Hipertexto: A superação do paradigma de produção textual. Disponível em <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiiencontro/gt4/hipertexto.pdf>

LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34,0 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Pragmática para o discurso literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

———. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A coerência no hipertexto. **In:** COSCARELLI, Carla. RIBEIRO, Ana Elisa. (org.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005.

POSSENTI, Sírio. Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso? **In:** MARINHO, Marildes. (org). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SILVA, Wagner Bandeira da. *E-BIBLE: características de hipertexto na bíblia impressa e digital*. Dissertação (Mestrado em Artes e Design)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível no *site* http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0490.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt. Acessado em 17/09/2008.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: Letramento na cibercultura. Campinas, 2002.

**BIBLIOTECAS ITINERANTES:
LITERATURA COMO FERRAMENTA
PARA O DESENVOLVIMENTO DE LEITORES**

Melissa Eloá Silveira Nascimento (UERJ)
meleloas@hotmail.com

O ato da leitura envolve o desenvolvimento do conhecimento da palavra, enquanto signo e a visão crítica de mundo. Saber ler significa alcançar uma amplitude cognitiva capaz de interpretar e compreender uma informação em todas as suas possibilidades.

Perrotti (1999) *apud* Prado (1999) traça uma diferença entre o leitor e o leitor, em que o primeiro é aquele que apenas apreende a leitura na sua forma superficial sem preocupação com as significações, e o segundo, o leitor, é aquele que está em busca de todas as formas de compreensão do texto. Esta definição lembra-me uma citação de Mário Quintana (1973) que diz, “o leitor que mais admiro é aquele que não chegou até a presente linha. Neste momento já interrompeu a leitura e está continuando a viagem por conta própria.”

O verdadeiro leitor é aquele que faz da leitura não apenas passatempo, mas meio de crescimento pessoal e intelectual, que se dispõe a descobrir a literatura como caminho para mudança cotidiana e se depara com um leque de possibilidades de pensar.

Assim, ao tratar sobre o tema, sabemos que nem todos os brasileiros possuem este hábito e que, em nosso país, muito ainda há de se fazer para mudança do quadro do analfabetismo.

Evidentemente, o acesso à leitura não significa apenas ter bibliotecas públicas; o pleno acesso à leitura requer o conhecimento da palavra como instrumento de comunicação. Popularizar o ato de ler é uma experiência que se lapida em um pleno processo de construção do saber. Aprender a ler significa apreender o mundo e aprender a vê-lo nas várias interfaces, ou seja, possibilitar uma visão mais dual na relação do ser com o mundo em que vive. Ferreira (1993, p. 221) complementa que, “o conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica.”

LEITURA E ORALIDADE

A leitura como instrumento de conscientização tem grande papel social no que tange a valorização do ser pensante em toda sua esfera de participação social e política, institucionalizar o gosto pela leitura é o mesmo que materializar a epistemologia do ser pensante.

E esta consciência crítica desperta o ser pensante para seu papel de verdadeiro cidadão, não apenas aquele de direitos e deveres, mas um ser participante e opinante. Ferreira (1993, p. 228) complementa que:

Não se trata de formar cidadãos que pensem poder resolver sozinhos seus problemas, mas pessoas que percebam o quanto precisam caminhar junto com outros, aprender a negociar seus conflitos, ganhar e seduzir seus companheiros para projetos que atendam aos anseios coletivos.

O hábito de ler está diretamente ligado à educação e à questão cultural. O acesso à escola, à biblioteca pública e ao livro como fonte de educação e cultura são atributos importantes na formulação de políticas que concretizem a democratização e o pleno exercício da cidadania. Entretanto, o acesso ao livro e à leitura necessita de iniciativas políticas mais concretas que tragam resultados mais incisivos.

Em todo país, iniciativas de popularização da literatura têm surgido com o intuito de mudança desse quadro e demonstram que alguns empreendimentos, mesmo com poucos recursos, conseguem a mobilização das pessoas. Na rua, em pontos de ônibus, metrô, parques têm surgido espaços que dão acesso a uma literatura vasta sem custo para leitores interessados.

Estas iniciativas, geralmente, são de pessoas da comunidade, profissionais, organizações não-governamentais e governamentais e empresas que se solidarizam e sentem-se motivadas a participarem com alguma iniciativa cultural-educativa na perspectiva de diminuir as desigualdades e acessibilizarem a população em torno.

A itinerância de bibliotecas tem sido uma das soluções encontradas para levar leitura e conhecimento à população, em se tratando de frequência, cada dia atende um público e, em alguns casos, desenvolve projetos educacionais e sociais nas comunidades. Como um agente facilitador sua atuação engloba a formação de leitores através da circulação de livros entre a comunidade, além disso, intenta valorizar o livro como propulsor de novos aprendizados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Este tipo de biblioteca, que pode ser chamada de itinerante, volante ou circulante é um tipo de espaço que possibilita às comunidades que não possuem acesso a uma estrutura institucionalizada de biblioteca, é a oportunidade semanal ou mensal de realizar leituras, conhecer através do livro novas realidades. Irei adotar o termo biblioteca itinerante (BI) mesmo tendo um sentido similar aos das demais denominações citadas, pois este é o que mais, em minha opinião, traz o trabalho de itinerância de uma biblioteca.

Em razão da locomoção diária de uma BI, a dinâmica é diferente das bibliotecas tradicionais. Assim, o deslocamento dos livros e outros objetos são feitos com intuito de facilitar a visitação nas diversas comunidades. Primeiramente, a criatividade é um requisito essencial para chamar a atenção do público.

O local que é alternativo tem sua estrutura montada com intuito de deixar as pessoas livres para escolherem a literatura que mais gostam. O diferencial destas bibliotecas é que, se o leitor não pode, por algum motivo, se deslocar para uma biblioteca tradicional, as itinerantes vão ao seu encontro. Mais do que espaços de leitura são espaços de troca de informação e conhecimento, além de terem um papel educacional indispensável.

Sobre o incentivo as iniciativas ligadas a leitura, está explícito, no PNLL (Plano Nacional do Livro e da Leitura) que a atuação das BI é uma proposta encorajadora e se enquadra nos eixos de ação previstos neste plano. Qualquer sugestão substantiva é aceita, todas as formas de tentar levar o livro às pessoas são vistas como propulsores da democratização. Assim, prescreve o PNLL (2003, p. 26):

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos, etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

Assim, as BI surgem como estratégia de legitimação do saber como motivador do aprendizado e do protagonismo da comunidade. Desta forma, se conseguirem unir a transformação do ato de ler com a formação de capital intelectual, isto pode sinalizar para a produção de leitores mais críticos e preocupados com sua formação intelectual e profissional. Silva (1986, p. 51) comenta que

LEITURA E ORALIDADE

Ler é um direito de todos e, ao mesmo tempo, um instrumento de combate à alienação e à ignorância. [...] O ato crítico de ler aparece como uma constelação de atos da consciência do leitor, que são acionados durante o ENCONTRO significativo desse leitor com uma mensagem escrita, ou seja, quando esse leitor se situa concreta e criticamente no ato de ler.

Nesta lógica, suas ações podem compatibilizar-se e complementar as iniciativas de escolas que já atuam nas comunidades. Suas estantes “flutuantes” objetivam o mesmo de uma biblioteca tradicional, também direciona suas atividades para pesquisa e a leitura, evidentemente. Seu diferencial estar na valorização do livro enquanto objeto, até então, escasso, que somado a perspectiva pedagógica faz deste espaço não apenas um amontoado de livros, mas, um espaço de reflexão sobre sua própria existência e em que isto repercuta.

A instalação de uma BI requer a reflexão sobre o porquê da não democratização do livro e da questão da exclusão como um todo. A falta de locais estruturados para esta atividade denuncia a carência de local que disponibilize livros para o ato de ler, mas a efetivação de um direito básico e decisivo para atuação e legitimação do ser social. Perrotti (1999, p. 34) *apud* Prado (1999) sobre a criação de instituições ligadas a leitura acrescenta que

A formação de uma sociedade leitora envolve não apenas a criação de instituições indispensáveis à sua constituição (escolas, bibliotecas, editoras, livrarias, entre outras), como também uma reflexão aprofundada sobre a natureza dessas instituições, o sentido de suas orientações e de suas práticas.

O espaço informal e volante das BI requer uma prática pedagógica diferenciada, haja vista representarem um espaço de transcrição do aprendizado dinâmico que se configura através das visitas aos lugares mais distantes e difíceis de chegar, seu trabalho envolve toda uma metodologia de iniciação e sedução do leitor. Algumas BI, para conseguirem se firmarem em uma comunidade utilizam-se de ferramentas lúdicas e artísticas para atraírem não apenas crianças e adolescentes, mas toda a comunidade, independente da idade.

Em alguns lugares, são somente as bibliotecas itinerantes que levam a informação através de jornais, revistas, paradidáticos, gibis, entre outros. Para incentivo à literatura, utiliza-se de diversas metodologias para conquistar novos leitores e espaços de divulgação.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A questão educacional e cultural em nosso país expressa o alcance que as políticas devem atingir através do conhecimento das causas, só para citar: falta de escolas públicas de qualidade e bibliotecas públicas estruturadas, professores concursados capacitados, são alguns dos problemas que delineiam o mapa do analfabetismo e da falta de interesse pela leitura.

Assim, em relação às políticas de acesso à leitura, algumas iniciativas estão em andamento, consolidou-se o Plano Nacional do Livro e da Leitura, que visa investir na popularização da leitura, resultado da atuação dos ministérios da Cultura e Educação.

A proposta do plano visa unir forças com o empresariado, governo e sociedade civil no intuito buscar soluções para a problemática da valorização e popularização da leitura e do livro. Os eixos principais do plano são: democratização do acesso, fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização do livro e comunicação, e desenvolvimento da economia do livro (PNLL, 2003).

O plano prioriza a abertura de bibliotecas e incentivo a mediadores. Segundo o PNLL (2003, p. 21),

A política cultural em voga no Brasil parte de uma perspectiva sistêmica, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas por este plano para o setor de livro e leitura: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia.

Os três eixos englobam valores, direito e economia, o que representa uma política interessada em atingir os valores culturais das pessoas, seus direitos e seu acesso a um bem consumível.

Dessa maneira, a leitura não pode ser entendida como algo deslocado do cotidiano das pessoas, dessa forma, trabalhar a diversidade e o contexto em que os envolvidos estão inseridos é um passo importante para formação de leitores mais conscientes e que se reconheçam enquanto formadores de opinião crítica.

Enfim, a popularização do livro e da leitura demanda iniciativas que aos poucos vão fazendo grande diferença, a mudança de hábito é algo a ser trabalhado desde as idades iniciais e incentivadas durante toda a vida. Dessa forma, a efetivação de políticas públicas com este objetivo é extremamente necessária, pois trata de um investimento em capital intelectual, o que sinaliza na construção de cidadãos críticos e politizados.

LEITURA E ORALIDADE

REFERÊNCIAS

- Educação no Brasil. Disponível em: <http://educacao-ja.org.br/content/view/255/1>. Acesso em: 07/07/2008.
- Estatísticas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 10/07/2008.
- FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo. Cortez. 1999.
- O Brasil é um país de leitores? *Revista da Cultura*. Junho 2008, nº11. Disponível: http://www2.livrariacultura.com.br/culturaneuws/rc11/inc_comum/revista_cultura_site_11.pdf. Acesso em: 06/07/2008.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: DP&A/SEPE, 1999.
- PNLL. Disponível: <http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/default.asp>. Acesso em: 06/07/2008.
- PRADO, Jason; CONDINI, Paulo (Orgs.). *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro: Argus, 1999.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na escola e na biblioteca*. Campinas: Papirus, 1986.
- QUINTANA, Mário. *Do caderno H*. Porto Alegre: Globo, 1973.

**ENTRE RELEITURA E REESCRITURA:
OS ASPECTOS DO ATO DE LER EM DUAS VIAS**

Alessandra Fontes Carvalho da Rocha (UFF)
alefcr@yahoo.com.br

Neste trabalho, pretendemos investigar questões relativas à releitura e reescritura no campo da estética da recepção, partindo da análise da leitura do romance e do filme Balzac e a costureirinha chinesa, do escritor e cineasta chinês *Dai Sijie*. Interessa-nos observar e analisar a capacidade de transformação de uma obra literária; como o romance em questão pode nos ajudar a teorizar sobre questões relativas à estética da recepção; e também em que sentido a intertextualidade presente no romance analisado nos auxilia na construção de ideias referentes à leitura, ato de leitura e construção de sentido a partir dos textos literários.

Para tanto, nossa reflexão parte da concepção de leitura desenvolvida pelo escritor francês Marcel Proust, a qual consideramos como uma premissa fundamental para esse trabalho. De acordo com Proust:

O poder de nossa sensibilidade e de nossa inteligência, só podemos desenvolvê-lo em nós mesmos, nas profundezas de nossa vida espiritual. Mas é nesse contato com os outros espíritos, que chamamos de leitura, que se faz a educação do espírito (Proust, 1993, p. 51).

O escritor francês fala de educação dos “modos” do espírito e trata o ato de leitura como uma ferramenta essencial na formação do ser humano. Mas, como e por que acontece este tipo de formação pela leitura? É a partir deste questionamento que observamos possíveis leituras da história contada por Dai Sijie – a literária e a cinematográfica – além de estabelecer um diálogo entre o romance do escritor chinês e a literatura Balzaquiana. Partimos da premissa abordada no romance, Balzac e a costureirinha chinesa, de que os textos literários nos ensinam a viver, perder, morrer. Com a literatura aprendemos a lidar com nossas agonias; através dela nos identificamos com personagens, imaginamos, viajamos, nos transportamos para outras vidas sem sair do lugar e mudamos nossas próprias vidas, assim como acontece com a pequena costureirinha do romance. No início do filme, é notório que na maioria das cenas protagonizadas pela costurei-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Ao final do romance *Balzac et la Petite Tailleuse chinoise* temos no personagem da costureirinha uma nova mulher construída a partir da leitura do pequeno livro de Balzac, *Ursule Mirouët*:

– Ela partiu, ele me disse.

– Ela quer ir para uma cidade grande, ele me disse, ela me falou de Balzac.

– E então?

– Ela me disse que Balzac a fez compreender uma coisa: a beleza de uma mulher é um tesouro que não tem preço. (*Sijie, 2000*, p. 229)

Mas, seria isso possível?

Partimos das reflexões de dois teóricos franceses para tentar elucidar que a leitura não é algo encerrado. A sua compreensão depende de fatores exógenos à própria arte de ler, como por exemplo, a situação social, cultural e as experiências vividas de um indivíduo.

O primeiro, Marcel Proust, ao pensar a questão da leitura, afirma:

A leitura só age à maneira de uma incitação que não pode em nada substituir nossa atividade pessoal. (Proust, 1993, p. 41).

O segundo, Jean-Paul Sartre, acrescenta, em *Qu'est-ce que la littérature*:

O ato criador é apenas um momento incompleto e abstrato da produção de uma obra; se o autor existisse sozinho, ele poderia escrever tanto quanto quisesse, jamais a obra como objeto veria a luz (...) a operação de escrever implica a de ler como o seu correlato dialético (Sartre, 1948, p. 68).

Ou seja, é preciso que haja uma interação constante entre dois pólos – texto e leitor – para que haja literatura. E essa interação se realiza através do ato de leitura. Ora, tanto Proust quanto Sartre anunciam de maneira instigante as ideias de Wolfgang Iser nos dias de hoje, segundo o qual as obras permanecem, mas as interpretações que lhes damos variam, pois, cada vez que há leitura, há atribuição de sentido. E, se por leitura deve-se entender a interação entre o texto e o sujeito, pode-se deduzir que o contexto histórico, cultural e social modificam as perspectivas e as representações que definem o ato de ler. Iser ainda acrescenta que uma obra possui em si uma indeterminação que só a relação com o leitor permite detectar. Assim, o efeito

LEITURA E ORALIDADE

estético, ou a beleza, resulta do prazer que o sujeito que recebe a obra experimenta ao responder aos apelos contidos na sua estrutura formal, atualizando as potencialidades inscritas na forma do texto, captando a sua indeterminação, preenchendo os seus *vazios* e *negações* (cf. Iser, 1985). Deste modo, o sentido e a beleza não mais são considerados dados do texto, mas surgem da interação que o discurso literário solicita e postula enquanto tal. Ou seja, o que se situa fora da obra é condição da obra; e sua permanência histórica – aquilo que Baudelaire vai chamar de *pólo da eternidade* (cf. Baudelaire) – repousa na pluralidade imanente de suas recepções futuras.

Nesse sentido, a leitura adquire uma função vital, de instrumento de elaboração do sujeito, – tanto criador quanto receptor – já que ela é a via mais eficaz que temos de acesso ao outro, nesse processo único de reflexão interativa que é o ato de ler.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: —. *Estética da criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COMPAGNON, Antoine: *Le démon de la théorie*. Paris: Seuil, 1998.
- ECO, Umberto: *Sobre a literatura*, Rio de Janeiro: Record, 2003.
- . *Conceito de texto*. São Paulo: Edusp, 1984.
- FISH, Stanley: Como reconhecer um poema ao lê-lo. *Revista Palavra*, PUC/RJ, 1993.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: Uma teoria do efeito estético*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1999.
- JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1978.
- LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Oficina de linguística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PROUST, Marcel. *Journées de lecture*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *Qu'est ce que la littérature?* Situations II. Paris: Gallimard, 1948.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

LEITURA E ORALIDADE

ESTRATÉGIAS PERSUASIVAS NO DISCURSO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Elmar Rosa de Aquino (UERJ)
er-aquino@uol.com.br

Tomando por base o estudo sobre iconicidade e verossimilhança de Simões (2007), combinados com a Teoria de Iconicidade de Charles Sanders Peirce (2005) e a Análise de Discurso desenvolvida por Eni Orlandi (1983 e 2007), fizemos uma análise semântico-semiótica de um texto publicado por Edir Macedo, Bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), intitulado *Estudo do Apocalipse*.

O *corpus* que escolhemos para pesquisar – textos religiosos publicados pela Igreja Universal do Reino de Deus – é um exemplo de como o conhecimento prévio é importante para a compreensão do projeto comunicativo. Já que para se fazer uma leitura coerente é necessário conhecer o contexto sócio-cultural em que os textos bíblicos foram produzidos.

O CONCEITO DE SIGNO

Se o signo linguístico é entendido como algo que está em lugar do objeto, e que este é o referente para o signo verbal, podemos também afirmar que a leitura está vinculada à bagagem cognitiva que o leitor traz consigo, adquirida a partir das experiências, do conhecimento de mundo e enciclopédico.

Segundo Simões (2004, p. 15), para a melhor compreensão do texto, o leitor “deverá usar as pistas que o próprio discurso oferece mais a sua experiência pessoal para, através de uma cognição complexa, efetuar o desvelamento do significado”. E, partindo desse pressuposto, todo texto tem seu sentido construído, tanto pelo escritor/falante como pelo leitor/ouvinte, por meio dos conhecimentos partilhados.

Nessa linha de raciocínio, desenvolvemos um estudo da iconicidade textual, pelo viés da semiótica de base peirceana, conside-

rando todo o texto como uma representação icônico-indicial. Nessa perspectiva, o texto deixaria de ser um conjunto de palavras organizadas sintático-semanticamente e passaria a configurar um objeto: o objeto-de-mundo. E esse objeto-de-mundo é construído a partir de uma associação de sentidos que se vão combinando, ao longo do texto, pelas escolhas lexicais adequadas à isotopia pretendida pelo produtor, tornando-se assim objeto-de-discurso. Portanto, “a apreensão num texto de dados extralinguísticos está intimamente ligada à cognição” (Simões, 2007, p. 54).

Ainda, segundo Simões (2007, p. 51), “A diagramação exofórica ou paradigmática decorre do diálogo entre os signos do texto e o mundo extratextual”, sendo assim, é importante que o leitor tenha algum conhecimento acerca do contexto histórico-social em que foi produzido o texto, suas condições de produção, para que a leitura seja coerente com o projeto comunicativo do autor.

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Outro dado importante a ser analisado é a questão a interdisciplinaridade que se vai articulando entre as diversas ciências desenvolvidas pelo homem na busca do saber. Segundo Simões (2006, p. 105), “A interdisciplinaridade articula o conhecimento sem dissolver a especificidade dos campos do saber nem negar as disciplinas escolares” e “A contextualização reinsere o conhecimento específico no âmbito da vida, gerando significado, transformando definições em conceitos” e, sob esse aspecto, conduzimos nossos estudos na tentativa de identificar como alguns “formadores de opinião” promovem um retorno à ideologia medieval, em que o conteúdo religioso não se misturava com o científico. E hodiernamente é de suma importância que os docentes tenham consciência de que as áreas do conhecimento estão todas ligadas ao ser humano e que este é capaz de combiná-las com o objetivo de aprimorar seu relacionamento com o meio, a despeito de algumas instituições que têm como objetivo, cada vez mais, distanciar o pensamento humano das conquistas científicas. Além de explorarem os medos e desconfortos do mundo moderno, usando como subterfúgio a adesão aos princípios da fé. Daí a busca constante do autor por itens lexicais que atinjam os leitores em seus

LEITURA E ORALIDADE

pontos mais vulneráveis, combinados com outros que transmitam a ideia de que a IURD é o porto seguro, capaz de proteger e salvar quem seguir suas orientações, transmitindo aos seus “associados” uma sensação de segurança e esperança de uma vida melhor dentro dos parâmetros estabelecidos pela Teologia da Prosperidade, ideologia que prega a aquisição de bens materiais e o sucesso nos negócios como forma de premiação, conferida por Deus, a quem segue os ensinamentos seus ensinamentos.

Dentre os princípios básicos da interdisciplinaridade, encontra-se o “diálogo constante dentro de cada área de conhecimento e a contextualização, concebida como a vinculação do conteúdo ao social” (Simões, 2006, p. 106). A partir desse princípio, acreditamos ser o estudo dos textos numa perspectiva semiótica um meio de “reeducar a percepção do mundo” por parte do interlocutor, além de promover um redirecionamento da “capacidade de captação dos signos e significações resultantes da interação do homem com seu mundo e com o mundo que o cerca” (Simões, 2004, p. 35).

A INTERTEXTUALIDADE COMO ARGUMENTO

Por ser o produtor do texto que escolhemos como *corpus* de análise um dos principais representantes da ideologia neopentecostal, é previsível encontrarem-se itens lexicais relacionados à Teologia da Prosperidade, ideologia amplamente difundida por essa denominação religiosa.

Outra característica que podemos observar no discurso da IURD, é o fato de utilizar a intertextualidade toda vez que se pretende defender um ponto de vista, uma ideologia, uma tese. E o texto bíblico é reconhecido pelo leitor como a prova irrefutável e incontestável de inspiração divina: é o argumento de autoridade para o cristão.

Ora, a dinamicidade da língua torna instáveis os sentidos construídos por meio dos signos que, ao longo dos séculos e após muitas traduções – do grego para o latim e deste para as línguas modernas – sofreram alterações. Além de outros fatores que podem ter gerado as inúmeras alterações no texto bíblico, tanto no momento de sua produção, quanto ao longo dos séculos em que foram copiados pelas mãos de escribas e monges, e que nos fazem repensar as estra-

tégias de manipulação utilizados pela igreja, desde seus primórdios (cf. Ehrman, 2006).

Como é do nosso conhecimento, Jesus não deixou por escrito uma linha sequer sobre sua doutrina. Todos os fatos relatados no Novo Testamento (NT) foram feitos por terceiros que, muitas vezes, não tiveram contato direto com o líder desse grande movimento, como é o caso de um dos principais precursores do cristianismo: o apóstolo Paulo.

Com a descoberta dos manuscritos de Nag Hammadi (1945) e do Mar Morto (1947), veio à baila uma nova discussão sobre a autenticidade dos textos que compõem o Novo Testamento, além de alguns textos do Velho/Antigo Testamento. Apesar de termos conhecimento dos famosos evangelhos apócrifos há cerca de 2000 anos.

O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

A despeito de a escola ser uma instituição “desvinculada de qualquer religiosidade”, a exceção de algumas escolas judaicas, católicas ou evangélicas, um texto é um texto, independentemente de ser religioso. Por isso, deve ser tratado como mais um tipo de manifestação do discurso, a concretização do sistema linguístico abstrato.

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.

Nas palavras de Orlandi (1983, p. 216) “Todo discurso, por definição, é polissêmico, sendo que o discurso autoritário tende a estancar a polissemia”. Nesse sentido, a formação discursiva desenvolvida pela ideologia neopentecostal faz com que seu texto tenda à monossemia, com foco na voz do pastor-autor.

Conforme o pensamento de Wittgenstein (*apud* Silva, 2008: 10), o uso que fazemos das palavras determina seus significados e, as regras que orientam esse uso baseiam-se em convenções e na vivência particular de cada utente, gerando a chamada “inteligibilidade intersubjetiva” que se manifesta na produção de sentidos.

LEITURA E ORALIDADE

Se levarmos em conta que os textos bíblicos passaram por inúmeros processos de escrita e reescrita, até sua seleção e ascensão ao nível de “livros de inspiração divina“, bem como de compilações e traduções realizadas por escribas e monges, chegaremos à conclusão de que não se pode afirmar com certeza se os textos que temos hodiernamente partiram realmente dos textos originais, ou sofreram alterações ao longo dos séculos.

Qualquer forma de reescrita é uma adaptação que manipula os originais. A manipulação dos textos é outra característica da prática tradutória. O tradutor, ao traduzir os textos de uma língua para outra, é co-responsável pela construção dos sentidos. De acordo com Venu-ti (*apud* Freitas, Web 1, p. 56),

O fato da tradução é apagado através da supressão das diferenças linguísticas e culturais do texto estrangeiro, assimilando-o aos valores dominantes na cultura da língua-alvo, tornando-o reconhecível e, dessa forma, aparentemente não traduzido. Com essa domesticação o texto traduzido passa por original, uma expressão da intenção do autor estrangeiro.

De acordo com a Análise de Discurso francesa, o sentido das palavras não existe em si mesmo, porém este é construído pela posição que os interlocutores ocupam no universo discursivo. A memória discursiva tem relação com o interdiscurso – algo que fala antes de nós, dizeres já ditos e esquecidos por nós.

Como pode ser observado pela leitura do livro *Estudo do Apocalipse*, são encontrados vários itens lexicais que conduzem o leitor ao campo semântico da beligerância. São as pistas orientadoras, as âncoras textuais (cf. Simões, 2007), que vão persuadindo o leitor-fiel a promover uma verdadeira batalha espiritual contra o “espírito devorador” (cf. Macedo, 2007)

Outro aspecto a ser observado é o fato de serem utilizadas letras maiúsculas, inclusive em substantivos comuns e pronomes em geral, toda vez que o autor se refere à divindade, o que nos remete à ideia de reverência e respeito devidos à figura de Deus. Ao passo que, ao mencionar a figura do seu antagonista, são empregados itens lexicais escritos em letras minúsculas, apesar de serem constituídos por substantivos próprios, como *diabo*, *demônio* etc. Essa característica pode ser entendida como um efeito estilístico peculiar ao discurso da IURD, levando-nos a pensar na ideia de oposição entre o bem,

caracterizado como autoridade, e o mal, que deve ser rechaçado, reduzido a sua insignificância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar a discussão aqui proposta, gostaríamos de enfatizar a preocupação que temos com um ensino de qualidade, voltado para a melhoria dos processos de aquisição do conhecimento que seja proveitoso para o desenvolvimento intelectual dos alunos, partindo de suas experiências e conhecimentos prévios.

Sobretudo, nosso objetivo é formar leitores críticos e autônomos, que sejam capazes de efetuar sua própria leitura, coerente com o contexto e com as condições de produção dos textos. Deixando de serem manipulados por uma dada ideologia que transforma a prática de leitura em uma mera decodificação dos termos, de forma descontextualizada.

Precisamos também nos preocupar com atualização dos conhecimentos e com as relações entre as diversas disciplinas, que têm como base comunicativa o sistema linguístico. E que isso seja realizado de forma consciente e desprovida de preconceitos, seja no nível sócio-econômico, político ou religioso, na tentativa de nos tornarmos sujeitos pensantes, críticos a autônomos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EHRMAN, Bart D. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* quem mudou a Bíblia e por quê. São Paulo: Prestígio, 2006.

MACEDO, Edir. “Carta à igreja em Tiatira”. **In:** *Estudo do Apocalipse*, volume único. Rio de Janeiro: Unipro, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

———. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEITURA E ORALIDADE

SILVA, Giovane Rodrigues. Ludwig Wittgenstein – privacidade: o interior e o exterior. **In:** *Revista Mente, Cérebro e Filosofia*. Nº 9, 2008.

SIMÕES, Darcilia. Contribuições semióticas na brincadeira séria de ler. **In:** —. (org.). *Estudos semióticos: papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004.

———. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006.

———. *Iconicidade e verossimilhança*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.

WEB 1. FREITAS, Luana Ferreira de. *Visibilidade problemática em Venuti*. www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos12/luana.pdf. Consultado em 26/08/08

**INTERFACE ONOMÁSTICA/LITERATURA:
A TOPONÍMIA, O ESPAÇO E O RESGATE DE MEMÓRIA
NA OBRA *MEMÓRIAS DA RUA DO OUVIDOR*,
DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO**

Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP)
pjcarvalhinhos@yahoo.com.br

O topônimo é definido, por Greimas e Courtés (1983), como elemento de ancoragem histórica e configurador do efeito de realidade. Na verdade, o nome de lugar é uma representação individualizadora do espaço utilizada pelo homem (desde tempos imemoriais) a fim de identificar, particularizar e referencializar elementos espaciais. Mesmo no que conhecemos como Universo Real o topônimo não é o lugar em si, mas uma de suas representações carregando em sua estrutura sêmica elementos da língua, da cultura, da época de sua formação, enfim, do homem denominador.

Ora, se o nome de lugar sofre uma primeira filtragem no ato da denominação – a escolha de uma determinada lexia no eixo paradigmático da linguagem, elemento que refletirá na maior parte das vezes, em sua própria motivação lexical, a ideologia do grupo ou homem denominador – se há uma primeira filtragem, podemos afirmar que, no caso da literatura, essa filtragem é dupla e, ainda, que existe (na maioria das vezes) uma intencionalidade na denominação, seja na criação de um espaço fictício, seja na reprodução de um espaço considerado real, embora essa intencionalidade se faça mais patente quando da escolha dos nomes de pessoas em obras de natureza literária.

Este texto não tem como objetivo estudar o autor ou a obra em seu mérito literário. *Memórias da Rua do Ouvidor* foi escolhida por guardar uma relação muito estreita com a história da formação toponímica do centro velho do Rio de Janeiro – não apenas a Rua do Ouvidor, mas também o Largo da Carioca, a Rua da Quitanda, as primeiras igrejas, o alargamento do traçado, a substituição dos designativos e a fixação dos nomes propriamente ditos. Apesar de ser semi-ficcional, esta obra é uma verdadeira crônica histórica preciosa não apenas pelo prazer da leitura mas por possibilitar um resgate

LEITURA E ORALIDADE

memorialístico em algumas instâncias temporais: a primeira, no tempo do narrador (final do século XIX); a segunda, em relação ao próprio traçado atual do Rio de Janeiro, uma vez que nesse lapso de tempo já houve transformações; traz, ainda, o tempo de formação do Rio, anterior ao tempo do autor e ao tempo atual. É neste ponto que se fará uma relação entre a descrição literária, utilizando a toponímia como elemento de configuração de um espaço ficcional, e o universo real de discurso – a memória ficcional que se confronta, hoje, com a memória real.

Por este motivo, é necessário que fique clara minha intenção didática: é comum, em minha prática de sala de aula¹⁴, que os alunos inquiram sobre a possibilidade da análise do nome dentro de uma obra literária, e frequentemente recebo análises da toponímia ou antroponímia do mundo ficcional. Trata-se, portanto, de se traçar alguns parâmetros e reflexões a fim de subsidiar outras tantas análises onomásticas dentro de obras ficcionais ou, pelo menos, as de cunho narrativo.

Aliás, *Memórias da Rua do Ouvidor* é ficção que resvala para o historicismo¹⁵, uma vez que Joaquim Manuel de Macedo lança mão de datas, personagens históricas, mudanças toponímicas e outros dados que constam da história colonial do Rio de Janeiro. É como se houvesse um espaço real dentro de um espaço ficcional, e o encanto destas *Memórias* está, justamente, no entrelaçamento que confere ao texto ares de narrativa histórica¹⁶.

¹⁴ A disciplina Toponímia Geral e do Brasil, ministrada por mim na FFLCH-USP, conta sempre com um contingente diversificado de alunos (cursos de Letras, História, Geografia, Ciências Sociais). É comum a preferência, como tema monográfico, da análise toponímica em obras literárias, o que justifica meu interesse em discorrer sobre o tema.

¹⁵ Folhetim ou crônica, o gênero literário não influi diretamente nesta proposta de trabalho.

¹⁶ Originalmente, as *Memórias da Rua do Ouvidor*, assim como *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, foram publicadas pelo autor em periódicos: o segundo folhetim, mais antigo, publicado aos poucos no *Jornal do Commercio* durante o ano de 1861, e depois em livro em 1862-1863; o primeiro, também publicado como folhetim no mesmo jornal em 1877. Segundo Sales (*Communicare*, Revista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade Casper Líbero, 2008) é comum, no fim do século XIX, encontrar escritores trabalhando como jornalistas: “Este fenômeno vai se aprofundar a partir do realismo-naturalismo, o que atestará interessante fato, configurado no bojo de tantas alterações. Primeiro, algumas características desta escola: a apresentação de uma suposta verdade, material, alicerçada em fatos; o uso de retratos de per-

Como já foi dito anteriormente, aqui não interessa o aspecto literário que evidentemente poderá ser um desdobramento desta reflexão, pois, como já propusemos em outra oportunidade (Cf. Carvalhinhos, 2002, p. 115-135.), as disciplinas onomásticas oferecem subsídios para análises literárias. A reflexão que aqui se propõe, pois, não é exaustiva, em termos de *corpus*; pelo contrário, é demonstrativa. A apresentação seguirá um roteiro simples, propondo alguns conceitos importantes para a compreensão da argumentação e, em seguida, procedendo ao resgate toponímico e memorialístico pela e em estas *Memórias* de Joaquim Manuel de Macedo.

A QUESTÃO DO ESPAÇO NA NARRATIVA.

Primeiramente, já seria difícil definir o que é espaço (real ou ficcional) dada a multiplicidade de definições propostas pela geografia, pela literatura e tantas outras disciplinas. Neste caso, entende-se por *espaço* o espaço na própria narrativa: além de ser o cenário onde se desenrola a ação é também o recurso utilizado pelo autor para criar, na mente do leitor, uma representação do espaço real ali projetado (que, na verdade, também é uma representação interpretada e recordada pelo homem de acordo com suas concepções e visão de mundo). Suzuki (2006, p. 57) propõe uma diferenciação entre espaço e cenário:

O espaço, entendido como espaço social, materializa a ação humana; incorpora a sociedade, conforme há muito salienta Henri Lefebvre (1972 e 1975). Não corresponde à noção de espaço físico. Assim, não se aproxima da noção de cenário, cuja matriz é a de elementos exteriores às personagens, conforme salientou Massaud Moisés. É o que se pode verificar no uso da noção pelo Teatro. O cenário é o que está para além das personagens. Não se confunde com elas.

A noção de espaço, porém, incorpora a possibilidade de materialização da ação humana, mas não se confunde com o homem ou com a sociedade. (...)

sonagens concretos, com personalidades bem definidas; a precisão e objetividade científicas; a imagem da vida contemporânea, sempre em estado de observação, com todas as suas questões; o amor à forma, a utilização de detalhes narrativos, a exatidão da descrição, a linguagem econômica, próxima da realidade e da simplicidade" (2008, n. 6.1., p. 80). O que se observa como decorrência da publicação em folhetim é a reiterada repetição, ao longo da obra, de denominações já citadas anteriormente (por exemplo, Rua Gonçalves Dias, sempre mencionada como *antiga*, *ex* ou *anterior Rua da Vala*).

LEITURA E ORALIDADE

A diferença entre cenário e espaço é tão importante quanto a que se estabelece entre espaço e os outros termos com referência espacial: ambiente, paisagem e lugar. (Suzuki, 2006, p. 54-67)

A Rua do Ouvidor é, pois, o cenário onde a ação toda se desenrola, remetendo-nos à rua real (1954, p. 17): [(...) *a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro* (...)]. Também pode ser considerada uma personagem tomada analogicamente com caracteres femininos¹⁷ pelo autor desde o início da narrativa, definida como “*fidalgua nova*” “*vaidosa*”, [tem] “*brilhantes, ouro, sedas, flores, bonecas e teteias, perfumarias*” (p. 192); “*louçã, namoradeira e galante*” (p. 19). Nesse processo de associação e representação de uma sociedade carioca em período de transição (entre império e república), o autor também se vale de sua crônica para efetuar um libelo contra atitudes governamentais. Logo no início do texto uma ironia contra o governo acaba por ser, na realidade, uma manifestação atualíssima sobre as mudanças toponímicas nas cidades, mudanças que muitas vezes desrespeitam o cidadão por estarem alijadas da espontaneidade de sua formação e por servirem como moeda de troca em transações políticas. O nome perde, por assim dizer, sua função primordial de individualização e particularização ao naufragar em um mar de denominações massificadas, como é o caso dos antropotônimos (nomes de pessoas aplicados a topônimos), sobretudo em cidades grandes como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte etc.:

(...) se desama tanto o seu anexo, deveria ter há mais tempo requerido à ilustríssima câmara que lhe desse nome especial, tornando-o rua independente: eu creio que seria fácil obter providência tão transcendente; porque não tenho notícia de bispo que crismasse tantos católicos, como a

¹⁷ Segundo Haddad, em prefácio à edição de 1954, o gênero da obra pode ser definido como “crônica folhetinesca”, sendo o folhetim um gênero “muito mais feminino que masculino” (p. 9). Logo na sequência afirma: “*Em Macedo a Rua do Ouvidor é descrita como se fosse uma mulher. Garridamente. (...) Dentro dessa afeminação generalizada, compreende-se e justifica-se que Macedo, no que tange às influências francesas no Brasil, dê (...) muito mais importância aos valores femininos presentes nestes contatos de cultura que aos masculinos*”, pois, para o prefaciador, “*O que a Rua do Ouvidor operava era o fenômeno de contato de cultura, entre França e Brasil.*” (p. 10)

Além de prefaciador, Haddad é responsável pelas abundantes notas, nas quais insere explicações, abonações históricas e possível bibliografia consultada por Macedo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ilustríssima tem crismado ruas da cidade do Rio de Janeiro. A ilustríssima como que fundou direito à herança de ruas em favor de defuntos; morrendo algum cidadão ilustre e, portanto, seu parente em tratamento, dá logo cevada ao finado em crisma de rua.

Ainda nessa prática ao menos se manifesta – gratidão nacional –; mas além dos defuntos, não o tributo de cevada, doce amor porém aos vivos multiplica de tal modo a crisma das ruas, a *dá e muitos novos nomes tão desconhecidos, que tenho para mim que o primeiro e longo estudo dos novos vereadores será aprender as denominações das ruas, e inteirar-se dos pontos e dos bairros, onde elas se estendem ou se encurtam.* (grifo meu; Macedo, 1954, p. 193).

Apesar dos mais de cem anos decorridos, a observação do narrador é muito atual – veja-se, por exemplo, as polêmicas mudanças (ou tentativas) de nomes de ruas ocorridas nos últimos anos, como o exemplo paulistano da Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho, substituição que gerou protestos por parte da população; ou ainda a tentativa frustrada de transformar a Avenida Vieira Souto, em Ipanema (RJ), em Avenida Tom Jobim.

O nome de lugar é, como já se tem enfatizado em inúmeras outras oportunidades, o que Dick (1990) denominou “a sociologia do cotidiano”, no sentido que os topônimos registram, qual verdadeira crônica, elementos do entorno em que se encontram. Seja numa perspectiva de grande escala, seja em microtoponímia (dentro das cidades), o nome de lugar e também suas alterações revelam as transformações sofridas pelo espaço. Sobretudo na cidade, como já se expôs, a denominação surgida espontaneamente guarda traços urbanos que podem desaparecer com o decorrer do tempo, e somente a recuperação do nome propicia a recuperação (ideológica) do espaço.

MEMÓRIA TOPONÍMICA

O espaço real e o espaço ficcional

Quando o toponimista afirma trabalhar com o espaço real podemos encarar tal afirmação como digressão retórica, pois mesmo o que conhecemos como espaço “real” suscetível de análise toponímica é, na verdade, uma *representação* do real. Seja um mapa, uma carta geográfica ou topográfica, uma planta (representações iconográficas), seja um índice de topônimos, ou ainda fontes documentais

LEITURA E ORALIDADE

utilizadas para coleta (narrações, documentos de datas de terras, testemunhos, literatura de viagem), o nome de lugar é uma representação operada por meio da língua, e não o lugar em si.

Quando o topônimo figura em uma obra ficcional pode-se afirmar que a escolha desse nome passou por crivo duplo, pois o autor cria um topônimo (ou o escolhe dentro de um paradigma já existente) com o objetivo deliberado de construir um determinado espaço na sua narrativa, de modo que se crie um efeito de realidade. No caso de *Memórias da Rua do Ouvidor* existe a recriação de um espaço real dentro da narrativa de Macedo: os topônimos e os fatos quase sempre coincidem com os relatos históricos sobre a cidade do Rio de Janeiro – até mesmo pelo caráter semi-informativo do folhetim – mas, muitas vezes, a explicação da motivação do nome é uma criação artística. Por isso, ao utilizar esse tipo de fonte para estudos toponímicos é necessário especificar *os objetivos* do pesquisador, pois é o que norteará a condução de seus estudos. Uma análise toponímica (ou seja, linguística, com contribuições da geografia, história, urbanismo etc.) priorizará o dado que possa ser abonado em outras fontes que não literárias; uma análise literária focará a criação do espaço desde um outro prisma que não necessariamente o histórico¹⁸.

¹⁸ Dentre muitos outros onomasticistas que abordam a questão do nome na literatura citamos Nicolaisen (1984) que, apesar de focar o nome da personagem na narrativa, também aborda a questão do nome de lugar na literatura: "The onomastic device works successfully because it produces the intended degree of pseudo-historicity by proclaiming a past as true, (...) through the plausibility of narration. Naturally, this principle does not just apply to the names of characters in ballads but also to the names of ballad locations." (*O dispositivo onomástico funciona com sucesso porque produz o desejado grau de pseudo-historicidade ao proclamar um passado como real, (...) ao longo da plausibilidade da narrativa. Naturalmente, este princípio não se aplica somente a nomes de personagens em baladas [tipos de poemas musicados] mas também em nomes de lugares.*). Mesmo assim, o autor afirma que, sobretudo em literatura infantil e contos folclóricos, há preferência por nomes incomuns em pessoas, criados a partir de palavras comuns: " (...) half the folktales and a quarter of all folktale types do not contain any personal names at all (Hubrich-Messow 1981). If they do occur and are not in the "Will," "Tom," and "Jack" category, that is, if they are not naming types without individualizing them, their lexical meaning frequently refers to outward characteristics, like "Snow White," (...) and so on. In several of these instances, the name serves as a linguistic cloak that provides temporary disguise but hides the real identity. (*Metade dos contos folclóricos e um quarto de todos os tipos de contos não contém nenhum nome pessoal (Hubrich-Messow, 1981). Se ocorrem e não estão na categoria de um "Will," "Tom," e "Jack", ou seja, se não nomeiam tipos sem individualizá-los, seus significados lexicais frequentemente referem-se a características extrínsecas, como "Snow White" (Branca de Neve) (...) e muitos outros. Em muitos desses casos, o nome*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No início das *Memórias*, o autor traça de modo breve (mas divertido) um perfil do Rio de Janeiro colonial, então denominado vila de São Sebastião: poucas e isoladas casas, arruamentos que se formavam aos poucos (como seu objeto é a rua o autor desconsidera a formação inicial da cidade, com as lutas contra Villegagnon, as invasões dos tamoios e a conseqüente mudança do núcleo original, localizado na praia entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, para o morro do Castelo – então apenas “morro do Descanso”-, retratando o período imediatamente posterior da formação da vila), o comércio inicialmente relacionado à pesca, aos gêneros alimentícios; depois, no decorrer da narrativa, registra a alteração e a sofisticação da sociedade carioca, talvez metaforizada na própria Rua do Ouvidor.

O período colonial ali registrado encontra eco em vários historiadores reunidos e criticados por Serrão (1965) que, após situar a fundação da cidade por volta de primeiro de setembro de 1565, retrata-a por volta do ano de 1600:

(...) desde o ano de 1585, a cidade recebeu novos moradores e foi crescendo nos morros vizinhos ao Castelo e ao longo da praia; a parte baixa constituiu a zona inicial de comércio (...) (1965, p. 181).

(...) À medida que o núcleo povoado aumentava, de igual modo se formavam grandes chácaras a separar as terras dos colonos. Daí um aspecto pouco urbano, num largo enquadramento rural. Casas isoladas e casais destacavam-se na moldura da terra, numa composição um tanto irregular.

O diligente historiador [Vieira Fazenda, “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 86, v. 149, RJ, 1921, pp. 171 e ss.] conseguiu encontrar várias escrituras dos fins do século XVI, em que se faz referência a casas que se achavam em ruas de toponímia bem curiosa. Os locais tomavam o nome do primeiro morador ou de vários indivíduos ligados à mesma profissão¹⁹

serve como uma capa linguística que proporciona um disfarce temporário, mas esconde a identidade real.” (Tradução livre da autora)

¹⁹ Diríamos, antes, uma toponímia nascida espontaneamente, mas não usaríamos o termo *curiosa*; é uma tendência das cidades apresentar por nomes de ruas os moradores mais antigos (ou ilustres), assim como a atividade comercial ali representada: Lisboa e Porto têm perfis semelhantes (o centro de Lisboa, perto do Castelo de São Jorge, apresenta ruas como a Rua dos Fanqueiros [comerciantes de tecidos de algodão, lã, linho, etc.], a Rua dos Bacalhoeiros, Travessa das Merceiras, Rua dos Sapateiros, Rua dos Correiros [fabricantes ou vendedores de correias e outras obras de couro]; o Porto igualmente apresenta a mesma tipologia de nomes: Rua dos Caldeiros [fabricantes ou vendedores de caldeiras e de outros utensílios de metal],

LEITURA E ORALIDADE

e aí residentes: ruas de Aleixo Manuel, de André Dias, de Diogo de Brito, de Gonçalo Gonçalves (também chamada do Azeite de Peixe), de Chitando, do Açogue, dos Pescadores, etc. (...) (1965, p. 183)

Traçando o nascimento e desenvolvimento da Rua do Ouvidor Macedo trata, literariamente, de um aspecto importante para os estudos de toponímia: a perspectiva diacrônica. Para tal, parte da sincronia na narrativa, na qual se enquadra o topônimo dos fins do século XIX. Uma pesquisa em várias fontes documentais e cartográficas permite, na maior parte das vezes, recuperar as antigas denominações do local (às vezes mencionadas pelo autor), importantes para determinar momentos histórico-políticos marcantes para o grupo, a fixação de uma ou outra ideologia (sobretudo na microtoponímia); ou, ainda, resgatar transformações no traçado urbano não registradas em outras fontes. As *Memórias* apresentam esse movimento de recuperação, citando reiteradamente antigos nomes dos lugares.

Macedo denomina esse material de consulta, no âmbito de sua narrativa, de “velhos manuscritos”, talvez numa tentativa lúdica de dar autenticidade total ao que escreve; lúdica porque, apesar dos fatos e datas reais, o autor não está comprometido em fazer uma narrativa integralmente fidedigna, e seu folhetim parece cumprir uma função informativa de forma absolutamente livre ao conjugar fatos, locais, histórias e personagens reais com ficcionais.

Essa “licença poética” fica clara em vários momentos da narrativa, como neste comentário irônico sobre a alteração indiscriminada de nomes:

Em continuação de viagem o autor e os leitores destas Memórias entram pela Rua-do-Ouvidor acima no vasto mar imenso que se estende das quinas da Rua da Quitanda até à dos Ourives.

Mas de olhos voltados para trás ou com os olhos ainda fitos no ponto onde partimos a seguir viagem tomamos a liberdade de perguntar à

Rua dos Pelames [curtume; courama; tanque para curtir couros ou peles], Muro dos Bacalhoeiros, entre muitas outras), o que também ocorre com a maioria das cidades europeias. Ainda nesta linha, para provar que não é uma toponímia “curiosa”, mas apenas o modo espontâneo de se denominar por referência, cito o largo dos Padeiros na vila de Paranapiacaba, município de Santo André, SP, recentemente objeto de estudo por meus alunos de graduação (cf. bibliografia): o dito largo recebeu este nome por causa da atividade ali concentrada e desenvolvida no surgimento da vila, do mesmo modo que ocorre com as ruas citadas no Rio de Janeiro – não são topônimos curiosos, apenas espontâneos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ilustríssima Câmara, desde algum tempo maníaca crismadora de ruas, por que conserva essa denominação de Rua da Quitanda?...

Que espécie ou que diabo de quitanda há nessa rua tão destampatória, e desgraçadamente nomeada, que ainda no último século teve o seu primeiro quarteirão conhecido e, geralmente, chamado por nome obsceno, e só perdoável em heroicas desenvolturas da furiosa língua de Cambrone? (...)

Requeiro à ilustríssima que mude aquele nome para outro que a gente saiba o que significa.

Se quiser nome republicano eu lhe ofereço ou lembro um de dois:

Rua de João Mendes Viana, que foi Grão-Mestre da Maçonaria, republicano ostentoso e deputado, que aí teve casa de sua propriedade perto da quina da Rua Sete de Setembro.

Ou Rua de Cipriano Barata, deputado brasileiro na constituinte portuguesa, republicano, preso em 1824, e que saindo em 1829 da Presidência, foi morar por meses nessa casa do João Mendes, seu amigo.

Se proferir nome de monarquista constitucional, dou-lhe o mais simbólico.

Rua de Evaristo²⁰, ou por já haver uma com essa denominação – Rua da Aurora Fluminense; porque Evaristo redigiu durante anos a sua Aurora, criou o partido monarquista constitucional puro, floresceu, glorificou-se enfim, morando e tendo a sua loja de livros nessa rua, quina da antiga dos Pescadores.

Eu iria ainda muito além, se não me lembrasse que não é pela Rua da Quitanda que devo viajar. (Macedo, 1954, p. 213)

Ou, ainda, logo no primeiro capítulo (1954, p. 20), quando o autor retrata o primeiro nome da Rua do Ouvidor:

Mas no ano de 1590 e sem intervenção nem audiência da Câmara Municipal, o Desvio-do-Mar por acordo geral dos colonos subiu ao grau honorífico de rua urbana com o nome de Aleixo Manoel.

Tal foi a primeira denominação que recebeu, deixando de chamar-se – Desvio – a rua, cujas Memórias escrevo, Aleixo Manoel! nome masculino, feio, ingrato, peão sem raiz de fidalguia, nem carta de nobreza.

²⁰ Evaristo Ferreira da Veiga e Barros ou simplesmente Evaristo da Veiga, poeta, jornalista, político e livreiro, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de outubro de 1799, e faleceu na mesma cidade, em 12 de maio de 1837. É o patrono da Cadeira n. 10 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Rui Barbosa. Em 1827 fundou, com seu irmão, o jornal *A Aurora Fluminense*. Brasil Gerson (2000, p. 69) corrobora a informação, dizendo que a esquina da Rua da Quitanda fervilhava politicamente pela presença do jornal de Evaristo.

LEITURA E ORALIDADE

Procurei nas crônicas do tempo, e nas obras de Monsenhor Pizarro e de Baltazar da Silva Lisboa algum Aleixo Manoel que tivesse deixado nome na história; mas foi trabalho baldado, não encontrei entre os fidalgos da nascente colônia esse positivo e irrecusável avô da atual Rua-do-Ouvidor; não há, porém, meio de dissimular o parentesco, porque em livros que escaparam ao incêndio do arquivo da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro em 1791 se acha escrita e mencionada a tal denominação de Rua-de-Aleixo-Manoel.

(...)

Para casos de aperto como este, o memorista, que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscritos ricos de tradições que expliquem o que se ignora.

Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei nos meus velhos manuscritos. Liberdade ampla de aceitá-la ou não.

Aleixo Manoel, colono português, era cirurgião e também barbeiro, mas barbeiro só de fidalgos; morava no monte de S. Januário perto do colégio dos padres jesuítas; como porém poucos doentes tivesse, e ainda menos fidalgos a barbear, lembrou-se um dia de procurar fortuna, explorando a guerra. (grifo meu)

Confrontando-se o que diz Macedo com o historiador Brasil Gerson, temos a seguinte informação sobre a rua (do) Aleixo Manuel:

"Muito lhe faltava ainda para merecer o nome de rua, que nem toda a gente lhe dava, dizendo simplesmente: 'Para as bandas do Aleixo Manuel.' Teria então meia dúzia de casas: o mais eram cercas e quintais..."

Esse Aleixo Manuel, o Velho, foi um dos mais abastados habitantes da cidade, logo após a sua fundação no Castelo, em 1567. Pai de muitos filhos e tio de muitos sobrinhos, foi também Juiz Ordinário e Vereador do Conselho, e as terras que possuía se estendiam pelas vizinhanças da rua a que dava o nome, na orla praieira, até além de S. Pedro. Antes ainda de 1590, erigiu, com sua mulher, uma pequena ermida dedicada à N. S. da Conceição no alto do S. Bento (...).

Nessas suas terras, cortadas por um caminho conhecido por "desvio do mar", Aleixo Manuel instalou-se com uma chácara, por ter de dar de comer a muitas bocas, e aí está por que o "desvio do mar" pouco a pouco se foi transformando no caminho e depois na Rua do Aleixo Manuel, que outros nomes também teve, à proporção que avançava para os lados de S. Francisco de Paula: Canto dos Meirinhos (à altura de Quitanda); Canto do Lucas do Couto, que era vereador, ambos nela residentes, e ainda Rua do Gadelha, do Barbalho, da Santa Cruz ou da Cruz, simplesmente, quando na esquina da Direita, hoje la de Março, sobre as ruínas de um fortim, se construiu, ou, melhor, se reconstruiu a capela que veio a ser a Igreja da Cruz dos Militares."

Ou seja, ainda que se possa reconstruir o espaço real a partir do espaço ficcional, é absolutamente necessário o confronto com outras fontes documentais complementares caso o objetivo do estudo onomástico seja linguístico, e não exclusivamente literário. No caso da Rua de Aleixo Manuel, fica claro que a história de seus amores com a mulata Inês assim como as peripécias de seu casamento são fruto da inventividade do autor, conforme por ele anunciado no último trecho grifado. E assim Haddad (1954, p. 6-7) define essa liberdade de unir realidade e fantasia:

Folhetim, *literatura para jornal*. Daí advém alguns dos seus primaciais atributos, o primeiro a referir, o da imponderável leveza, por vezes capaz de resvalar para a levandade. É enorme o esforço que Macedo faz no sentido de evitar que por qualquer momento a narrativa resvale para o maçante e o duro. Quando o relato mais aparenta entrar pelo terreno da árida narrativa histórica, Macedo foge por um desvão de fantasia, no afã de fazer que a exposição não abandone jamais a costumeira atmosfera hedonística habitual.

As ruas do rio antigo: memórias

Vejam agora a relação de topônimos que constituíam o centro velho do Rio no fim do século XIX, segundo Joaquim Manuel de Macedo, para verificarmos, em seguida, se a memória levantada pelo autor coincide com a memória real do lugar, sobretudo no concernente às denominações anteriores dos logradouros. Como o trabalho não é exaustivo, traçaremos apenas alguns comentários para proceder às considerações finais.

Para facilitar a visualização dos dados, elaboramos a seguinte tabela:

Nome atual	Nome citado pelo autor (séc. XIX)	Nome anterior ou outras denominações
Rua do Ouvidor	Rua do Ouvidor	Desvio (ou Desvio do Mar); Rua de Aleixo Manuel; Rua do Padre Homem da Costa
Rua Gonçalves Dias	Rua Gonçalves Dias	Rua dos Latoeiros
Rua (da) Uruguaiana	Rua (da) Uruguaiana	Rua da Vala
Rua Sete de Setembro	Rua Sete de Setembro	Rua do Cano
Rua Primeiro de Março	Rua de Primeiro de Março	Antiga Direita; Ex-Direita
Beco das Cancelas	Beco ou travessa das Cancelas	-
Largo de São Francisco	Praça de S. Francisco	Largo de S. Francisco
Praça XV	Praça D. Pedro II	Lugar do Ferreiro da Polé, Praça

LEITURA E ORALIDADE

		do Carmo, Terreiro do Paço, Largo do Paço
		Largo da Sé Nova
Rua do Carmo	Rua do Carmo	Rua Detrás do Carmo
Rua da Quitanda	Rua da Quitanda	Quitanda das Cabanas
Rua da Assembleia	Rua da Cadeia	
Rua Visconde de Inhaúma	Rua do Visconde de Inhaúma	Rua dos Pescadores
Rua da Alfândega	Rua da Alfândega	-
Rua dos Andradas	Rua dos Andradas	Rua do Fogo
Rua Buenos Aires	Rua do Hospício	-
Largo S. Francisco de Paula	Largo S. Francisco de Paula	-
Av. Marechal Floriano	Rua de São Joaquim	-
Rua dos Ourives	Rua dos Ourives	-
Rua dos Ourives	Rua Nova do Ouvidor	-
Rua da Carioca	vala da Carioca /fonte da Carioca	-
Largo da Carioca	/chafariz da Carioca	

Tabela 1. Relação de alguns topônimos apresentados nas *Memórias da Rua do Ouvidor* (denominação “atual” e antiga)

A tabela apresenta, na primeira coluna (matizada em cinza), a atual denominação dos logradouros que constam nas *Memórias*, e apenas as duas colunas restantes apresentam topônimos relacionados na obra²¹. Os espaços não preenchidos revelam que o autor não citou a denominação anterior.

A memória toponímica revelada nas *Memórias* de Macedo nos conduz a um momento anterior da reformulação urbana no centro do Rio, ocasionado pela abertura de duas grandes avenidas: a Av. Rio Branco e a Av. Presidente Vargas. Praticamente todas as denominações anteriores são abonadas em livros de história, exceto as que são apresentadas pelo autor como relacionadas às histórias por ele contadas, como *Rua do Lobisomem*, *Rua do Ajudante Oficial de Sala* e *Rua do Amotinado* – pelo menos, não consta de nenhuma das denominações anteriores da Rua do Ouvidor que tenham sido citadas em livros de história. Segundo Macedo, a Rua do Ouvidor “escapou” de ter estes nomes, que estariam relacionados a “lendas” por ele narradas.

²¹ Como o objetivo deste trabalho não é quantificar ou efetivar uma análise quantitativa dos topônimos, não relacionamos a frequência dos logradouros. Além disso, como já se mencionou, *Memórias* nasceu como um folhetim e, por isso, os topônimos são constantemente retomados.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O que se percebe, no percurso de narração da formação da Rua do Ouvidor, é um movimento comum à formação espontânea de arruamentos – obviamente, não o afirmamos do ponto de vista da urbanização, mas da perspectiva toponímica. Quando nasce, a rua não é mais que um caminho que une dois pontos um ao outro, citados referencialmente pelos usuários a fim de identificar com exatidão o local (Brasil Gerson, 2000, p. 7):

A da Misericórdia e a 1º de Março (antiga Rua Direita), seu prolongamento natural, aparecem, nesse particular, como uma exceção, mesmo porque delas precisavam os colonizadores como uma ligação entre o Morro do Castelo e o de S. Bento onde se haviam instalado os frades beneditinos. E por isso tiveram nomes comuns no começo, como estes, por exemplo: *Direita indo de S. José para a Misericórdia, Direita do Carmo para S. Bento, Direita vindo de S. Bento para a Misericórdia etc.* (...). (Grifo meu)

Tal como Brasil Gerson o afirma (2000, p. 26), “*Há ruas e largos e praças com tanta história que bastaria contá-las nos seus variados detalhes para se estar contando, simultaneamente, a própria história das cidades a que pertencem*”. Pelo que podemos averiguar, pode-se traçar uma tipologia para o nascimento da denominação espontânea verificada frequentemente no âmbito da narrativa e coincidente com o espaço real da cidade em seus primeiros anos: nomes de ruas designando os moradores, ou pontos de referência, atividades comerciais, ou, ainda, os referenciais que uniam, alocados no princípio e fim dos caminhos, como na última citação destacada em negrito.

Citamos como exemplo das tipologias mencionadas os moradores Aleixo Manuel (Rua de Aleixo Manuel), antigo morador da atual Rua do Ouvidor; Antonio Vaz Viçoso, morador da atual Rua S. Pedro, então Rua de Antonio Vaz, pelos idos de 1620 ou 1630, e tantos outros. Os pontos de referência também originam nomes de ruas (Rua Detrás do Hospício, mais tarde Rua do Hospício; Rua do Carmo, pela presença da igreja da Ordem Terceira do Carmo; Rua da Cadeia, Rua da Vala). Outra motivação comum espontânea é a que refere o tipo de atividade comercial que se desenvolve no local (nas *Memórias* temos a Rua dos Latoeiros – atual Gonçalves Dias, a dos Ourives, a Rua do Azeite). Indicando o princípio ou o fim do caminho temos os já mencionados exemplos *Direita indo de S. José para*

LEITURA E ORALIDADE

a Misericórdia, Direita do Carmo para S. Bento, Direita vindo de S. Bento para a Misericórdia.

Percebe-se que a denominação espontânea por referencialidade tende a ser flutuante, uma vez que está condicionada ao elemento referencial; não obstante, a prática revela que a memória toponímica guarda, por toda uma geração, uma denominação substituída por outra seja pela simples doação de um novo nome ou ainda pela presença de um novo referencial, o que conduz à geração espontânea de um novo nome.

Por outro lado, um fenômeno toponímico que fica bem ilustrado com o topônimo *Carioca* é a translação toponímica, que é a irradiação de um topônimo ou, ainda, o aproveitamento de um único elemento referencial muito marcante para denominar vários elementos da região: rio Carioca, que depois denomina o chafariz da carioca, a vala da Carioca, o chafariz da Carioca e, ainda, a Rua da Carioca.

Por último destacamos uma tendência já enunciada inicialmente, quando mencionamos a ironia do autor sobre a conveniência política de se dar nomes a ruas: a substituição de uma nomenclatura espontânea por outra determinada por órgãos públicos²², ainda que sob o título de homenagem: é o caso da Rua Gonçalves Dias. A Rua do Ouvidor, em sua forma atual, seria um caso de resistência pública às intenções políticas, segundo Gerson (2000, p. 42):

²² A substituição de um topônimo sempre gera muita resistência por parte da população, e dificilmente o novo nome é completamente assimilado antes que toda uma nova geração se forme. É assim que o nome anterior, outrora oficial, passa a persistir apenas na memória dos mais velhos sob a forma de um topônimo paralelo. Brasil Gerson conta-nos uma história ocorrida nas ruas centrais cariocas que ilustra bem nossa afirmação: "Ai pelos anos 30 deste século, se tanto, perguntou um senhor tranquilo, algo idoso, a um moço apressado, diante do *Jornal do Comércio*:

- O Tabelião Leal de Sousa fica na parte de baixo ou de cima, ali, da Rua do Hospício?

-Rua do Hospício aqui no centro? Só podia ser em lugar de hospício, lá para Jacarepaguá...

E então o senhor tranquilo explicou ao moço apressado que Rua do Hospício continuaria a chamar-se, para ele, sempre e sempre, a velha rua a que tinham dado em 1915 o nome de Buenos Aires, e que o fato de ter sido do Hospício não queria dizer, necessariamente, que nela tivesse existido uma casa para cuidar de loucos, apenas, mesmo porque, em bom português antigo, pelo menos, hospício era, além de albergue, o mesmo que hospital..." (2000, p. 53).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

E foi quando seus nomes antigos começaram a ser esquecidos para que um novo – Rua do Ouvidor – se impusesse e se perpetuasse, apesar de mais tarde em 1897 ter o governo insistido, e até 1916, que fosse do Coronel Moreira César, morto como comandante da primeira expedição contra Antonio Conselheiro em Canudos.

A propósito, vale a pena recordar-se aqui o episódio vivido por Arthur Neiva numa de suas viagens, Conversava ele com um australiano sobre o Brasil, e como este se queixasse da diferença tremenda entre o falar-se e o escrever-se a nossa língua, disse:

– Cite-me então um exemplo disso, pois me parece que o senhor exagera...

– Pois no Rio de Janeiro o nome da rua principal, escrito nas placas, é Moreira César: aqui está nos meus apontamentos. Mas para todos os brasileiros a sua pronúncia é Rua do Ouvidor...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar o assunto, creio que a intenção é apenas ventilar uma hipótese de trabalho, alargando as perspectivas de estudos onomásticos. Não se tenta, em momento algum, interpretação literária; seria necessário, ainda, efetivar um cotejo mais demorado em fontes cartográficas para melhor explorar o assunto. Contudo, fica demonstrado que a toponímia, enquanto disciplina científica, possui interface com várias outras disciplinas e áreas do conhecimento, e aqui exploramos essa intersecção a partir de uma fonte inusitada, um documento literário semi-ficcional que, se devidamente cotejado com documentos históricos, pode fornecer subsídios para a reconstrução da memória toponímica do centro velho do Rio, reconstrução que pode corroborar para que se trace paralelos com outras cidades brasileiras nascidas no primeiro período do Brasil Colônia.

LEITURA E ORALIDADE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHINHOS, P. J. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguístico-literária. *Revista Álvares Penteado*, São Paulo, vol. 4, nº 8, 2002, p. 115-135.
- CARVALHO, Breylla C.; HADID, Marcos P.; RIBEIRO, Melanie F.; SILVA, Carlos Henrique; SILVA, Daniel M. de A. *Valorização turística do distrito de Paranapiacaba – Santo André*. Trabalho apresentado como parte de avaliação final para a disciplina Toponímia Geral e do Brasil I, sob a orientação da Profª Drª Patrícia de J. Carvalhinhos. FFLCH-USP, São Paulo, 2008.
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª ed. remodelada e definitiva, Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- MACEDO, J. Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952.
- . *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição revista e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1942.
- NICOLAISEN, W. F. H. Names and Narratives. *The Journal of American Folklore*, Vol. 97, Nº 385 (jul.-sep., 1984), p. 259-272.
- SALES, A. C. Entre o Jornalismo e a Literatura: a Belle Époque e o New Journalism no Brasil. *Communicare*. Revista do Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade Casper Líbero, São Paulo. V. 6 (1), 2006, p. 77-95.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Estudo histórico. Lisboa: Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- SUZUKI, Júlio César. O espaço na narrativa: uma leitura do conto “Preciosidade”. *Revista do Departamento de Geografia*, nº 19, São Paulo: USP, 2006, p. 54-67. Disponível em

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_19/06-O_espaco_na_narrativa.pdf, último acesso em 27 jul. 2008.

LEITURA E ORALIDADE

PROCESSOS DE MONITORAMENTO DO FALANTE COMO RECURSOS DE ENVOLVIMENTO INTERPESSOAL

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
ptgal@uel.br

PRELIMINARES

Este trabalho tem por objetivo apresentar os diversos procedimentos discursivos por meio dos quais o falante, em programas de entrevista e debates, exerce uma dupla atividade de controle. A primeira dessas atividades diz respeito à fiscalização do próprio discurso, com o objetivo de assegurar que ele está sendo compreendido e está sendo criado o contexto partilhado entre os interlocutores. A outra se refere ao monitoramento pelo falante das atitudes e reações do interlocutor.

O texto compõe-se duas partes: inicialmente, são expostas e discutidas as características da conversação e as noções de monitoramento; a seguir, expõem-se os procedimentos por meio dos quais os falantes monitoram a própria fala, assim como as reações do seu interlocutor.

Os exemplos são extraídos de dois programas da série "Brasil pensa", e de dois outros da série "Roda viva". Esses programas são indicados a seguir:

Programas da série "Brasil pensa" (BP):

BP.1 – Debate a respeito do tema "Aquecimento global e o fenômeno "El Niño".

BP.2 – Debate acerca de segurança global.

Programas da série "Roda viva" (RV):

RV.1 – Entrevista com a filósofa e professora universitária Marilena Chauí.

RV.2 – Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Os participantes dos programas são indicados por:

M = mediador

D = entrevistadores ou debatedores

E = entrevistado (no programa "Roda viva")

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Conversação

Castilho (1988, p. 03), retomando Levinson, afirma que a interação falada é entendida como o intercuro verbal em que duas ou mais pessoas se alternam, discorrendo livremente pela vida diária. Hilgert (1989, p. 82) acrescenta que a "conversaço representa uma atividade prática e cotidiana, cujo desenvolvimento depende da auto-organizaço patrocinada interacionalmente pelos interactantes". Os interactantes ou interlocutores constituem os sujeitos da conversaço, e, ao interagirem, desenvolvem a conversaço.

O caráter interativo caracteriza a fala como uma atividade conjunta, realizada por dois ou mais participantes. Nessa atividade conjunta, há uma clara distribuiço de papéis (falante e ouvinte), porém esses papéis são transitórios, já que a característica básica da conversaço é a alternância dos turnos de fala.

O falante e o ouvinte são igualmente ativos, mas a participaço de ambos ocorre de forma diferenciada. O falante é aquele que – num dado momento – assume o papel de condutor principal do diálogo e torna-se o responsável pelo desenvolvimento do tópico em andamento, podendo dar continuidade a ele, redirecioná-lo ou abandoná-lo. O falante deseja ser ouvido e compreendido, e, para tanto, exerce continuamente uma dupla fiscalizaço: o monitoramento da própria fala (por meio de paráfrases, correções, inserções parentéticas) e o acompanhamento das reações do interlocutor (marcadores de busca de aprovaço discursiva ou de envolvimento do ouvinte). Em ambos os casos, o falante busca de ter a certeza de que está sendo compreendido e seu discurso é adequado à situaço.

O ouvinte, por sua vez, não é um simples espectador, como sugere o esquema tradicional da comunicaço (emissor-receptor). Aliás, a simples presença (participaço implícita) já confere ao ouvinte um papel ativo na conversaço, pois o falante não pode deixar de levá-lo em conta na produço do diálogo. Já na participaço explícita, o ouvinte intervém de modo ativo, para mostrar entendimento ou concordância, para sinalizar que o falante pode continuar a fala, ou simplesmente, para demonstrar participaço efetiva.

LEITURA E ORALIDADE

As diferentes formas de participação demonstram, da parte de quem fala, o desejo de ser ouvido, e, da parte de quem ouve, a predisposição para ouvir e compreender. Essa participação é indicada não só por meios linguísticos (palavras ou expressões, elementos não-lexicalizados; marcadores supra-segmentais), como também por meios cinésicos ou gestuais (gestos, expressões faciais, riso), e essas duas classes de meios situam igualmente como sinais de orientação e de verificação do canal. Todos esses sinais são indispensáveis para uma boa interação falante/ouvinte e a falta dos mesmos acaba por interferir negativamente na própria interação.

No caso dos programas que constituem o *corpus* deste trabalho, a interação assume uma feição particular, devida ao fato de os participantes terem a consciência de que a interação se processa em dupla dimensão. Com efeito, cabe considerar que os participantes interagem entre si, num processo regulado pelo mediador mas, igualmente, também interagem com os telespectadores.

Monitoramento

O diálogo simétrico é caracterizado pela alternância dos interlocutores nos papéis de falante e ouvinte. Esses papéis são necessariamente transitórios, e isso cria o que Preti & Urbano (1990) denominam "dinâmica inter-relacionada". Essa dinâmica conduz ao emprego de "um sistema de práticas, convenções e regras de comportamento" (Goffman, 1970, p. 10), utilizadas com a finalidade de organizar o fluxo da mensagem e a participação dos interlocutores.

Uma das formas de participação dos interlocutores é o emprego dos sinais de monitoramento da própria fala ou da fala de outro interlocutor. O uso desses sinais decorre de uma das características da língua falada, o planejamento local, que leva à tomada de decisões no curso da construção do discurso. No diálogo simétrico, a presença do(s) outro(s) interlocutor(es) torna essa característica ainda mais evidente, e leva a um acompanhamento contínuo da própria fala e da fala e das atitudes dos demais interlocutores, de modo que se redireciona a fala de acordo com as atitudes do momento.

Na conversação, a fiscalização de nossas palavras e da fala dos outros interlocutores constitui uma constante. Assim, o falante de-

termina os sinais (*né?, não é?, certo?, entendem?*), que não estão ligados ao desenvolvimento do tópico, mas são empregados com o sentido de testar a reação dos ouvintes. Com essa mesma finalidade, o falante emprega procedimentos discursivos variados, como aqueles a que Castilho (1996) denomina atividades de reconstrução (correções, paráfrases) e de desconstrução (inserções parentéticas).

O ouvinte, por sua vez, não é um mero espectador, mas procura demonstrar que está engajado na construção do diálogo e fiscaliza as palavras do seu interlocutor. Para tanto, o ouvinte emite determinados sinais que orientam o falante e sinalizam para a continuidade da fala ou o abandono da mesma. Citem-se, a esse respeito, as palavras de Marcuschi (1986, p. 16): "o ouvinte orienta e monitora seu interlocutor, retro-alimentando com informações cognitivas relevantes".

Silva (2001) define monitoramento como a fiscalização que cada interactante do diálogo exerce sobre o seu parceiro, no sentido de direcionar e regulamentar a conversação. O mesmo autor menciona dois tipos de monitoramento: o do falante, que monitora o ouvinte; o do ouvinte, que monitora o falante. Cabe acrescentar que, com referência ao falante, existe ainda o automonitoramento, responsável pela busca da melhor forma de expressão e da adequação pragmática.

O Conceito de Face

O conceito de *face* foi inicialmente estabelecido por Goffman (1970), a partir do quadro geral de interação face-a-face, no qual são realizados os textos falados. Segundo o citado autor, o fato de alguém entrar em contato com outros constitui uma ruptura de um equilíbrio social pré-existente e, assim, representa uma ameaça virtual à auto-imagem pública construída pelos participantes do ato conversacional. Goffman denomina *face* a expressão social do *eu* individual; o mesmo autor designa por *processos de representação (face-work)* os procedimentos destinados a neutralizar as ameaças (reais ou potenciais) à face dos interlocutores ou a restaurar a face dos mesmos.

As ideias de Goffman foram complementadas e aprofundadas por Brown e Levinson (1978), que estabeleceram a distinção entre *face positiva* (aquilo que o interlocutor exhibe para obter aprovação

LEITURA E ORALIDADE

ou reconhecimento) e *face negativa* ("território" que o interlocutor deseja preservar ou ver preservado).

As circunstâncias particulares em que se desenvolvem os diálogos fazem com que neles a preservação da face seja uma necessidade constante. Como não há previsibilidade quanto às ações a serem desenvolvidas pelo(s) outro(s) interlocutor(es), o falante adota mecanismos que assegurem o resguardo do que não deseja ver exibido [?] e coloquem em evidência aquilo que busca expor. A necessidade de preservação da face torna-se particularmente relevante em determinadas situações, nas quais o falante se expõe de forma direta: pedidos, atendimento de pedidos ou recusa em fazê-lo, perguntas diretas e indiretas, respostas, manifestação de opiniões. Cabe acrescentar que a preservação da face deve ser necessariamente considerada em relação ao quadro geral da interação, e não como uma atitude isolada do falante. É o que se verifica no exemplo a seguir: o falante formula uma pergunta que diz respeito à vida profissional do seu interlocutor. Essa pergunta representa, implicitamente, uma "invasão do território" do interlocutor, por isso o locutor procura mitigar os efeitos dessa invasão pelo emprego de um procedimento de atenuação, o emprego do futuro do pretérito:

(01) L2 eu: eu lhe *perguntaria* ai dentro desse problema [o horário de trabalho de L1]... você não... possui uma... um controle... digamos assim... em cima de você, você deve produzir tanto num dia... ou... existe isso ou digamos um dia de chuva está um dia horrível para trabalhar um dia que você está indisposto você poderia pegar voltar para sua casa entrar num cinema distrair um pouco entende? ...que (que você) você poderia fazer isso? (NURC/SP 062, linhas 251-258)

No caso da manifestação de opiniões, verifica-se uma dupla atitude por parte dos locutores: por vezes eles se distanciam dos conceitos emitidos (como forma de evidenciar que esses conceitos não são integralmente assumidos), mas, em outras situações, os locutores mostram que assumem – ainda que parcialmente – os juízos expostos. Essa duplicidade de atitudes corresponde a uma das atitudes mais evidentes do texto conversacional: dada a dinâmica desse tipo de texto, e o fato de ele constituir necessariamente um trabalho cooperativo, o falante envolve-se diretamente na sua construção, mas, em certos momentos, sente a necessidade de mostrar um prudente afastamento.

MONITORAMENTO DO FALANTE

Dentro da dinâmica do diálogo, o ouvinte tem consciência de que necessita exercer uma dupla atividade de monitoramento: o monitoramento da própria fala (automonitoramento do falante) e o das atitudes e reações do ouvinte. No automonitoramento, o falante emprega procedimentos discursivos variados (paráfrases, correções, inserções parentéticas), como forma de certificar-se de que sua fala será compreendida e sua auto-imagem pública não sairá "arranhada". Já no monitoramento ao ouvinte, busca o falante utilizar-se de procedimentos que lhe assegurem que o canal de comunicação continua aberto.

Automonitoramento do Falante

O falante tem consciência de que a sua posição é sempre vulnerável, já que, a todo instante, ele pode sofrer objeções ou ser interrompido pelo seu parceiro conversacional. Por esse motivo, ele busca monitorar a própria fala, com a finalidade de certificar-se de que está sendo suficientemente claro, e explicativo e que, ademais, o conteúdo de sua fala tem pertinência e relevância em relação ao contexto que se cria (ou se recria) no decurso da própria interação. Além disso, o falante procura resguardar a própria face, prevenindo-se contra a formulação de dúvidas e objeções, sobretudo quando o assunto tratado é de natureza polêmica.

Para o automonitoramento, o falante emprega certos procedimentos incluídos por Castilho (1996) entre os procedimentos de reativação ou reformulação textual (paráfrases, repetições, correções) e de desativação ou ruptura (inserções parentéticas, que constituem casos de ruptura tópica parcial).

Paráfrases

As paráfrases e as correções inserem-se entre os procedimentos de reativação ou reformulação, os quais representam uma volta ao que já foi dito.

Com o uso de paráfrases, o locutor retoma com nova formulação o que já foi dito:

LEITURA E ORALIDADE

(02) D: (...) é isso mesmo (...) ...é... é preciso lembrar que a estratégia ... o ponto principal da estratégia americana... continua sendo... manter seu território... incólume... essa é a base da partida... o que mudou... dos tempos da... do conflito Leste-Oeste... é que não está havendo mais... éh és/essa... essa alta probabilidade de... confrontação... né? entre os dois blocos... os Estados Unidos... é como que (comprimiram a mola... na defesa dos seus interesses vitais (BP-2)

(03) E: (...) o que aconte/aconteceu nos demais estados... deve ser multiplicado por dez... no Rio grande... o MDB tinha maioria na Assembleia gaúcha... então cassaram os deputados pra ARENA ter maioria... e cassaram também:: inclusive:: deputados da ARENA (...) (RV-2)

Em ambos os casos, a paráfrase cumpre a função de reiterar a opinião ou o ponto de vista do falante e, assim, apresenta uma função contextualizadora, pois busca provocar a adesão dos ouvintes. Esse comum, lembre-se, abrange não só os participantes, mas também os telespectadores.

O segmento parafrástico (sublinhado com um traço) retoma e expande a matriz frástica (assinalada com dois traços). Com esse recurso, o locutor explica e concretiza o enunciado anterior e, assim, cumpre uma função contextualizadora. Além disso, esse procedimento preserva a auto-imagem do falante, que, por meio dela, revela capacidade de discorrer sobre o assunto e previne-se contra possíveis objeções.

Correções

A paráfrase volta-se para o já dito e tem, pois, uma dimensão retrospectiva, enquanto a correção é prospectiva, já que representa a busca do falante pela melhor formulação discursiva. Essa prospecção pode efetuar-se no plano da expressão ou do conteúdo. Os exemplos a seguir ilustram a primeira dessas possibilidades:

(04) E: (...) a verdade religiosa é revelada...e:: se eu aceitar... se eu tiver fé e aceitar a revelação... essa verdade é imutável né? (RV-1)

(05) D: (...) a:: ...exsa:... exsa emenda [da reforma tributária] deve ser examinada... discutida nas comissões e depois:... vai pro pô/pro plenário (...) (RV-2)

A correção voltada para o plano da expressão decorre da quase-simultaneidade que, no texto falado existe entre o planejamento e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

a realização. Nas ocorrências citadas, verifica-se uma atitude de tateamento em busca da formulação mais adequada. Comprovando esse tateamento verifica-se que a correção no plano da expressão vem associada a marcas de hesitação ou o truncamento.

No último exemplo citado, há também uma correção lexical, na qual o senador introduz um termo mais específico.

Na correção voltada para o conteúdo, o locutor busca relativizar ou emendas o que disse como forma de prevenir-se de reações desfavoráveis de ouvinte.

(06) D: O El Niño... o fenômeno El Niño afeta a América do Sul... como um todo... quer dizer... afeta mais o lado oriental... o Atlântico Sul... mas:... ainda:: assim:: essa influência é muito variada... muda:: a cada ano... (BP-1)

O informante tem a consciência de que está numa bancada de especialistas, e procura expor as informações de forma mais precisa e objetiva, para não correr o risco de sofrer objeções.

Ambos os casos de correção estão ligados à busca da formulação discursiva mais adequada, para que o falante não sofra interrupções ou ressalvas.

Inserções parentéticas

As inserções parentéticas que mais nitidamente denotam a função de monitoramento são as que explicitam e contextualizam informações do texto, as que previnem objeções e pedidos de opiniões pessoais. Inserções dos dois primeiros tipos são exemplificadas pelo exemplo a seguir:

(07) D: Marilena... você sabe que eu acompanho a sua carreira... desde:: a década de sessenta... acompanhei de perto o seu trabalho como filósofa... mas... ao ler o dossiê... verifiquei que o seu contato com a filosofia data do período pré-universitário... quando você era aluna do Colégio Presidente Roosevelt... aluna do Professor João Villalobos... e depois... deu:: sequência a sua formação e seguiu o curso de Filosofia... fez uma carreira... brilhante. (RV-1).

Os dois comentários têm objetivos diferentes: no primeiro, acrescenta-se um dado que o locutor julga relevante, citando-se um professor de filosofia bastante conhecido. No segundo caso, a inser-

LEITURA E ORALIDADE

ção constitui um comentário valorativo acerca da trajetória da entrevistada.

No próximo exemplo, as inserções parentéticas constituem opiniões que reforçam o que foi dito.

(08) E: (...) o golpe de sessenta e quatro... isso faço questão de frisar... não teve um líder... nato... como foi Getúlio... esse sim um personagem aglutinador... que soube conduzir o movimento (...) (RV-2)

Marcadores e procedimentos de atenuação.

Os marcadores e procedimentos de atenuação são empregados com a finalidade de diminuir a força ilocutória do enunciado e, assim, resguardar a auto-imagem (face) do falante:

(09) E: dizem né? – você vê – que o aluno da universidade pública é:: privilegiado... mas será isso verdade?... acho que há um exagero nessa::... afirmação... acho que:: é...éh::... é preciso considerar cada curso (...) (RV-1)

Um dos debatedores questiona a gratuidade da Universidade pública, e afirma que muitos alunos teriam condições de pagar mensalidades. O tema é polêmico e a bancada tem alguns participantes que têm opiniões divergentes. A entrevistada, então, procura atenuar suas afirmações, para restabelecer uma situação de equilíbrio entre os participantes.

No exemplo a seguir, o resguardo é efetuado por meio de marcadores conversacionais que denotam incerteza ou imprecisão.

(10) D: eu não sei... vejo a situação ainda confusa... porque há dificuldade para analisar essa nova ordem global... talvez haja dificuldade de convivência nessa nova ordem... porque parece que os conflitos locais adquiriram... uma dimensão global (...) (BP2)

Com o emprego dos procedimentos e marcadores de atenuação, o falante busca diminuir a força ilocutória de suas assertivas e opiniões acerca de assuntos polêmicos, como forma de resguardar a própria imagem e a de seu interlocutor. O emprego dos atenuadores está ligado de modo direto e imediato, à dinâmica do texto conversacional e ao envolvimento entre os interlocutores.

Acrescente-se que, de forma genérica, todos os procedimentos de monitoramento já citados também exercem um papel no plano da preservação da face. Com efeito, a busca da formulação discursiva mais adequada e a explicitação e contextualização dos dados, também contribui para que o falante construa uma auto-imagem positiva:

Monitoramento ao Ouvinte (heteromonitoramento)

No item anterior, já foi discutido o fato de que a posição do falante é sempre vulnerável, pois ele pode sofrer "ataques" e perder o turno. Um dos procedimentos para neutralizar esses "ataques" e permitir ao ouvinte concluir sua fala é o emprego de duas espécies de marcadores conversacionais: aqueles que têm por função manter o canal aberto e os que envolvem o ouvinte.

Os marcadores cuja função mais relevante é manter o canal aberto são representados por certas expressões (sabe?, entende?, certo?, não é?, né?):

(11) D1: (...) muito se fala:... a imprensa comenta... a,, a in/a influência da poluição... certo?...

D2: é um dos temas do momento né?

D1: é:: um dos temas do momento... sabe?... mas... os efeitos da poluição... do... do aquecimento global... ainda não são... bem... conhecidos... de modo que:... há uma especulação não é?

D3: mas::

[

D4: então:... é preciso analisar o tema com objetividade... né? (BP-1)

Marcadores desse tipo são denominados marcadores de busca de aprovação discursiva (Galembeck, Silva e Rosa, 1990). Com o seu emprego, o falante procura certificar-se de que está sendo entendido e – por ser o tema polêmico – suas ideias estão sendo aceitas. O falante procura, assim, uma sinalização positiva para dar continuidade à própria fala, por isso esses marcadores exercem a função subsidiária de sustentar a fala e propiciar a continuidade do turno. Acrescente-se que a entoação ascendente (própria de interrogações) reforça o valor fático destes marcadores.

LEITURA E ORALIDADE

Lembre-se, ainda, de que no fragmento citado o tema é polêmico, e o debatedor enfatiza a falta de objetividade com que ele é tratado. Isso o leva a recorrer a esses marcadores, como forma de certificar-se de que suas opiniões estão sendo aceitas.

Os marcadores de envolvimento do ouvinte são geralmente representados por verbos de percepção (ver, olhar, observar), acompanhados ou não por um pronome (você):

(...) você vê... a segurança deixou de ser um assunto interno... de cada país... porque:... vejam bem... o crime organizado... o:: tráfico de armas... o terrorismo... não conhecem fronteiras... viraram:: artigos de:... exportação (...) (BP-2)

Com estes marcadores, o falante dirige-se diretamente ao ouvinte e realça a relevância do que vai ser dito. Trata-se, pois, de recursos que buscam envolver o ouvinte, levando-o a aceitar o que vai ser dito como algo relevante para a interação e o estabelecimento de um contexto comum partilhado. Acrescente-se que esses marcadores, geralmente, introduzem o enunciado. No ex. (10), porém, a expressão você vê figura no meio do enunciado, em posição parentética.

MONITORAMENTO E TENSÃO COLOQUIAL

Os processos de monitoramento também podem ser vistos como marcas da tensão coloquial, conceito estabelecido por Criado de Val (1980, p. 19 e ss.). Segundo o mesmo autor, a tensão é determinada pela própria finalidade da conversação, qual seja, o intercâmbio de mensagens com fins de comunicação social, o que permite definir três tipos de tensão: a informativa, que se manifesta em grau mínimo de intensidade e está ligada aos conteúdos referenciais; a dialética, que atua sobre a estruturação lógica do diálogo ou a ideologia que cada participante representa; a afetiva, que reforça as anteriores e tem sua origem nas causas emocionais. Esta é a tensão que se manifesta com maior intensidade, pois constitui uma nota constante e dominante da fala. Ainda segundo o mesmo autor, não se pode desconhecer nem desconsiderar a tensão afetiva, embora sua análise revele-se problemática, dada a dificuldade de estabelecer parâmetros que regulam essa tensão e ordenar suas variadas manifestações.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Os processos de monitoramento são os responsáveis pela manutenção da tensão interpessoal ou interpessoal e o seu emprego está ligado à construção do texto falado e à dinâmica das relações interpessoais. Com efeito, esses procedimentos são de natureza variada (marcadores conversacionais, palavras, frases nominais e verbais), e representam processos diferentes de construção do texto falado (paráfrases, correções, inserções parentéticas, procedimentos de atenuação).

A natureza diferenciada dos processos de reconstrução textual evidencia, de forma clara, o caráter multifuncional e multioperacional dos elementos empregados na construção do texto falado e, ademais, mostra que esses elementos têm por função precípua o estabelecimento e manutenção das relações interpessoais. Fica claro, também, que o texto falado é planejado localmente e o falante não pode ter de vista a figura do seu interlocutor.

REFERÊNCIAS

- BROWN, P. & LEVINSON, S. C. *Politeness: Some Universals in Language Use*. 2ª ed. Cambridge: U. Press, 1978.
- CASTILHO, A. T. de & PRETI, Dino. *A linguagem falada culta na Cidade de São Paulo*. Diálogos entre Dois Informantes. São Paulo: T. A.. Queiroz/FAPESP, 1987.
- CASTILHO, A. T. de. *Para uma gramática do português falado*. Cópia xerografada, 1988.
- . *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1996.
- CRIADO DE VAL, Manuel. *Estructura general del coloquio*. Madrid: Soc. General Española de Librería, 1980.
- GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.
- HILGERT, J. G. *A Paráfrase: um procedimento de constituição do diálogo*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1989.

LEITURA E ORALIDADE

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

PRETI, Dino & URBANO, Hudinilson (orgs.). *A sobreposição de vozes numa perspectiva psico cultural e interacional*. In: —. (orgs.) op. cit. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, p. 99-137.

SILVA, Luiz Antônio. Monitoramento na conversação: a interferência do ouvinte. In: URBANO, H. et al. (org.). *Dino e seus temas: Oralidade, Literatura, Mídia e Ensino*, 2001.

**PROGRESSÃO REFERENCIAL E ANÁFORA
EM TEXTOS ORAIS**

Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (UFF)
rachel_maria_moraes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Neste trabalho que faz parte de nossa pesquisa de Iniciação Científica apoiada pela FAPERJ e orientada pela Prof^a Dr^a Vanda Cardozo de Menezes, analisa-se a progressão referencial e o uso da anáfora em textos orais.

O “corpus” é constituído por entrevistas gravadas pelo projeto de descrição da Norma Urbana Culta do Estado do Rio de Janeiro (NURC-RJ), nas décadas de 70 e 90.

Para o estudo, vale-se da abordagem discursiva do fenômeno da referência, entendida como processo de referenciação, como se apresenta nos estudos da Linguística Textual desenvolvidos em muitos trabalhos de Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Koch, em especial no artigo “Processos de Referenciação na Produção Discursiva”, publicado pela revista Delta, vol. 14, 1998.

Foi selecionado um diálogo, dentre os vários diálogos gravados por pessoas de diversas faixas etárias naturais do estado do Rio de Janeiro, Projeto NURC-RJ.

PROGRESSÃO REFERENCIAL E ANÁFORA

A progressão referencial, segundo Koch e Marcuschi, se dá com base numa complexa relação entre linguagem mundo e pensamento. Esta relação se estabelece no discurso. Assim, os referentes não são tomados como entidades estáveis, mas como objetos de discurso. O léxico não é, por isso, auto-suficiente. Quando um item lexical aparece mais de uma vez em um texto, não tem o mesmo significado, não sendo, por isso, cossignificativo.

LEITURA E ORALIDADE

A repetição, estratégia de recobrar referentes é bastante comum em textos orais e em textos escritos para serem falados e pouco comum em textos escritos.

Segundo Ingedore Koch & Vanda Elias (2006), na construção dos referentes textuais estão envolvidas estratégias de referenciação.

São exemplos de tais estratégias a introdução (ou construção), a retomada (ou manutenção) e a desfocalização:

- a. Introdução: Um “objeto” até então não mencionado é introduzido no texto, de modo que a expressão linguística que o representa, é posta em foco, ficando este “objeto” saliente no modelo textual. (Koch & Elias, 2006, p. 125)
- b. Retomada (Manutenção): Um “objeto” já presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permaneça em foco. (op. cit. p. 126)
- c. Desfocalização: Quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), ou seja, continua disponível para utilização imediata sempre que necessário.

A referenciação, segundo Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e resulta na construção de referentes de modo que a expressão referência passa a ter um uso diverso do que se atribui na literatura em geral.

O processo de progressão referencial no discurso se dá por meio de uma variada gama de estratégias de designação de referentes que providenciam a “evolução da referência” no próprio texto.

Algumas destas estratégias são mais comuns em textos escritos por se tratarem de questões estilísticas.

Algumas das estratégias de progressão referencial são as seguintes:

- a. Transformações operadas ou marcadas pela anáfora

Apothéloz & Beguelin (1995, *apud* Koch & Marcuschi, 1998, p. 183), lembram que a anáfora, tradicionalmente, era considerada como uma operação simples de designação referencial em que se dá uma retomada.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na atual abordagem da anáfora, contudo, observa-se que esse mecanismo opera transformações no objeto de discurso designado.

As modificações operadas pela atividade anafórica são possíveis de ocorrer de três maneiras:

- a. Recategorização lexical explícita: produz uma predicação de atributos sobre o objeto. Em certos casos é uma operação de designação que retoma um conjunto de fatos.
- b. Recategorização lexical implícita: É feita através de um pronome anafórico que remete a um referente e o retoma denominando-o, mas modificando algum aspecto.
- c. Modificação da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico: As transformações são operadas nem sempre implicando uma recategorização lexical, mas de outro tipo, isto é, formal. Esta operação é muito comum na língua falada.

Vale a pena notar também, como estratégia de progressão referencial a utilização de anáforas indiretas. Segundo Marcuschi (2005, p. 52), “[...] [a anáfora indireta] é geralmente constituída por expressões nominais indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto”.

- b. Anafóricos que não levam em conta os atributos anteriores de um objeto

Este conjunto de estratégias é formado por anáforas que não levam em conta os atributos predicados anteriormente de um objeto de discurso e o retomam no estado inicial. Não se trata de recategorização. É comum na escrita e na fala e trata-se da anáfora no sentido estrito do termo

- c. Anafóricos que reúnem os atributos explicitamente predicados

Neste conjunto de estratégias os anafóricos acarretam recategorizações, homologando num único item lexical uma série de elementos que o objeto foi recebendo ao longo do discurso (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995, p. 262).

- d. Formulação que evidencia estratégias de designação mal sucedidas:

Um dos casos mais frequentes é o da correção com função referencial.

LEITURA E ORALIDADE

DIÁLOGO E ANÁLISE²³

Fragmento 1:

LOC. – Olha... eu até os onze anos eu morei numa casa...uma casa velha... sabe... e essa casa era assim... comprida muito mais comprida... que larga e tinha... olha... sei... na frente uma grade de ferro depois... você entrava tinha um jardinzinho mas muito pequeno subia uma escadinha... devia ter uns cinco degraus dava uma varanda... mas não era varanda que...você pudesse colocar cadeira pra sentar não... sabe... era só uma entrada [...]

Comentário 1:

Nesta passagem ocorre a ativação do tópico “casa da locutora” que será desenvolvido mais adiante.

Na primeira fala da locutora a expressão “casa velha” recategoriza a casa da locutora. Assim, esta e outras expressões contribuem para a imagem mental que fazemos da casa que está sendo descrita e possibilitam a progressão referencial já que “casa velha” refere-se à casa da locutora.

A casa, então vai sendo recategorizada “casa comprida”, “casa muito mais comprida que larga”, “que tinha na frente uma grade de ferro depois você entrava e tinha um jardinzinho mas muito pequeno subia uma escadinha devia ter uns cinco degraus dava uma varanda... mas não era _varanda que você pudesse colocar cadeira pra sentar não... era só uma entrada [...] “, assim continua a descrição da casa, com recategorizações feitas por expressões nominais.

Fragmento 2:

[...]aí dava numa sala era uma sala visita... então é... e... aquela ...sala que as mães não deixam entrar pra não sujar... sabe... era a sala... da frente...

Comentário 2:

Ocorre, nesta passagem, a repetição e a recategorização como estratégias de progressão referencial. “aí você entrava num corredor comprido sabe... e nesse corredor comprido saíam três portas de três

²³ PROJETO NURC-RJ – DÉCADA DE 70: Inquérito 011 (feminino / 26 anos). Tema: Casa. Local/Data: Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1971. Tipo de Inquérito: Diálogo entre informante e documentador. Documentador: MNLS

quartos que era então um quarto do casal... quer dizer... do meu pai e da minha mãe... um quarto meu e depois um quarto dos meus três irmãos”. A palavra “varanda” em “mas não era varanda que [...]” é um exemplo de repetição (de um mesmo item lexical), uma estratégia de progressão referencial muito utilizada em textos orais. O mesmo ocorre com as expressões nominais “corredor comprido” e “quarto”.

Fragmento 3:

[...] e... então depois vinha outra sala aí de jantar... mas ... tudo assim ... uma coisa atrás da outra... depois da sala de jantar tinha... uma copa...

Comentário 3:

Ao descrever as partes da casa, a locutora deixa o tópico geral “a casa como um todo” em “stand by”, para, mais adiante, reativá-lo.

[...] depois tinha um banheiro... daqueles banheiros antigos que não tem box ainda não... era só banheiro e a pessoa tinha que entrar dentro da banheira pra tomar banho...

Na passagem em que a locutora descreve o banheiro, a progressão referencial é feita através de palavras que pertencem ao mesmo campo semântico: banheiro, box, banheira, banho. Também por meio de repetição e de recategorização é feita a progressão referencial quando a locutora fala da cozinha:

“aí por fim a cozinha... a cozinha tinha uma escadinha descia e ia dar no quintal [...]”.

Além da repetição e da anáfora, outra estratégia muito comum de progressão referencial em textos orais é a correção. Como a fala, diferente da escrita é “on-line” não há tempo para o falante pensar muito antes de falar, sob pena de comprometer o objetivo principal da fala: comunicar. Um exemplo desta estratégia pode ser visto na seguinte passagem:

[...] ainda tinha um galpão que a gen/ que era o lugar da bagunça...”

Fragmento 4:

[...] a casa velha com pé direito muito alto... as portas imensas... janelas imensas...

LEITURA E ORALIDADE

Comentário 4:

Há, nesta passagem, a reativação do tópico geral “casa da locutora”.

Fragmento 5:

[...] aí quando eu tava com onze anos a gente se mudou aí fomos morar num apartamento...

Comentário 5:

Nesta passagem há a desativação do primeiro tópico geral do texto: “a primeira casa da locutora”. (Este tópico será reativado mais adiante, com a recategorização da casa através da expressão nominal “antiga casa “.)

Fragmento 6:

... então o apartamento é o que eu moro até hoje

Comentário 6:

A palavra “apartamento” ativa o segundo tópico geral do texto: o apartamento da locutora (em que ela morava até o momento da gravação).

Fragmento 7:

[...] dois dos... dois dos quartos têm varandinha... [...] e todos eles com armários embutidos

Comentário 7:

Nesta passagem há a repetição e a anáfora como estratégias de progressão referencial: há a repetição do numeral dois e da contração dos e o pronome eles é anafórico, já que se refere aos quartos do apartamento da locutora.

Fragmento 8:

[...] É muito devassado de... são dois blocos de... de apartamentos então dá direto você abre a janela dá de cara com o vizinho

Comentário 8:

Nesta passagem também ocorre correção como estratégia de progressão referencial.

Fragmento 9:

[...] Agora de um dos lados dá pro Alto da Boa Vista [...]

Comentário 9:

Entende-se, por inferência, que se trata de um dos lados do apartamento.

Fragmento 10:

[...] o outro dá de cara com o paredão e muita criança do lado tem uma vila

Comentário 10:

Nesta passagem a palavra “lado” é correferencial, mas não é cossignificativa. “Lado” refere-se ao lado do apartamento, mas significa que há uma vila ao lado do apartamento e não significa, propriamente, um dos “lados” do apartamento.

O “outro dá de cara com o paredão” refere-se, portanto, ao lado do apartamento.

Fragmento 11:

[...] Olha... na casa velha era assim... na sala de visita tinha um sofá... tinha uma poltrona. que ficava bem em frente... tinha o piano um piano me lembro muito bem que tinha um abajur de pé...

Comentário 11:

Nesta passagem a locutora reativa o primeiro tópico geral do texto: “descrição de sua primeira casa” e descreve o que havia na sala de visita. Vale lembrar que este tópico, por sua vez, também está sendo reativado, pois a locutora já falou em “sala da frente” anteriormente.

LEITURA E ORALIDADE

Em “tinha o piano... um piano...” o primeiro artigo “o” é definido porque é algo que a locutora encontra na memória, sendo, por isso, algo específico. Depois a informante corrige para “um piano”, usando, então, um artigo indefinido, pois não é algo tão específico: o piano fica mais distante, como “um sofá...” “uma poltrona.”

Fragmento 12:

[...] e uma mesa... uma mesinha de centro baixinha pra colocar cinzeiro essas coisas... a sala era muito pequena não dava pra muita coisa não... agora na sala de jantar tinha um buffet... sabe bem comprido que guardava então a louça mais fina nego/ sabe essas coisas que têm né não pode botar na cozinha e... e tinha uma mesa de jantar bem grande com uma porção de cadeiras sendo que as duas cadeiras da cabeceira eram de espaldar... sabe... e... espaldar e de braço... bom... todas têm espaldar claro se não a pessoa cai né... todas têm espaldar mas não tinham aquele apoio pro braço...

Comentário 12:

No primeiro trecho do fragmento, que se refere à sala de visita, ocorre a recategorização da palavra “mesa”, através da repetição do item lexical no diminutivo; isso possibilita a progressão referencial. Há, por fim, a recategorização da sala como um todo o que, por sua vez, também possibilita a progressão referencial.

Depois a locutora passa a falar da sala de jantar. Na passagem “tinha um buffet... sabe bem comprido que guardava então a louça mais fina [...]” a progressão referencial é feita a partir da recategorização do buffet.

Em seguida a locutora fala da mesa da sala e das cadeiras, dando especial atenção às que se encontravam na cabeceira da mesa, por terem apoio de braço; Neste caso a progressão referencial também é feita através de recategorização. Além disso, a repetição do item lexical “espaldar”, através da repetição da frase “todas têm espaldar” e a recategorização da cadeira de espaldar com a expressão lexical “apoio pro braço”.

Fragmento 13:

LOC. – olha... a parte... ela foi uma das pessoas que... primeiras pessoas que teve televisão... então a televisão ficava nessa parte da frente e me lembro também que ti/ que a mesa de centro tinha uma... uns desenhos japoneses... que hoje a gente acha cafoníssimo mas na época era uma glória... né...

Comentário 13:

Neste fragmento ocorre a correção como estratégia de progressão referencial nos seguintes trechos: “ela foi uma das pessoas primeiras pessoas que teve televisão.”; “[...] que ti/ que a mesa de centro tinha umas... uns desenhos japoneses... O pronome “ela” refere-se à avó da locutora. Por referir-se a um “objeto” anteriormente explícito no texto, é um pronome anafórico.

Fragmento 14:

LOC. – Eu... olha... eu... sempre gostei muito de comi:::da sabe... porque lá é assim... as pessoas... eu estava habituada lá na minha casa... e vem só prato né por exemplo... vem um prato de car:::ne...

Comentário 14:

A primeira ocorrência do advérbio de lugar “lá”, neste fragmento, refere-se à casa da avó da locutora. Trata-se, assim, de uma anáfora, pois este referente já apareceu anteriormente no texto. A segunda ocorrência do advérbio de lugar “lá” refere-se, por sua vez, à casa da locutora e também se trata de uma anáfora, já que este referente também já foi mencionado no texto.

Fragmento 15:

[...] na casa da minha avó era... ensopada... dividia a galinha... também eu acho que as galinhas eram enormes ou sei lá se era de uma galinha... tinha galinha que ela chamava de cabidela mas que a gente chama de molho par:::do não é... era assim... se tinha carne vinha vários tipos de carne... eh... a gente comia tanto...

Comentário 15:

O pronome “ela” se refere à avó da locutora. Por referir-se a um “objeto” anteriormente explícito, é um pronome anafórico. O pronome “eu” refere-se à locutora e é igualmente anafórico, pois se refere a um “objeto” anteriormente explícito.

LEITURA E ORALIDADE

Fragmento 16:

[...] ela fazia um... um negócio chamado cartola que é banana com queijo... que é frita... Sorvete... nunca na minha vida eu vi tanto sorvete tão gostoso como lá... [...] arroz de coco... feijão de coco... peixe co / de coco...

Comentário 16:

O pronome “ela” é anafórico pois se refere, novamente, à avó da locutora.

sorvete – anáfora indireta: faz referência a sobremesas e “reativa” este tópico.

O advérbio de lugar “lá” faz referência à casa da avó da locutora e trata-se de uma anáfora.

“arroz de coco... feijão de coco...” – anáfora indireta: faz referência e a reativação do tópico comida. Em “peixe co/ de coco...” há correção como estratégia de progressão referencial.

Fragmento 17:

LOC. – olha... as empregadas... tinha uma cozinheira que ficava só por conta da cozinha é tão trabalho::: sa né... que era só uma pessoa... eu me lembro que tinha um menino que varria o quintal::: sabe... levava recadinho... essas coisas... porque era parece que filho da cozinheira...

Comentário 17:

Nesta passagem a palavra “cozinheira” retoma e recategoriza “as empregadas”. Há nesta passagem, por isso, uma anáfora indireta.

A expressão nominal “um menino que varria o quintal” – recategoriza “empregados”. É, por isso, também, um caso de anáfora indireta.

Fragmento 18:

[...] a minha avó mesmo muitas vezes ia pra cozinha... ela mesma fazia a comida porque ela cozinhava loucamente bem...

Comentário 18:

As duas ocorrências do pronome “ela” referem-se a avó da locutora. Por se referir a um “objeto” anteriormente explícito, são exemplos de anáfora.

Fragmento 19:

[...] Depois que a minha avó morreu eles ala / botaram ladrilho até em cima.

Comentário 19:

Nesta passagem, ocorre a correção como estratégia de progressão referencial (ala / botaram ladrilho).

CONCLUSÃO

Neste trabalho, tentou-se demonstrar as estratégias de progressão referencial em textos orais. Embora haja inúmeras estratégias como, por exemplo, repetição de palavras do mesmo campo semântico, é importante destacar que a anáfora é a principal estratégia. Assim, os referentes discursivos vão sendo submetidos a uma série de mudanças, que podem ser efetuadas por estratégias de sequenciação diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCH, Ingedore Vilaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore & MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *Revista DELTA*, vol. 14. Special Issue. São Paulo: 1998, p. 169-190.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A anáfora indireta: O Barco Textual e suas Âncoras. In: KOXH, Ingedore Vilaça et alii. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

NURC RJ – Diálogos entre informante e documentador.